

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Ata da 999^a

Sessão de 19/11/2019

1 999ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos dezenove dias do mês de
2 novembro de dois mil e dezenove, às quatorze horas, reúne-se o Conselho
3 Universitário, na Sala do Conselho Universitário, no Prédio da Reitoria, na
4 Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, sob a presidência do
5 Magnífico Reitor, Prof. Dr. Vahan Agopyan e com o comparecimento dos
6 seguintes Senhores Conselheiros: Antonio Carlos Hernandez, Adalberto
7 Américo Fischmann, Adriano Brant Favarin, Jorge Luis Porsani, Amâncio Jorge
8 Silva Nunes de Oliveira, Carlos Angelo Nunes, Eugênio Fernandes Queiroga,
9 Ana Luísa Calvo Tibério, Ana Maria Loffredo, André Carlos Busanelli de
10 Aquino, André Carlos Ponce de Leon Ferreira de Carvalho, André Lucirton
11 Costa, André Vitor Singer, Brasilina Passarelli, Carlos Ferreira dos Santos,
12 Carlos Roberto Ferreira Brandão, Cibele Saliba Rizek, Cristiano Roque
13 Antunes Barreira, Evelin Capellari Cárnio, Daniel Bruno Vasconcelos, Denis
14 Vinicius Coury, Diana Gonçalves Vidal, Durval Dourado Neto, Edmund Chada
15 Baracat, Edson Cezar Wendland, Eduardo Henrique Soares Monteiro,
16 Elisabete de Santis Braga da Graça Saraiva, Carlos Eduardo Ambrósio,
17 Hamilton Brandão Varela de Albuquerque, Eny lochevet Segal Floh, Fábio
18 Frezatti, Fátima de Lourdes dos Santos Nunes Marques, Fernando José
19 Benesi, Fernando Silveira Navarra, Floriano Peixoto de Azevedo Marques
20 Neto, Giulio Gavini, Guilherme dos Reis Pereira Janson, Heloisa Helena
21 Ciqueto Peres, Janina Onuki, John Campbell McNamara, Luiz Agostinho
22 Ferreira, José Soares Ferreira Neto, Julia Kopf de Moraes Paulo, Júlio Cerca
23 Serrão, Junior Barrera, Léa Assed Bezerra da Silva, Mário Hiroyuki Hirata, Liedi
24 Légi Bariani Bernucci, Luis Carlos de Souza Ferreira, Luís Eduardo Aranha
25 Camargo, Luís Ribeiro de Paula Júnior, Luis Rodrigo Torres Neves, Luiz
26 Henrique Catalani, Manfredo Harri Tabacniks, Bernardo Luis Rodrigues de
27 Andrade, Marcílio Alves, Paulo César Boggiani, Marcos Garcia Neira, Oswaldo
28 Keith Okamoto, Margaret de Castro, Maria Aparecida de Andrade Moreira
29 Machado, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Maria Cristina Ferreira de
30 Oliveira, Maria Dolores Montoya Diaz, Maria Helena Palucci Marziale, Marilene
31 Proença Rebello de Souza, Marinilce Fagundes dos Santos, Marly Augusto
32 Cardoso, Marly Babinski, Miguel Antônio Buzzar, Miguel Parente Dias, Maisa
33 de Souza Ribeiro, Monica Sanches Yassuda, Neli Maria Paschoarelli Wada,
34 Oswaldo de Freitas, Oswaldo Yoshimi Tanaka, Pâmella da Silva Beggiora,

35 Paolo Di Mascio, Paulo Nelson Filho, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari,
36 Pedro Leite da Silva Dias, Pietro Ciancaglini, Primavera Borelli Garcia, Raquel
37 Rolnik, Raymundo Soares de Azevedo Neto, Regina Szyllit, Renato de
38 Figueiredo Jardim, Rodney Garcia Rocha, Rita de Cássia Aleixo Tostes
39 Passaglia, Sérgio de Albuquerque, Sergio Muniz Oliva Filho, Tarcísio Eloy
40 Pessoa de Barros Filho, Umberto Cesar Corrêa, Vanderlei Salvador Bagnato e
41 Marcia Caruso Bicego. Presente, também, o Prof. Dr. Pedro Vitoriano de
42 Oliveira, Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências,
43 sendo substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Alex
44 Cavaliéri Carciofi, Amilton Martins dos Santos, Ana Lúcia Duarte Lanna,
45 Cristina Maria Galvão, Elisabete Maria Macedo Viegas, José Carlos Egues de
46 Menezes, Leoberto Costa Tavares, Marcelo Knörich Zuffo, Marcos Egydio da
47 Silva, Marcos Silveira Buckeridge, Monica Herman Salem Caggiano, Rodrigo
48 do Tocantins Calado de Saloma Rodrigues e Vivian Helena Pellizari.
49 Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Antenor Cerello Júnior,
50 Antonio Carlos Teixeira Álvares, Bianca Borges dos Santos, Carlos Gilberto
51 Carlotti Junior, Carmino Antonio de Souza, Danny Dalberson de Oliveira, David
52 Paraguai Molinari, Dimas Tadeu Covas, Douglas Felix dos Reis Fernandes,
53 Felipe Simoni Farias, Flávia Marques Ferrari, Guilherme Adolfo dos Santos
54 Mendes, Heleno Taveira Torres, Holmer Savastano Junior, Isabela da Silva,
55 Ivan Souza Vieira, Kimi Aparecida Tomizaki, Marcelo Papoti, Margarita Rosa
56 Bobadilla Zimmermann, Maria Luiza Paulino Nogueira da Silva, Pedro Gabriel
57 dos Santos Pereira, Rogério de Almeida, Sylvio Roberto Accioly Canuto, Tirso
58 de Salles Meirelles e Victor Pena Ribeiro. Havendo número legal de
59 Conselheiros, o **M. Reitor** declara aberta a Sessão do Conselho Universitário
60 da Universidade de São Paulo. **M. Reitor**: “Sejam todos bem-vindos, muito
61 obrigado pela presença. Vamos dar início à nongentésima nonagésima nona
62 sessão do Conselho Universitário. Agradeço a presença de todos e agradeço
63 aos colegas que se deslocaram de grandes distâncias.” A seguir, o **M. Reitor**
64 passa à **PARTE I - EXPEDIENTE**, colocando em discussão e votação as Atas
65 das 998ª sessão do Conselho Universitário, realizada em 27.08.2019,
66 ressaltando aos Senhores Conselheiros que se houver alguma correção que
67 não seja de conteúdo, a Secretaria Geral poderá providenciar os ajustes. Não
68 havendo manifestações contrárias, a Ata é aprovada por unanimidade. **M.**

69 **Reitor:** “Nosso Conselho é dinâmico e toda reunião temos novos membros.” A
70 seguir o **M. Reitor** passa a palavra ao Secretário Geral para a apresentação
71 dos novos membros. **Secretário Geral:** “Diretores: Prof. Dr. José Soares
72 Ferreira Neto da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia;
73 Representantes de Congregação: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Palma Mungoli da
74 Escola de Comunicações e Artes em recondução; Prof. Dr. Marcelo Papoti da
75 Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto; Prof. Dr. Leoberto
76 Costa Tavares da Faculdade de Ciências Farmacêuticas; Prof.^a Dr.^a Marly
77 Augusto Cardoso da Faculdade de Saúde Pública; Prof. Dr. Hamilton Brandão
78 Varela de Albuquerque do Instituto de Química de São Carlos; e Entidades
79 Associadas: Prof. Dr. Dimas Tadeu Covas do Instituto Butantan.” Ato seguinte
80 o **M. Reitor** passa às suas comunicações. **M. Reitor:** “Meus caros colegas,
81 tenho algumas comunicações. Inclusive, tenho reduzido as comunicações do
82 Reitor, mas creio que algumas devem ser feitas, pois, nos últimos meses,
83 tivemos vários acontecimentos muito significativos para nosso futuro. Hoje de
84 manhã tivemos aqui nesse salão a outorga do Título de Cidadão Paulistano
85 para o Professor Silvio Salinas, do Instituto de Física. Fui criticado por oferecer
86 as instalações da Universidade para uma ação da Câmara dos Vereadores.
87 Quero dizer que foi ao contrário, a Universidade fez uma homenagem ao
88 Professor Silvio Salinas. Chamo a atenção aos nossos representantes
89 discentes e aos nossos colegas jovens, nossos colegas com menos de 50
90 anos, que talvez não saibam o papel do Professor Silvio Salinas pela luta a
91 favor da democracia, luta que eu digo, sempre, de ideias. O Professor Salinas
92 nunca assumiu ações agressivas e, logicamente, quem luta com ideias é
93 bastante agredido. O Professor Salinas foi expulso do ITA logo em 1964,
94 felizmente e, curiosamente, ele conseguiu entrar na Politécnica em 1965. Pode
95 parecer estranho, uma vez que era o Professor Tharcisio o nosso Diretor da
96 época – cheguei a conhecer o Professor Tharcisio e é um pouco surpreendente
97 que na gestão dele tenha sido aceita uma pessoa que foi expulsa do ITA. Ele
98 se formou aqui na USP em Engenharia, mas também se formou em Física. Eu
99 diria que pessoas como ele é que permitem que a Universidade esteja hoje no
100 patamar em que está. Graças a pessoas como o Salinas que eu posso dizer
101 um não para um Ministro sem me preocupar demais, ou posso discutir no
102 Palácio do Morumbi coisas que entendo serem corretas. Pessoas que

103 defenderam a Universidade e a democracia de uma forma que não é a de hoje,
104 mas daquela época, em 1964 – de fato ele foi expulso do ITA – momento em
105 que essa defesa implicava arriscar a própria vida. São pessoas que merecem
106 nosso respeito. Então, meus amigos, eu não ofereci as dependências da USP
107 para um ato da Câmara Municipal, eu ofereci as dependências da USP para
108 homenagearmos uma pessoa que lutou pela democracia. Podemos discutir,
109 podemos ter críticas às posições políticas dele, mas a integridade e defesa da
110 autonomia da Universidade, bem como sua luta pela democracia na sociedade
111 brasileira, isso não podemos desconhecer. Chamo a atenção de nossos os
112 alunos aqui presentes e dos professores jovens, sim, tivemos pessoas desse
113 calibre para garantir a nossa Universidade e não podemos esquecer a história.
114 Digo isso, pois o mesmo Professor Salinas, há uns vinte anos, foi ofendido no
115 Conselho Universitário, na época ele era representante do Instituto de Física e
116 eu representava a Poli, ele foi ofendido no Conselho Universitário e o
117 chamaram de fascista ou nazista, algo desse tipo, que é um desconhecimento
118 da história. Isto posto, para falarmos de coisas boas, anuncio o encerramento
119 dos trabalhos da CPI. Finalmente depois de seis meses, nossas atividades
120 voltaram para um caminho mais normal. Reafirmo que a Universidade de São
121 Paulo não tinha nada a temer, mas sempre há a preocupação e justificarei que
122 o efeito CPI nos prejudicou e continua a nos prejudicar. Pedirei que o Professor
123 Ignacio Poveda faça um rápido relato do que foram os trabalhos desenvolvidos
124 pela CPI, uma vez que o Professor Ignácio coordenou os trabalhos de uma
125 Comissão de acompanhamento das atividades da CPI, posto que a USP criou
126 uma Comissão para acompanhar *paripassu* o desdobramento da CPI.” **Prof.**
127 **Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco**: “Preparei um texto curto, mas
128 eventualmente podemos fazer algumas inserções, na medida em que
129 explicações se fizerem necessárias. Pelo requerimento nº 284 de 2019,
130 publicado em 19 de março de 2019, que foi assinado por 38 deputados de
131 diferentes partidos, foi solicitada a instalação de uma Comissão Parlamentar de
132 Inquérito com a finalidade de apurar denúncias de ‘irregularidades na gestão
133 das universidades públicas no Estado, em especial quanto à utilização do
134 repasse de verbas públicas’. O Presidente da ALESP, pelo Ato nº 32 de 2019,
135 criou a CPI nos termos como ela foi proposta, com um prazo de 120 dias, que
136 depois foi prorrogado por mais 60, então ao todo foram 180 dias. A CPI foi

137 composta por 9 membros que foram definidos por indicação das lideranças dos
138 partidos, que é a regra que se segue na ALESP. Feitas as indicações, o
139 Presidente da ALESP, pelo Ato nº 48 de 2019, nomeou os membros titulares e
140 suplentes, 9, portanto, e em sua reunião de instalação, ocorrida em 24 de abril,
141 os membros escolheram seu presidente, que foi o Deputado Wellington Moura,
142 do PRB que hoje se chama Republicanos, a Vice-Presidente, Deputada Carla
143 Morando, líder no PSDB na Assembleia e a relatora Valeria Bolsonaro, do PSL,
144 além de sub-relatores: Valeria Bolsonaro, Carla Morando, Daniel José, do
145 Partido Novo e o Professor Kenny, do PP. É interessante esclarecer que pelo
146 Regimento Interno da Assembleia Legislativa, Artigos 34 ao 34d, as Comissões
147 Parlamentares de Inquérito são uma das formas de o Poder Legislativo exercer
148 sua função fiscalizadora, tendo poderes de investigação próprios das
149 autoridades judiciais e podem determinar diligências, oitivas, inquirir
150 testemunhas, requisitar informações e documentos de órgãos e entidades da
151 administração pública, inclusive concessionárias de serviços, determinar a
152 quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, tomar depoimentos e requisitar
153 serviços de autoridades, inclusive policiais. Também é bom frisar - e eu
154 retomarei esse tema no final - que a CPI não julga e não tem competência de
155 punição. Ela investiga e propõe soluções, encaminhando suas conclusões ao
156 Ministério Público, ao Poder Executivo, à Comissão de Fiscalização e Controle
157 da própria Assembleia e ao Tribunal de Contas do Estado. Eu fiz aqui um
158 quadro que chamei de CPI em números, sendo eles: 20 sessões efetivamente
159 realizadas – porque houve sessões convocadas que não tiveram quórum, mas
160 de qualquer maneira nós estávamos lá, 20 sessões ao longo desse período –;
161 foram encaminhados para nós 29 requerimentos respondidos, solicitando os
162 mais diversos documentos e informações e isso gerou, de nossa parte, 32
163 ofícios encaminhados pela Universidade, sendo que foram milhares e milhares
164 de páginas de documentos gerados de informações; mais de 30 reuniões do
165 Grupo de Acompanhamento e não apenas para responder documentos, mas
166 para preparar depoimentos e o material de apoio para as oitivas e
167 apresentações à CPI. Em uma estimativa por cima, mais de mil horas de
168 dedicação dessas pessoas para poder atender às exigências da CPI. Depois o
169 Professor Vahan falará um pouco acerca dos integrantes do Grupo de
170 Acompanhamento e; ao longo desses meses da Universidade de São Paulo,

171 foram ouvidos – e reforço que no nosso caso foram convites, pois poderia ser
172 também que tivéssemos convocações, mas no nosso caso foram apenas
173 convites – o Professor Vahan, nosso Reitor, dois ex-Reitores: o Professor Zago
174 e o Professor Rodas, o Professor Canuto, nosso Pró-Reitor de Pesquisa, o
175 Professor Marcos Martins, como Coordenador da AUSPIN e o Professor
176 Figueira, pela FUSP. A CPI encerrou os trabalhos na reunião do último dia 5 de
177 novembro, com a votação depois de um acordo dos deputados que possibilitou
178 a aprovação do relatório final e voto contrário de dois membros da CPI. É de se
179 destacar que a relatora tinha apresentado o seu relatório na reunião de 15 de
180 outubro, contando que seriam necessárias várias reuniões para discussão até
181 a deliberação final, por conta da divulgação desse primeiro relatório que
182 acabaria sofrendo importantes alterações por conta da atuação firme de alguns
183 deputados, dentre os quais vale destacar o trabalho do Deputado Barros
184 Munhoz, do PSB. Por conta da divulgação desse primeiro relatório provisório,
185 instalou-se um mal-estar em nossa comunidade, tendo em vista a divulgação
186 de dados que não correspondiam à realidade dos fatos ou que os
187 apresentavam de maneira a ensejar dubiedades, isso nos forçou a protocolar
188 um derradeiro ofício, que foi o Ofício 37 da Superintendência de Relações
189 Institucionais, alertando à CPI para esses problemas e pleiteando a exclusão
190 das menções nominais. Diante da recusa da relatora em alterar o seu relatório
191 e após intensa discussão na mencionada reunião do dia 5 de novembro, a CPI
192 aprovou a sugestão do Deputado Barros Munhoz de que o ofício da USP
193 passasse a integrar o relatório final. Ficava ali, de uma maneira muito clara,
194 uma manifestação contundente da Universidade contra os equívocos do
195 relatório e solicitando a exclusão das menções nominais. O relatório final foi
196 preparado pela Secretaria da CPI para formatar, entre outras coisas. Com o
197 nosso acompanhamento atento para que incorporasse aquilo que havia sido
198 decidido e agora está em fase de publicação no Diário Oficial. Como dito
199 anteriormente, a CPI não julga e não tem competência de punição, ela
200 investiga e propõe soluções, encaminhando suas conclusões ao Ministério
201 Público, ao Poder Executivo, ao Tribunal de Contas, entre outros. Penso que o
202 comunicado do Magnífico Reitor, de 7 de novembro agora último, resumiu
203 muito bem o saldo da CPI, no sentido de que o relatório 'não aponta qualquer
204 situação comprometedora para o funcionamento da nossa Instituição e de que

205 a USP ficou sempre atenta para quaisquer riscos à sua autonomia, que
206 felizmente não foi atacada no relatório'. Outra questão que foi afastada desde
207 logo era uma certa ideia, um certo viés ideológico de apuração – que foi
208 rapidamente afastado. Para encerrar, gostaria de dizer que a Assembleia
209 Legislativa do Estado de São Paulo, pelo trabalho da CPI, cumpriu o seu papel
210 de fiscalizar e – isso que considero importante – deu-nos a oportunidade de
211 mostrar de forma ampla e cabal o trabalho realizado pela Universidade,
212 esclarecendo, assim, aos Deputados e, através dele, à sociedade paulista que
213 nos custeia, a importância do trabalho sério, honesto, competente e dedicado
214 que docentes, servidores técnicos e administrativos e alunos em nossa
215 instituição realizam diuturnamente em prol do progresso do povo paulista e do
216 Brasil. É impressionante o grau de desconhecimento, não apenas daquilo que
217 a Universidade faz, mas até mesmo do que é uma Universidade, mas isso tudo
218 me parece que seja um trabalho que realizou seus frutos. Para finalizar,
219 acredito que iniciamos agora uma nova etapa, que tenho chamado de pós-CPI,
220 de construção de um relacionamento mais proativo com os poderes públicos e
221 com a sociedade em geral, na qual, com o esforço de todos, poderemos
222 fortalecer mais e mais essa Universidade, a USP, orgulho de São Paulo e do
223 Brasil.” Palmas. **M. Reitor:** “Quero reafirmar aquilo que o Professor Ignacio
224 falou, pois a CPI teve, de fato, uma utilidade para nós, pois demonstrou o
225 grande desconhecimento de nosso trabalho, tanto na Assembleia quanto,
226 conseqüentemente, na sociedade. Então, estamos sim reanalisando esses
227 fatos e tentando reorganizar nossa comunicação com a classe política e com
228 os membros do Legislativo, Executivo e Judiciário. Queria agradecer ao Grupo
229 de acompanhamento, pois presenciei o quanto eles trabalharam e aquilo que
230 disse em minha mensagem é verdadeiro, eles trabalharam de segunda a
231 segunda, inclusive em pontes, para conseguir cumprir os prazos, preparar as
232 apresentações e, cada um de nós que foi arguido na CPI, acabamos sendo
233 preparados para essa arguição. Gostaria de dizer que o Grupo de
234 Acompanhamento presidido pelo Professor Ignacio Poveda, que teve o
235 Professor Pedro Dallari como um conselheiro ou consultor muito importante
236 para definir as nossas estratégias – então ele foi um consultor estrategista –
237 ainda contou com o Professor José Fernando Chubaci, do Instituto de Física, a
238 Doutora Cristiana Melhado, da Procuradoria Geral, o jornalista Luiz Roberto

239 Serrano, da Superintendência de Comunicações Sociais, o senhor Alberto
240 Teixeira Protti, da CODAGE, a senhora Juliana Freire Leite, da
241 Superintendência de Relações Institucionais e mais ainda, a vocês. Dezenas
242 de colegas se envolveram e quero agradecer a todos eles. A todos e a todas as
243 equipes administrativas das Unidades que prontamente encaminharam
244 informações. Aos Diretores e Diretoras que entenderam a nossa angústia e
245 nossa necessidade de fornecer informações e dados, muitas vezes absurdos,
246 de milhares de páginas, e é esse espírito de cooperação, de união e de
247 pertencimento a uma instituição que nós queremos preservar.
248 Lamentavelmente, tenho que dizer que não podemos nos acomodar, pois
249 infelizmente temos de estar atentos. Vou citar um caso que aconteceu agora no
250 começo do mês que foi, nesse ano, a maior agressão à nossa autonomia.
251 Intervenção do concurso público de ingresso no Instituto de Química, que seria
252 realizado no dia 4 de novembro. Na sexta-feira, 1º de novembro, às 16 horas e
253 10 minutos, o Instituto recebeu um e-mail do Tribunal de Contas do Estado
254 declarando a suspensão do concurso. Vejam o horário, sexta-feira, às 16h10
255 da tarde para um concurso que iria ser realizado na segunda-feira, às 8 horas
256 da manhã, o motivo é porque um dos candidatos não foi aceito e a razão de ele
257 não ter sido aceito é porque apresentou como prova de título uma cópia da ata
258 de defesa de doutorado sem a devida homologação. Um concurso com mais
259 de 20 candidatos não se poderia simplesmente dizer que 'tudo bem ele não
260 apresentar a documentação, ele já é Doutor'. Não se pode fazer algo informal.
261 Um concurso com mais de 20 candidatos – estão aqui os nossos juristas –
262 deve-se tomar todo o cuidado e deve-se obedecer ao edital sem nenhuma
263 restrição. Como é o Tribunal de Contas do Estado e não é o Tribunal de
264 Justiça, ressalto que o Tribunal de Contas do Estado não tem plantão e não
265 trabalha no sábado e domingo, ao passo que a Justiça trabalha, na Justiça a
266 nossa Procuradoria poderia fazer um recurso no sábado, então não houve
267 alternativa senão o cancelamento do concurso. Pois bem, o concurso contava
268 com 22 candidatos com documentação regular, sendo 3 deles do exterior, 2
269 que já estão no país e uma candidata que veio na própria sexta-feira de Paris.
270 Os prejuízos materiais são enormes e os prejuízos acadêmicos são
271 incalculáveis. Contudo, a coisa continuou piorando, a decisão monocrática
272 desse Conselheiro – foi uma decisão monocrática, não foi uma decisão de

273 colegiado, essa decisão foi homologada, foi aprovada pela Plenária do Tribunal
274 de Contas do Estado, quer dizer, o Tribunal de Contas do Estado pode, de fato,
275 parar um concurso quando há alguma falha, faz parte da competência deles,
276 mas agora eles estão interferindo em concurso acadêmico. Isso ocorreu no dia
277 8 de novembro, a Plenária do Tribunal de Contas do Estado achou por bem
278 aprovar a suspensão do concurso e a documentação que a USP mandou que a
279 Procuradoria juntamente com o Instituto de Química preparou, a documentação
280 vai ser analisada pelo Ministério Público de Contas, não é o Ministério Público
281 do Estado, é o Ministério Público de Contas, esse fato eu considero e o
282 Professor Ignacio usa o termo Pós-CPI, o caso mais grave que estamos
283 vivendo. O Professor Ignacio e eu estamos marcando uma reunião com o
284 Presidente do Tribunal de Contas e é uma coisa inaceitável o Tribunal de
285 Contas do Estado - e volto a insistir não é a justiça, mas o Tribunal de Contas,
286 com o seu Ministério Público de Contas, que não é o Ministério Público do
287 Estado - intervindo em um concurso acadêmico. Nós tivemos isso meus
288 colegas – e ser velho tem dessas coisas – mas logo no começo da gestão da
289 Professora Sueli, um Procurador, e nesse caso era um Procurador do
290 Ministério Público do Estado, colocou em dúvida nosso exame oral, dizendo
291 que não poderia haver exame oral em Concurso, ficamos dois ou três anos
292 sem fazer Concursos em São Carlos até conseguirmos reverter. Agora
293 estamos tendo esse tipo de fato. É muito preocupante e por isso que lamento
294 dizer que não podemos nos acomodar.” Ato contínuo, o **M. Reitor** passa a
295 palavra ao Conselheiro André Vitor Singer para uma manifestação no que
296 concerne ao tema da CPI. **Cons. André Vitor Singer**: “Agradeço a
297 oportunidade e farei um comentário muito breve. Na ocasião em que a CPI foi
298 convocada eu fiz questão de vir a esta Tribuna em nome da Faculdade de
299 Filosofia para manifestar a minha completa solidariedade, a solidariedade da
300 Faculdade de Filosofia à Reitoria diante dessa situação difícil que a
301 Universidade de São Paulo iria viver. Então, acho importante voltar a essa
302 Tribuna para cumprimentar a Reitoria da Universidade de São Paulo pela
303 coragem, pela clareza, pela determinação e pela firmeza de procedimentos e
304 de conduta durante esse ano, que foi um ano difícil mesmo para toda a
305 Universidade, para não dizer um ano difícil para todo o Brasil. Então, faço
306 questão de, em nome da Faculdade de Filosofia, acho que a Diretoria me

307 acompanha nessa manifestação e creio poder falar em nome de toda a
308 Congregação, da felicidade de ter essa notícia de que tivemos um resultado
309 positivo na CPI, e dizer que continuaremos firmes a serviço da Universidade,
310 para garantir que na Universidade de São Paulo a pluralidade e a democracia
311 prevaleçam. E continuaremos contribuindo para a democracia no Brasil
312 também. Muito obrigado.” Palmas. **M. Reitor:** “Muito obrigado. Como disse, foi
313 um trabalho de equipe, todos nós nos envolvemos e a Universidade saiu – o
314 Professor Pedro Dallari diz que nunca se sai lucrando de uma CPI, mas pelo
315 menos saímos sem ser chamuscados. O empate nesse caso já é um bom
316 resultado. O próximo tópico das minhas comunicações é a respeito do teto
317 salarial. Vocês receberam aquela minha mensagem no dia 30 de julho, fruto
318 das iniciativas que relatavam um pouco o que estava sendo feito e, através do
319 efeito CPI, o Tribunal de Contas do Estado, que está cada vez mais inflexível,
320 judicializou essa questão e as três Universidades públicas paulistas tiveram de
321 suspender aqueles valores que considerávamos como direito adquirido antes
322 de 2003. Quero dizer que a Universidade de São Paulo não suspende os
323 recebimentos dos aposentados que tiveram a sua aposentadoria já
324 homologada, as nossas duas co-irmãs acharam que deveria ser feito para
325 todos, mas nós, enquanto não recebermos uma ordem judicial, não iremos nos
326 antecipar e tomar decisões nesse sentido. Antes, sei que nessa sala temos
327 pessoas que são contra a mudança de teto salarial, temos Conselheiros que
328 não concordam com essa busca de reaver o teto salarial, mas quero dizer que
329 a Reitoria – particularmente eu – estamos muito preocupados, pois o teto
330 salarial está, sim, provocando fuga de cérebros, o teto salarial está, sim,
331 provocando aposentadoria precoce, com isso quero mencionar os nossos
332 colegas que possuem tempo suficiente para se aposentar e, ao invés de
333 receber aquela complementação, se aposentam propriamente para poder fazer
334 outro trabalho. A aposentadoria, no caso do teto salarial, está sim
335 desestimulando os jovens que irão iniciar a carreira, esses jovens preferem
336 iniciar em uma Universidade Federal. A fuga de cérebros não é apenas para o
337 exterior, universidades privadas estão levando vantagem e contratando alguns
338 de nossos jovens talentosos e de alta produtividade por valores obviamente
339 melhores do que os nossos, é em virtude disso que essa Reitoria, essa gestão
340 e, particularmente eu, estamos envolvidos nessa busca de mudança do teto

341 salarial para defender a qualidade da nossa Universidade. Não é em virtude de
342 que o Hernandez, o Pedro ou eu teremos aumento salarial, mas é porque a
343 Universidade não pode correr esse risco. Na minha circular, deixava claro que
344 continuaremos a defender a PEC aprovada na Assembleia, mas todas as
345 tentativas foram feitas e todos os recursos processuais esgotados. Nesse caso,
346 quero até dizer que, pessoalmente, me empenhei para que tivéssemos uma
347 resposta rápida do Supremo, pois é melhor ter uma resposta negativa rápida
348 para que tomemos novas medidas do que ter de aguardar muito para ter uma
349 resposta, nós já estávamos esperando que a resposta seria negativa, porque
350 nossos colegas juristas também assumiam que havia um insanável vício de
351 iniciativa. Saiu o resultado negativo e com isso o CRUESP começou a buscar
352 novas alternativas. Com o apoio do Professor Poveda, retomamos os contatos
353 com o Professor Eros Grau, nosso colega Professor Emérito da Faculdade de
354 Direito e ex-Ministro do Supremo e ele já havia dado parecer sobre esse tema
355 ainda na gestão do Professor Zago. Dessa forma, acabamos promovendo uma
356 reunião do CRUESP com o Professor Eros Grau e foi acertada uma tentativa
357 de apresentar, perante o Supremo, não aqui em São Paulo, uma ação para
358 obter a equiparação do teto das Universidades Estaduais com o teto das
359 Universidades Federais, isto é, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade
360 (ADIN), uma vez que fazemos coisas similares, mas o funcionário público
361 federal pode chegar a ganhar quase 50% a mais do que a gente. Então, essa é
362 a nova frente que o CRUESP adotou formalmente e, inclusive, iremos
363 comunicar o Governador na semana que vem. Precisávamos de um advogado
364 e felizmente o Doutor Marcos da Costa, ex-Presidente da OAB de São Paulo,
365 atendeu-nos prontamente, de forma que o Doutor Marcos da Costa preparou o
366 termo, logicamente com orientação do Professor Eros Grau. Essa ADIN tinha
367 de ser interposta por uma entidade de âmbito nacional, o CRUESP não poderia
368 interpor uma ADIN, Ação Direta de Inconstitucionalidade, porque somos uma
369 entidade estadual. A primeira ideia foi buscar o Sindicato dos Professores,
370 então o Presidente do CRUESP que é da Unicamp, recorreu à ADUnicamp
371 para buscar apoio da ANDES. Por alguma razão, o Sindicato Nacional não
372 aceitou, diante à recusa do Sindicato Nacional, procuramos outras alternativas
373 e outra alternativa era utilizarmos um partido político. Um partido político de
374 âmbito nacional poderia interpor uma ADIN, tivemos apoio do PSD e de seu

375 Presidente. O PSD, além do apoio, foi gentil de dar uma procuração para o
376 Doutor Marcos da Costa para interpor, em nome do partido, essa iniciativa. O
377 recurso foi protocolado quarta-feira passada, no dia 13 de novembro, perante o
378 Supremo Tribunal Federal e na semana que vem detalharemos isso ao
379 Governador, dizendo que estamos seguindo essa linha de atuação. Não quero
380 dizer que esta ação está ganha, pois é uma iniciativa, possui uma lógica
381 jurídica e todos os nossos juristas concordaram – eu não sou advogado e o
382 Professor Hernandez não é advogado, mas os juristas concordaram que há
383 uma lógica. O advogado que está nos representando é um ex-Presidente da
384 OAB de São Paulo, então temos que ser confiantes. Vamos esperar que
385 tenhamos sucesso. Se alcançarmos êxito, o resultado positivo será a curto
386 prazo, bem mais rápido do que a PEC, mas vamos esperar. Agora,
387 particularmente a USP, está trabalhando para explicar essa nossa solicitação a
388 todos os membros, inclusive conversamos com o Governo do Estado para não
389 termos uma posição do Governo que seja contrária a nós, mas faremos isso
390 também junto aos Deputados e ao Poder Judiciário para que tenhamos a
391 compreensão, não o apoio, mas a compreensão de todos os membros.
392 Veremos e vamos torcer. Sei que hoje estou falando muito, mas há mais um
393 assunto para falar, que também aconteceu no começo desse mês envolvendo
394 nossos colegas da Faculdade de Saúde Pública. Em 1º de novembro
395 recebemos denúncias de supostas irregularidades ocorridas na prova de
396 ingresso de um curso de especialização em Saúde Pública oferecido à
397 distância. É bom deixarmos isso muito claro, não é um curso de Graduação
398 nem de Pós-graduação *stricto sensu*, mas um curso de extensão oferecido à
399 distância. Imediatamente a Unidade fez uma reunião com os Chefes de
400 Departamento, Presidente da Comissão de Cultura e Extensão e nessa reunião
401 constataram que, além dessa denúncia pública, havia, ainda, 11 recursos
402 interpostos por candidatos contra a referida prova. Havia, portanto, outros
403 precedentes, então o Presidente da Comissão de Cultura e Extensão da Saúde
404 Pública, *ad referendum*, decidiu pela anulação da prova e, na semana seguinte,
405 a Comissão referendou e a Diretoria da Faculdade de Saúde Pública abriu
406 sindicância para apurar eventuais responsabilidades. O problema todo foi a
407 repercussão e vocês viram aquela minha mensagem interna que saiu no Jornal
408 da USP, porque o interesse era interno. Era um desabafo do Reitor que

409 recebeu mais de uma centena de mensagens e vocês também devem ter
410 recebido outras tantas centenas com críticas violentas à nossa Universidade,
411 generalizando um caso pontual cuja sindicância está em andamento, agredindo
412 a Universidade e, lamentavelmente, alguns desses detratores da Universidade
413 eram colegas nossos. Então, a minha mensagem foi um desabafo do Reitor,
414 dizendo aos colegas que oferecemos milhares de provas. Os Professores são
415 autônomos e nenhum Chefe de Departamento pede provas para verificar e
416 nenhum Diretor de Unidade faz isso, o Professor tem autonomia para preparar,
417 elaborar e executar a prova do modo como achar correto, se há algo de errado,
418 podemos verificar e, de fato, verificaremos se há algo de errado e o que
419 aconteceu. A sindicância está aí para isso, mas não podemos generalizar e
420 atacar a Universidade com coisas pontuais, já nos basta os inimigos externos.
421 Digo ao Professor Tanaka que eu sempre procuro ver algum lado positivo,
422 fiquei preocupado com o resultado da prova, pois não consigo entender que
423 uma prova desse tipo tenha tido 90% de notas acima de 8,5. Sugiro que
424 quando se faça prova a distância se utilize a experiência da Pró-reitoria de
425 Cultura e Extensão, pois é impossível, havia algumas questões muito paulistas,
426 até paulistanas eu diria, então aquelas pessoas que não são de São Paulo
427 teriam dificuldade de responder. Por exemplo 'quem foi Faria Lima?' Até o
428 pessoal de Ribeirão Preto teria alguma dificuldade, Faria Lima, no caso, foi
429 Prefeito de São Paulo, então algumas questões eram muito difíceis. Não estou
430 menosprezando os candidatos da prova, mas uma nota altíssima como
431 obtivemos, um total de 90% com notas acima de 8,5 é algo muito difícil. Sei
432 que falei muito, mas, por fim, faço um convite, pois no dia 27 aqui nesse local
433 às 10h, teremos a entrega do prêmio USP de Direitos Humanos. Esse ano,
434 como pessoa individual, ganhou a Professora Emérita da Faculdade de
435 Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Professora Eva Blay e, como entidade, a
436 Faculdade Zumbi dos Palmares, pelo brilhante trabalho que realiza de inclusão.
437 Peço desculpas, pois sei que falei demais, foram algumas notícias boas e
438 outras nem tanto, mas essa é a situação." Ato seguinte, o **M. Reitor** passa a
439 palavra aos senhores conselheiros. **Cons. Carlos Roberto Ferreira Brandão:**
440 "Como representante dos Museus, tenho a satisfação de convidá-los para duas
441 comemorações que vão acontecer nos próximos dias. O MAE - Museu de
442 Arqueologia e Etnologia - completará 30 anos da sua formação atual, sendo

443 que as coleções hoje abrigadas lá são resultantes da fusão do antigo Museu de
444 Arqueologia e Etnologia mais as coleções do Plínio Ayrosa, da Faculdade de
445 Filosofia, Letras e Ciências Humanas, do Instituto de Pré-História e das
446 coleções arqueológicas e etnográficas do Museu Paulista. Em 1989 essas
447 coleções foram reunidas, por isso serão comemorados os 30 anos do Museu.
448 O MAE está inaugurando hoje uma exposição, que muitos de vocês já tiveram
449 a oportunidade de ver e no dia 6 de dezembro os senhores deverão receber
450 um convite oficial do Museu para uma cerimônia comemorativa, a ser realizada
451 nessa sala. Temos, também, a comemoração dos 50 anos do Museu de
452 Zoologia da USP, meu Museu de origem, que fica no Ipiranga, na Avenida
453 Nazaré. Quanto a esse Museu, as coleções também integravam o Museu
454 Paulista, que é nossa mãe. Foi fundado em 1895 pelo zoólogo Hermann von
455 Ihering, as coleções zoológicas foram transferidas para a Secretaria de
456 Agricultura, Comércio e Turismo daquela época, em 1939, e em 1969 essas
457 coleções foram transferidas para a USP e a instituição recebeu seu nome atual,
458 Museu de Zoologia. Então, no próximo dia 27 haverá uma comemoração no
459 Museu de Zoologia, os senhores também estão convidados. Peço agora que
460 exibam um pequeno filme que mostra a trajetória do Museu de Zoologia.” Ato
461 seguinte, é exibido um vídeo institucional sobre o Museu de Zoologia da USP,
462 seguido de aplausos. “É mais um pequeno grande tesouro que essa
463 Universidade esconde e convido todos a visitar o Museu. Quero fazer uma
464 indiscrição nesse momento. Na última semana, recebemos, em um almoço na
465 Reitoria, nosso antigo professor aposentado, que nos doou algumas obras
466 muito importantes para o MAC - Museu de Arte Contemporânea, entre elas, o
467 único desenho do Egon Schiele em coleções públicas, não só no Brasil, não só
468 nas Américas, mas creio que no Hemisfério Sul. Além de algumas gravuras
469 expressionistas também, muito importantes. Ele se prefere manter-se anônimo,
470 mas é uma doação exemplar e gostaria muito que os senhores se
471 espelhassem nessa doação e compartilhassem conosco os tesouros que estão
472 guardados.” **M. Reitor:** “Quero alertar nossos colegas que para visitar o Museu
473 de Zoologia não precisa ir com crianças, adultos também se divertem bastante
474 lá. Quanto ao MAC, se tiverem oportunidade de ir, o Museu está muito bonito.
475 Parabéns às nossas equipes. Professor Brandão, por favor, cumprimente todos
476 os seus colegas dos nossos quatro Museus, inclusive o Museu Paulista, que

477 não está aberto ao público, mas que também tem coisas muito importantes
478 sendo feitas.” **Cons. Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho**: “Hoje vou falar
479 em nome do Conselho Deliberativo do Hospital Universitário. Todos
480 acompanharam a saga pela qual passou o HU e este ano houve uma notícia
481 boa, que foi a liberação dos R\$ 40 milhões pela Assembleia Legislativa, sendo
482 R\$ 20 milhões para custeio e R\$ 20 milhões para RH. Os concursos para
483 contratação de RH foram feitos e gostaria de cumprimentar o Superintendente
484 do Hospital Universitário, Professor Paulo Margarido e toda a equipe do HU
485 pelo esforço que foi feito. Foram 22 editais, 25 mil candidatos inscritos para 679
486 vagas. Isso foi feito de forma hercúlea, um trabalho diuturno realizado por eles.
487 Então, temos a parte boa, que é a entrada desses funcionários no HU. Quem
488 trabalha com área de saúde sabe que para formar um bom profissional para
489 trabalhar em hospital - particularmente em centros cirúrgicos e UTI - demora de
490 4 a 6 meses. Quando esses profissionais estiverem treinados, com um ano
491 eles vão ter que sair, de forma que nossos pedidos junto aos colegas do
492 Conselho e à Reitoria são basicamente de duas ordens. A primeira questão é
493 financeira, de tentar junto à Assembleia Legislativa, eventualmente, usar verba
494 da própria Universidade, à COP, que se consiga a liberação de mais R\$ 20
495 milhões, para que possa ser mantida essa força de trabalho, que vai revitalizar
496 todo o Hospital Universitário. A segunda questão é de ordem legal, pois no
497 edital, esses profissionais que entram, ficam um ano, têm que ficar em uma
498 ‘quarentena’ de seis meses para poderem ser recontratados. Então, é uma
499 duplicidade de esforços, tem que se repetir tudo novamente para contratar
500 mais gente, para treinar de novo e ficar com o pessoal sem a possibilidade de
501 continuidade. Essa é a mensagem que gostaríamos de dar, já foram
502 encaminhadas as correspondências por escrito, mas queríamos deixar
503 registrado a todos os Conselheiros.” **M. Reitor**: “Tudo tem alguma razão de ser.
504 Esses R\$ 40 milhões que o Professor Tarcísio mencionou foi um trabalho
505 diuturno pessoal do Vice-Reitor, que conseguiu convencer um Deputado a
506 comprar essa ideia e viabilizar. O nome do Deputado é Marco Violi, ele não foi
507 reeleito e hoje é Secretário de Desenvolvimento Regional do Estado. Foi isso,
508 um grande trabalho do Vice-Reitor e um Deputado que comprou a ideia e
509 conseguiu colocar, de fato, mais R\$ 40 milhões para serem investidos no nosso
510 Hospital Universitário.” **Cons.^a Elisabete de Santis Braga da Graça Saraiva**:

511 (apresentação) “Quero informar que existe um movimento pela igualdade de
512 gênero, chamado *He for She*, que seleciona dez entidades governamentais,
513 dez empresas e dez universidades. No relatório de 2019, fomos a única
514 Universidade a ser mencionada nesse relatório, porque fizemos uma atividade
515 no Instituto Oceanográfico, chamada 'Mergulho na Ciência na USP', onde
516 trabalhamos com 40 crianças. Esse é um trabalho coordenado pela Professora
517 Camila Signori. O Professor Vahan esteve presente em uma das atividades, o
518 que fez com que ele também aparecesse nesse relatório internacional.
519 Gostaria, também, de informar que a base do Instituto Oceanográfico,
520 localizada em Ubatuba, completou 65 anos. Essa base é uma estrutura que,
521 quem passa pela frente só vê um portão, não sabe o que tem dentro, mas
522 temos acomodações para 40 pessoas, alunos, pesquisadores, e inauguramos
523 uma sala de aula com tela interativa, bastante moderna, que recebeu o nome
524 do Professor Edmundo Nonato, e também inauguramos um laboratório
525 multiusuários de aquicultura. Essas atividades nos deram bastante prazer pela
526 presença do Professor Vahan e por esse painel internacional em relação à
527 igualdade de gêneros. Esse programa está aberto e as unidades que quiserem
528 trabalhar com a gente serão bem-vindas. O nome do programa é 'Mergulho na
529 Ciência na USP.’” **Cons. Eugênio Fernandes Queiroga**: “A manifestação que
530 trago é resultado da 629ª reunião da Congregação da FAU, em relação ao
531 edital sobre abertura de cargos dos docentes, tendo como critério básico e
532 eliminatório a existência, nas Unidades, de coordenador de pesquisa com valor
533 de financiamento acima de R\$ 2 milhões. A Congregação da FAU solicitou que
534 fizéssemos uma manifestação, deixando claro nosso estranhamento quanto à
535 maneira como a Universidade de São Paulo decidiu essa condição. No que
536 tange à instância universitária adequada para tomada dessa decisão, não
537 deveria ter o Conselho Universitário ouvido a CAA? Nos causa estranhamento
538 o fato de que desde julho de 2019, em nenhuma reunião do Conselho de
539 Pesquisa da Universidade de São Paulo foi discutido nenhum valor monetário
540 mínimo que embasasse tal edital. Novos cargos docentes, entendemos que
541 devem ser seguidos em relação aos projetos acadêmicos das Unidades, em
542 consonância aos projetos acadêmicos dos Departamentos, e não premiar este
543 ou aquele projeto mais ou menos custoso. Entende a Congregação da FAU
544 que a força da Universidade de São Paulo é sua diversidade. Não se pode ter

545 como critério único para fortalecer ou enfraquecer quaisquer de suas áreas ou
546 unidades, a existência de pesquisas que custem um ou mais reais aos órgãos
547 de fomento à pesquisa. O arbítrio, que aliás nunca caracterizou essa atual
548 Reitoria, não deveria jamais apagar as palavras do ex-Reitor Miguel Reale,
549 grafadas na praça mais importante desse *Campus*: 'No universo da Cultura, o
550 centro está em toda a parte'." **Vice-Reitor**: "O Pró-Reitor de Pesquisa não está,
551 mas vou tentar acalmar a todos com relação a esse edital. A decisão da
552 distribuição de claros é feita pela Comissão de Claros Docentes. É ela quem
553 organiza e será ela que vai homologar qualquer resultado de qualquer
554 processo de distribuição de cargos docentes. Nesse caso específico, essa
555 distribuição dos 250 cargos para 2019 se deu da seguinte forma - isso foi
556 comunicado na reunião dos dirigentes, em Bauru, no mês de julho. Temos 150
557 cargos que foram distribuídos, em que a vertente era o ensino de graduação,
558 temos 50 cargos que ficaram para ser interdisciplinares - mas que não foi ainda
559 deliberado pela Comissão de Claros Docentes, porque está na fase de estudos
560 do grupo de trabalho, que fez uma proposta, a qual recebeu emendas e isso
561 ainda aparecerá na Comissão de Claros Docentes. Há mais 50 cargos que
562 incluem os 12 CPIDs, em que consta o compromisso da Universidade de São
563 Paulo com os CPIDs desde quando eles foram aprovados. O que foi feito na
564 Comissão de Claros Docentes? Primeiro, como se trata de projeto de pesquisa,
565 foi passado à Pró-Reitoria para que se fizesse a parte da atividade meio, que
566 significa - conforme consta no Estatuto e no Regimento da Universidade - ela
567 encaminhar para a Comissão de Claros Docentes, não para fazer a seleção,
568 mas sim para fazer a atribuição e a avaliação, que é o que faz a Comissão, ela
569 vai avaliar se está ou não de acordo. Portanto, quem vai tomar a decisão final,
570 cumprindo o regimento da Universidade, é a Comissão de Claros Docentes. A
571 Pró-Reitoria de Pesquisa e não a de Cultura e Extensão, ou a de Graduação e
572 de Pós-Graduação era simplesmente porque o tema é afeto à Pró-Reitoria de
573 Pesquisa, que vai fazer a parte operacional, porque a Comissão de Claros
574 Docentes não faria isso. Adicionalmente, é importante colocar que mesmo
575 considerando a diversidade - e sabíamos disso -, esse é um passo adiante, e
576 ele é pontual em relação aos jovens pesquisadores. Se vocês lembrarem,
577 fizemos a distribuição de cargos nessa Universidade associada aos jovens
578 pesquisadores. Neste mesmo Conselho, vários conselheiros se manifestaram

579 contrários a isso. O que poderia ser um dilema, então? Não há nenhuma
580 dificuldade para a Comissão de Claros em fazer essa análise, porque ela
581 decidiu há um tempo que se deveria, de alguma maneira e através dos cargos,
582 deixar claro a importância da pesquisa e dos grandes projetos que vêm para a
583 Universidade. No primeiro momento, foi junto com os jovens pesquisadores,
584 nesse segundo momento está sendo com esses projetos, em outro momento -
585 pois isso não é uma regra, e a cada momento se terá uma discussão na
586 Comissão de Claros -, para esse ano e para esses cargos foi estabelecido e
587 ficaria claro no edital que os CPIDs não concorreriam e que todos que tivessem
588 qualquer projeto - e aí foi definido um levantamento que a Pró-Reitoria de
589 Pesquisa fez, em que se tem maior abrangência (quase duas centenas de
590 projetos) na modalidade de concorrência, em que se terá pouco mais de 30
591 vagas, então desse contingente de 200 vai-se ter uma parcela que vai ser
592 discutida e avaliada na Comissão de Claros Docentes. Aí muitos podem achar
593 que pode haver algum prejuízo nesse momento. Sim, o que estamos discutindo
594 é como será o próximo. Temos, ainda, mais 150 cargos de professores
595 aprovados neste Conselho para serem atribuídos em 2020, quando discutirmos
596 as diretrizes orçamentárias, isso vai aparecer. Portanto, no total, quando
597 fizemos o planejamento na Comissão de Claros olhando para o cenário
598 econômico, olhando aquilo que seria possível, foi feito e trazido para aprovação
599 deste Conselho 550 cargos. Desses 550 foram entregues 150 - essencialmente
600 de graduação -, mais 150 também com maioria de graduação, o que já dá 300,
601 mais 50 que foram JP e agora esses 50 são de pesquisa, além de outros 50
602 que são interdisciplinares. Então, a ideia é você cumprir dentro daquilo que é a
603 diversidade da Universidade, porque esses grandes projetos podem trazer uma
604 modernização, especialmente do ponto de vista de infraestrutura e pesquisa.
605 Não contempla a todos, mas esse é processo e vamos lidando com cada
606 momento. Nesse momento, a Comissão de Claros entendeu que o melhor
607 caminho a seguir não era o JP, mas sim fazer esse.” **Cons. Sergio Muniz**
608 **Oliva Filho:** “Trago duas manifestações da Congregação do IME, aprovadas
609 na última reunião, do dia 31 de outubro, as quais vou ler. A primeira delas diz
610 respeito ao corte de bolsas, é um pouco extemporâneo, mas especificamente a
611 Olimpíada Brasileira de Matemática do Ensino Público. É uma Olimpíada
612 especificamente direcionada aos alunos de escola pública e a CAPES e o

613 CNPq ofereciam bolsas a esses alunos do ensino médio que entravam na
614 Universidade, para eles prosseguirem em iniciação científica etc. E essas
615 bolsas foram cortadas. 'A Congregação do IME se manifesta contrária ao corte
616 de bolsas da OBMEP - Olimpíada Brasileira de Matemática do Ensino Público,
617 uma vez que tal atitude compromete a formação e descoberta de quadros
618 científicos do país. Nesse sentido, solicita a imediata revogação de tal medida.'
619 Essa é a primeira manifestação. A segunda, já está um pouco superada pelas
620 palavras do M. Reitor e diz respeito ao corte de salários ao teto. Dois itens
621 solicitam as providências para que esse teto fosse equiparado com as
622 Federais, acho que a palavra do M. Reitor com a ação já prejudica esses dois
623 itens. E o terceiro diz respeito especificamente ao corte pela parcela do EC41-
624 2003, que foi incluído no nosso teto salarial, e a Congregação do IME solicita a
625 possibilidade de que isso seja retirado dos cortes do teto. Já não está entrando
626 nos aposentados, mas a Congregação do IME solicitou que isso possa ser
627 tirado também do teto salarial dos ativos." **Cons.^a Ana Maria Loffredo:**
628 "Inicialmente quero agradecer ao Professor Pedro, que foi muito gentil, para
629 que pudéssemos deixar acessível a vocês essa revista, que foi elaborada pela
630 ADUSP e também pelo Centro de Estudos e Defesa da Infância. Eu,
631 pessoalmente, não gosto muito desse título: 'Razões para exigir do Reitor a
632 imediata reativação da Creche Oeste'. Acho que é um título historicamente
633 datado de outro contexto mais tenso da nossa Universidade, creio que estamos
634 em um momento de mais diálogo e colaboração, como bem colocou o Reitor,
635 diante de todos os trâmites que estamos vivendo. Então, por favor, leiam como
636 'Razões para imediata reativação da Creche Oeste', do meu ponto de vista,
637 obviamente. O material é super relevante, convido vocês a lerem, está
638 disponível na entrada. Esses objetivos que estão nesse documento e que
639 foram plenamente atendidos são: oferecer instrumentos que subsidiem a
640 defesa da permanência das creches e pré-escolas na Universidade; explicitar a
641 resistência da comunidade à desativação das creches que foi efetuada em
642 janeiro de 2017, sendo que desde 2015 não foram permitidas matrículas de
643 novas crianças. Além do mais, esse documento permite registrar as
644 contribuições das creches e pré-escolas da USP para construção e
645 transmissão de conhecimento na área de educação infantil em diversas
646 unidades de ensino superior que usufruem desse espaço. A questão

647 envolvendo as creches da Universidade de São Paulo em função dessa
648 interrupção é assunto que tem ocupado muito espaço de debate entre nós e
649 sido alvo de muitas manifestações, por parte de todos aqueles - que são
650 muitos, de verdade - comprometidos com as diretrizes que inspiram os
651 trabalhos das creches, desde a conhecida passeata dos bebês, realizada em
652 1975, em plena Ditadura, quando funcionários com seus bebês e crianças
653 pequenas, com o apoio dos estudantes e docentes, realizaram grande
654 manifestação em frente ao prédio da Reitoria. Foi um marco na demanda por
655 creches, como podemos acompanhar no traçado histórico, presente nessa
656 publicação, a partir do qual esse direito foi legitimado com o início do projeto de
657 implementação de creches na USP. Portanto, estamos aqui, como em outras
658 ocasiões, neste colegiado, embora muito brevemente, representando as vozes
659 de um número absolutamente significativo de crianças, docentes,
660 pesquisadores e alunos, das áreas de pedagogia, psicologia, nutrição,
661 fonoaudiologia, enfermagem, biblioteconomia, odontologia, mães e pais,
662 funcionários, e usuários das creches da USP, cujos depoimentos, presentes
663 nesta revista, testemunham, com veemência, o alcance da vitalidade dos
664 trabalhos desenvolvidos pelo conjunto das creches da Universidade de São
665 Paulo e que convocam as instâncias decisórias dessa Universidade, de cujo
666 conjunto o Co faz parte, a se mobilizarem no sentido da necessidade da
667 reativação desse trabalho, verdadeiramente de excelência, que tem sido
668 referência internacional pela qualidade das propostas pedagógicas que o
669 fundamentam desde suas origens, e que não deixaram de se aprimorar desde
670 então. Esse trabalho, por sua complexidade, exige a inserção e a articulação
671 de docentes pesquisadores de muitas áreas. Esse contexto explicita com
672 clareza como a perspectiva norteadora dessas propostas, desde suas origens,
673 teve desdobramentos consistentes no âmbito da articulação entre pesquisa,
674 ensino e extensão. Por exemplo, no quadro da página 6 dessa revista, é
675 possível observar a produção desenvolvida entre 2009 e 2014, essas três
676 vertentes remetem ao conjunto das creches Carochinha, de Ribeirão Preto,
677 Central, Oeste, São Carlos e Saúde. No período pertinente foram
678 desenvolvidos, no âmbito da iniciação científica, mestrados e doutorados, 99
679 atividades de pesquisa foram apresentadas, pelas equipes, em congressos,
680 seminários, etc.; foram 182 trabalhos, foram monitoradas 6.632 visitas,

681 englobando pessoas de curso de graduação, pós-graduação, redes municipais
682 e visitantes internacionais que estiveram nas creches, e 681 estagiários das
683 áreas de pedagogia, Escola de Comunicações e Artes, fonoaudiologia,
684 enfermagem, odontologia, nutrição etc. O efeito multiplicador no âmbito da
685 educação básica é evidente e fundamental no âmbito das políticas públicas.
686 Nesse sentido, a Universidade de São Paulo não deve se furtar à contribuição
687 e responsabilidade que lhe cabe no cenário nacional. Entendemos que
688 eventuais argumentações do tipo 'muita infraestrutura para atendimento a
689 poucos usuários' não se justifica, na medida em que estamos tratando de algo
690 que é como um coração da Universidade, que merece toda nossa atenção e
691 que tem um efeito multiplicador incrível, e que justamente por isso não pode
692 atender como se fosse uma escola de âmbito muito grande. Portanto, de modo
693 que o espaço de reflexão e de ações concretas, na perspectiva de inclusão das
694 creches nos parâmetros que norteiam a vida financeira da Universidade - e
695 esse é ponto onde 'a porca torce o rabo' - devem permitir que elas façam parte
696 da lista de prioridades, do nosso ponto de vista, que norteiam as decisões que
697 fundamentam as gestões acadêmicas, ao contrário de serem deixadas de lado,
698 sendo mesmo tratadas como um ônus, dentro de uma perspectiva
699 administrativa mais imediatista. Então, neste momento em que se examinam
700 elementos pertinentes a decisões na dimensão orçamentária, o espaço para
701 reinserção da questão das creches, de seu debate e das ações concretas daí
702 advindas, se coloca imperativa." **Cons. Adriano Brant Favarin:** "Conforme foi
703 apresentado no início do Conselho Universitário pelo Professor Vahan, nesse
704 mês encerrou-se a CPI das Universidades da ALESP. Nós, do Sintusp, viemos
705 denunciando, desde o início da formação dessa Comissão, a sua intenção de
706 avançar sobre a autonomia universitária e na privatização e elitização das
707 universidades públicas estaduais paulistas. Quero destacar três conclusões da
708 CPI que reforçam essas questões. A primeira é a proposta da busca de fontes
709 privadas de financiamento pela via de mensalidades dos estudantes e
710 cobrança de estacionamento. A segunda é a proposta de estender a
711 terceirização e reduzir o quadro dos servidores públicos concursados na
712 Universidade. E a terceira é o questionamento às estruturas de administração e
713 gestão da Universidade. Como é evidente, todas essas sugestões da CPI têm
714 por trás o interesse de sucatear a universidade pública, privatizar e elitizar o

715 conhecimento que é aqui produzido, e garantir maior poder de intervenção do
716 Governo Estadual sobre as estruturas da Universidade, e merecem por isso
717 nosso total repúdio. Mas, também é importante destacar nesse espaço mais
718 uma vez que essas medidas de ataques propostas pela ALESP não são
719 novidade dentro da Universidade. Infelizmente, quando este Conselho
720 Universitário aprovou os parâmetros de sustentabilidade em 2017 e se mantém
721 fiel às medidas de arrocho salarial e de congelamento de contratações, ele está
722 compactuando também com a política de terceirização, que é proposta pela
723 CPI. Não é à toa, inclusive, que o exemplo utilizado pela relatora da Comissão
724 como modelo a ser seguido pelas universidades estaduais paulistas, é a
725 terceirização de 8 bandejões da USP, de 2014 até 2017, o que tem mantido a
726 sobrecarga de trabalho dos funcionários efetivos e levado a uma situação de
727 exploração e humilhação absurda com os terceirizados, que se quer podem se
728 alimentar da comida que ajudam a produzir nos restaurantes da Universidade
729 de São Paulo. Quando a Reitoria mantém a Creche Oeste fechada - inclusive
730 quero parabenizar o trabalho da ADUSP na publicação dessa revista, em
731 defesa da creche - ao arrepio até da própria justiça e da decisão desse
732 Conselho Universitário, de que todas as vagas das creches da USP fossem
733 preenchidas, ou mesmo quando a Reitoria deixa de incluir no orçamento
734 plurianual a verba necessária para contratação de funcionários efetivos para o
735 Hospital, a Reitoria infelizmente fortalece essas políticas de privatização e
736 elitização da Universidade de São Paulo. Na última reunião do Conselho
737 Universitário, o Professor Vahan se exaltou com a minha fala quando
738 questionei o fato da Reitoria ter encaminhado às Unidades um requerimento de
739 um Deputado da ALESP, sobre as atividades ideológicas e políticas realizadas
740 nas Unidades e uma lista com os nomes dos realizadores. O Professor Vahan
741 acusou meu questionamento de uma tentativa de nos auto destruir
742 internamente. Agora pergunto, inclusive para o Professor Vahan, como
743 esperam que lutemos juntos em defesa da Universidade, quando grande parte
744 dos ataques propostos pela CPI já vem sendo aplicados pela Reitoria contra os
745 estudantes, trabalhadores e a comunidade ao redor da USP? A privatização
746 pela via dos fundos patrimoniais e a aplicação do marco legal da ciência, com a
747 reforma apressada do Estatuto Docente são partes disso. Há meses, vários
748 setores da comunidade da USP têm trazido propostas à Reitoria de garantir a

749 liberação das aulas e dos serviços da Universidade para que possamos
750 organizar uma Assembleia Geral Universitária, que possa discutir a
751 democratização das estruturas de poder dessa Universidade, que são
752 anacrônicas, inclusive com a própria LDB - Lei de Diretrizes e Bases do
753 Governo Federal, para que possamos evitar que os deputados usem isso de
754 maneira demagógica para intervir na gestão da USP. Mas, infelizmente, a
755 Reitoria sequer responde a esse chamado para construção de uma Assembleia
756 Geral Universitária. Ou seja, não são as propostas e ações do Sintusp ou do
757 movimento estudantil que estão auto destruindo a Universidade. Infelizmente,
758 vem sendo a Reitoria e com o aval desse Conselho Universitário, que está
759 dando as munições para o Governo Dória e para esses Deputados atacarem a
760 autonomia universitária. Portanto, para podermos defender de maneira
761 unificada a universidade pública é mais do que necessário que a Reitoria e este
762 Conselho revejam essas políticas de privatização, que tem sido aplicadas
763 internamente na Universidade de São Paulo.” **Cons.ª Neli Maria Paschoarelli**
764 **Wada**: “Primeiramente, queremos agradecer o Fórum das Seis, entidades de
765 professores e funcionários da USP, UNESP e UNICAMP pelo brilhante trabalho
766 que realizaram na Assembleia Legislativa, em defesa da autonomia
767 universitária, e também por mais verbas para as universidades estaduais
768 paulistas. Viva a autonomia universitária. Mas logo vem a pergunta: autonomia
769 universitária para quem? Será que é também para os funcionários? Estamos
770 reivindicando que a Reitoria faça uma matéria aos jornais de grande circulação,
771 rebatendo a matéria publicada no Estadão, intitulada 'Servidores da USP
772 gastaram 50 mil em viagens sem justificativas claras, apontadas na CPI'. Essa
773 matéria incluiu nomes de funcionários técnicos e administrativos, e até de
774 motoristas, os quais não têm nada a ver com os grandes salários e as
775 vultuosas diárias da USP. Os funcionários da USP continuam vivendo o terror
776 do assédio moral e sexual, da depressão, tentativas de suicídio, dependência
777 química, falta de assistência à saúde no HU, as professoras de educação física
778 das nossas creches sem o devido respeito e valorização, os funcionários do
779 Instituto de Química trabalhando com péssimas condições, os funcionários
780 básicos em desvio de funções, exercendo funções de alta complexidade, e sem
781 valorização nenhuma. O valor orçado no orçamento de 2019, de cerca de R\$
782 35,6 milhões para a carreira de professores e funcionários não saiu do papel. O

783 acordo coletivo com pouco avanço nas reivindicações e tratamento desigual
784 enquanto servidores públicos dessa Universidade. Os professores realizaram
785 seu encontro esse ano sem nenhum desconto de dias e vale refeição, os
786 funcionários realizaram seu congresso depois de muitas idas e vindas com o
787 Magnífico Reitor, liberando os dias, porém a CODAGE teve a coragem de
788 descontar, nos três dias, o vale refeição, considerando que nesses dias,
789 mesmo os funcionários reunidos dentro da Universidade, não teriam
790 necessidade de se alimentar. O acordo coletivo tem imposto aos funcionários
791 horas de jornada de trabalho extensivas, pelo tratamento desigual com os
792 professores. Estamos reivindicando a concessão da não compensação dos
793 dias das pontes de feriados e no recesso, como ocorre com os professores, os
794 quais, inclusive, não perdem o vale refeição. Pedimos, também, a liberação dos
795 dias 24 e 31 de dezembro para que esses dias não se tornem horas negativas
796 a serem compensadas. Exigimos igualdade para todos. Companheiros e
797 companheiras da USP, se quisermos ver as nossas reivindicações se tornarem
798 conquistas, temos que voltar a fazer luta combativa, pois do contrário, seremos
799 apenas um número. E para não sermos mais um número, temos que estar
800 sempre na luta." **Cons. Luís Ribeiro de Paula Júnior**: "Daqui a alguns dias,
801 vamos discutir o orçamento. E mais uma vez, os representantes os
802 trabalhadores serão meros espectadores dos números, pois nós não temos
803 representantes na Comissão de Orçamento e Patrimônio da USP. Aliás,
804 também não temos representantes na Comissão de Legislação e Recursos, e
805 na Comissão de Atividades Acadêmicas. Os estudantes têm seus
806 representantes nas três comissões, mas os trabalhadores não. Por que essa
807 discriminação? Seria interessante revermos essa posição. Mesmo na formação
808 desse Conselho Universitário, são mais de 100 professores, 15 estudantes e
809 somente 3 trabalhadores. Se olharmos para o número de trabalhadores que a
810 Universidade tem, três representantes é muito pouco. Como já foi lembrado
811 nas falas anteriores, os trabalhadores são parte importante da história dessa
812 Universidade. Se a USP é o que é hoje, isso também se deve ao trabalho
813 cotidiano de todos nós, trabalhadores da USP, desde o jardineiro até o técnico
814 que ajuda a preparar aulas, inclusive substituindo o professor quando
815 necessário. Então, somos sim, muito importantes para a Universidade, não
816 tenho nenhuma dúvida disso. Quanto à autonomia universitária da qual foi

817 falado hoje, vocês acham que ela teria acontecido sem o protagonismo dos
818 trabalhadores na frente do Palácio dos Bandeirantes, nos anos 1980? Será que
819 teríamos autonomia se não tivéssemos ido lá? É bom pensar sobre isso. E
820 foram muitas as batalhas em que estivemos aqui na linha de frente. É comum.
821 Nós vamos para a linha de frente para defender a universidade pública, gratuita
822 e de qualidade. Isso é muito comum. E vale lembrar mais um episódio, quando
823 o José Serra quis acabar com a autonomia através da criação da Secretaria de
824 Ensino Superior, em 2007, aconteceu o quê? 50 dias de greve. Ele teve que
825 repensar e o Pinotti teve que arrumar as malas e deixar a Secretaria. Para
826 encurtar a história, já passou da hora da Universidade reconhecer o valor de
827 todos nós, e a melhor forma de fazer isso é mudando o Regimento desse
828 Conselho, para que os trabalhadores tenham representação nessas três
829 Comissões e para que tenhamos, pelo menos, o mesmo número de
830 representantes que têm os estudantes. Muita coisa precisa mudar na USP,
831 mas se tivermos um pouco mais de representatividade para os trabalhadores, a
832 gente começa a mudar um pouco.” **Cons. Daniel Bruno Vasconcelos:** “Estou
833 no final do meu mandato como representante da pós-graduação neste
834 Conselho. Desde o começo do ano venho falando com o Professor Hernandez
835 sobre a questão da moradia estudantil, da necessidade de se fazer uma
836 reforma, de se ter mais investimentos nessa questão. No próximo ano não
837 estarei mais aqui, mas venho encarecidamente pedir a esta gestão da Reitoria
838 para olhar com prioridade essa questão da infraestrutura no CRUSP, porque
839 chegará o verão e as chuvas são muito fortes. Trouxe, no início do ano, alguns
840 vídeos e fotos mostrando como ficam as moradias nesse período do ano.
841 Então, peço encarecidamente que essa gestão, junto com a SAS, o
842 Superintendente, comecem a olhar melhor para essa questão de infraestrutura.
843 Para além disso, há outros pontos, como as lavanderias - não temos uma única
844 máquina de lavar funcionando -, nas cozinhas os fogões também estão todos
845 quebrados. Como os moradores do CRUSP costumam falar, está difícil resistir
846 aqui nesse espaço. Portanto, trago um pouco da voz desses alunos, para que
847 saibam um pouco desse cotidiano e o que vai acontecer agora com as chuvas.
848 Peço que a Reitoria tenha um olhar para um investimento imediato, a fim de
849 evitar que ocorra algum acidente. Quero parabenizar também pela CPI, por
850 todo esse processo que a Universidade passou, quero dizer que os alunos de

851 pós-graduação estão juntos para defender a universidade pública. Quero
852 agradecer por toda a atenção, o Professor Hernandes especialmente, pelas
853 conversas, muito obrigado.” **Cons^a Ana Luísa Calvo Tibério:** “Venho, em
854 nome da gestão 'Nossa Voz' do DCE Livre da USP, informar que fomos
855 reeleitos para a condução da entidade para 2020, com 60% dos votos dos
856 estudantes. Com isso, o projeto da 'Nossa Voz' que começou em 2017 foi
857 novamente legitimado nas urnas pelos estudantes. Um projeto mobilizador de
858 defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Um projeto contra a
859 CPI das Universidades Públicas e contra os cortes de bolsas de pesquisa. Um
860 projeto pautado no diálogo com todos os setores da Universidade e presente
861 no dia a dia dos estudantes, que visa cotidianamente atender às demandas
862 concretas dos estudantes dos diversos cursos e *campi* da nossa Universidade.
863 Um projeto que entende a permanência estudantil como prioridade. Essa
864 prioridade que nos faz lutar por mais bolsas, por moradias dignas, por um
865 acolhimento responsável na pauta de saúde mental, por uma graduação
866 adequada à realidade dos novos ingressantes da nossa Universidade e pela
867 reativação da Creche Oeste, pauta importante que foi trazida hoje neste
868 Conselho e que influencia diretamente a permanência estudantil,
869 principalmente dos pais e mães estudantes da nossa Universidade. Um projeto
870 também que tem como foco a defesa dos espaços estudantis que, para nós, é
871 uma prioridade, tendo em vista que a defesa dos espaços diz respeito à defesa
872 da autonomia estudantil, ao pertencimento à Universidade e também à
873 permanência nela. Esse foco, em defesa aos espaços estudantis, fez com que
874 recentemente a nossa gestão pudesse recuperar a Vivência Estudantil
875 Alexandre Vanucci Leme, que fica próxima ao bandeirão central e estava
876 fechada há sete anos e que a nossa gestão conseguiu reabrir depois de muito
877 esforço, muita mobilização e muito diálogo com a Reitoria. Esperamos
878 continuar lutando e defendendo os espaços estudantis junto aos demais
879 Centros Acadêmicos e às demais entidades, porque acreditamos que isso é
880 central. Continuaremos lutando e estando presentes neste Conselho e espero
881 que os senhores continuem contando conosco e que possamos continuar
882 fazendo um bom trabalho, seja dentro deste Conselho, dentro da Universidade
883 e fora dela. Contem conosco e esperamos contar com todos também.” **Cons.**
884 **Marcos Garcia Neira:** “Quero trazer um argumento complementar àqueles que

885 já foram apresentados pela Professora Ana Lofredo e peço permissão para
886 fazer a leitura de um pequeno texto. 'Além de toda a relevância das creches da
887 USP em termos de ensino, pesquisa e extensão a creche é um direito das
888 crianças e também das famílias. A esses argumentos pretendo apresentar mais
889 um, baseado na realidade de vida pela nossa Unidade, talvez seja também a
890 realidade de vida de muitas unidades que estão aqui representadas. A creche
891 , deve também ser vista como uma política de permanência estudantil,
892 especialmente das estudantes mães que não têm com quem deixar as crianças
893 e, não raro, vêm para a Universidade trazendo os seus filhos. Mais do que o
894 fator que interfere na dinâmica das aulas, precisamos nos sensibilizar para o
895 lugar dessas crianças, que não têm os seus direitos e necessidades
896 reconhecidos, permanecendo submetidas a circunstâncias inapropriadas que
897 podem resultar - e com frequência resultam - em situações de coerção para
898 inibir a criança que não para quieta, ao mesmo tempo, ao lado da mulher mãe
899 estudante, que sofre constrangimento imposto por tal situação e sofre também
900 ao ver o filho desatendido, o que pode resultar até mesmo no abandono do
901 curso - e tem resultado. A creche é um lugar planejado e adequado para as
902 crianças, onde elas criam vínculos e têm a oportunidade de viver criativamente,
903 além de ser um local em que as famílias participam e deixam os seus filhos
904 com confiança e tranquilidade para assumir outros compromissos com a
905 Universidade. A educação infantil, principalmente em creches de zero a três
906 anos, é onde encontramos o maior déficit de atendimento da demanda no país,
907 sendo a qualidade de oferta ainda uma preocupação. Aproveito a oportunidade
908 para dizer que esse é o caso do nosso Município de São Paulo. Não
909 conseguimos atender todas as crianças e, na maioria dos casos, quando
910 atendidas, as instituições não correspondem aos padrões mínimos de
911 qualidade. As muitas vozes que se expressam nessa revista que os senhores
912 poderão retirar lá fora ao final da reunião deixam claro que temos nas creches
913 da USP o que é mais difícil de ser alcançado, que é a experiência acumulada
914 de uma educação infantil democrática, que escuta e respeita as crianças e
915 desenvolve um trabalho voltado ao acesso e à produção de cultura, porque não
916 basta acessar os bens culturais, é necessário criar a subjetividade de
917 pertencimento e participação. Esse é um dos grandes desafios atuais para a
918 educação infantil, para cujo enfrentamento temos a valiosa experiência das

919 creches da USP. Quero ressaltar que a creche é um direito das crianças e das
920 famílias, inclusive das famílias de estudantes que frequentam os nossos cursos
921 de graduação e pós-graduação. Obrigado!” **Cons.^a Julia Kopf de Moraes**
922 **Paulo**: “Como era esperado, na verdade, a CPI das Universidades acabou e
923 sem nenhuma denúncia séria contra as Estaduais Paulistas, o que é muito
924 positivo, mas é importante dizer que não passamos incólumes por esse
925 processo, o movimento estudantil foi sistematicamente atacado, deslegitimado,
926 e a autonomia universitária e o livre pensar foram colocados em xeque por
927 parlamentares do nosso Estado. Mas, indo também contra algo que seja de
928 proveitoso nisso tudo, é importante reconhecer a unidade política e de ação
929 que foi feita entre as Universidades Estaduais com o Fórum das Seis e também
930 internamente aqui na USP. E como bem disse o Professor Vahan e o Professor
931 André Singer, esses ataques não irão acabar no próximo período e é
932 importante que consigamos manter essa unidade frente a isso. Mas, também, a
933 CPI exhibe um descontentamento e principalmente um desconhecimento dos
934 parlamentares e da sociedade com a Universidade. É importante que fiquemos
935 atentos a isso, porque é um alerta. Acho que nesses últimos tempos foram
936 feitos avanços por parte da Universidade, como podemos ver o Programa USP
937 Municípios, como podemos ver o fortalecimento do Jornal do *Campus* e
938 também pelo DCE da USP, com as instituições universitárias da USP nos
939 bairros. Mas, ainda há muito a ser feito e não podemos deixar essas
940 oportunidades, quando elas surgem, de ocupar esses espaços e conseguir
941 essa interlocução de maneira apropriada. Uma das interfaces da USP para a
942 cidade de São Paulo, em especial, e bastante relevante, é o Hospital
943 Universitário, e precisamos superar o discurso fácil e alguns falsos conceitos
944 que foram criados a partir disso e, de fato, pensar em um projeto a longo prazo
945 pela importância que ele tem para a sociedade e como extensão, mas também
946 para o ensino universitário que o HU representa. Nós, da gestão 'Nossa Voz',
947 estamos muito comprometidos com a luta do HU, com essa pauta e queremos
948 reforçar a necessidade de garantir também esses recursos extra orçamentários
949 que vêm para o hospital, sem obviamente prejudicar o ensino e a gestão da
950 USP frente à Universidade. Finalizando, aproveito para reforçar o convite ao
951 Senhor Vahan, que entenda o espaço do Ministério Público em relação ao HU
952 também, como uma forma de interlocução com a sociedade, que ocupa esse

953 espaço. Ainda está para ser marcada a próxima sessão, mas queria pedir
954 justamente isso, assim como a CPI era uma ameaça, mas foi importante na
955 interlocução e na unidade da ação.” **Cons.^a Maria Arminda do Nascimento**
956 **Arruda**: “Venho aqui, primeiro para fazer um convite e também dizer que em
957 momentos difíceis como esse que as Universidades e o próprio país estão
958 vivendo, a Universidade tem que reafirmar os seus princípios. E uma maneira
959 de reafirmar é celebrar, celebrar a sua história, as suas conquistas, por isso a
960 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas convida a todos – vocês
961 receberão convites formais – para os dias nos quais iremos comemorar 85
962 anos da Faculdade e que também são os 85 anos da Fundação da
963 Universidade de São Paulo, será no dia dois. E aproveito para agradecer a
964 Professora Maria Aparecida, Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária.
965 Às 18 horas, no Camargo Guarnieri, teremos a leitura cênica da peça de uma
966 ex-aluna da Faculdade de Ciências Sociais, Consuelo de Castro, falecida há
967 pouco tempo, que se chama ‘A Prova de Fogo’. Essa peça é anterior aos
968 acontecimentos da Maria Antônia, mas é uma peça premunitória. No dia três
969 teremos duas comemorações, estou convidando os diretores e já falei com
970 alguns, falarei pessoalmente com os outros daquelas Unidades dos cursos que
971 faziam parte da antiga Faculdade de Filosofia para uma Mesa, na qual
972 discutiremos a Ciência, a Cultura, a Universidade e o legado da Faculdade de
973 Filosofia. Depois teremos a inauguração de uma Galeria dos Fundadores da
974 Faculdade e da USP e de uma segunda Galeria, que contemplará os
975 Professores Eméritos da Faculdade de Filosofia. No dia quatro, teremos um
976 debate com uma exposição, uma conferência magistral, que terá como tema -
977 que é um tema desafiador - ‘Afinal para o que servem as Ciências Humanas
978 hoje. Que devíamos dizer: As Ciências Humanas, as Ciências Sociais, as
979 Sociais Aplicadas e as Artes’. Não tenho dúvida de que grande parte do que
980 tem acontecido com as universidades públicas brasileiras, mais com o
981 chamado Sistema Público Paulista, que tem que ser orgulho de todos nós e
982 deste país, neste interior as nossas áreas tem sido as mais penalizadas,
983 precisamos debater isso, é o lugar para debater e a Universidade existe
984 enquanto ela puder falar de todos os temas e tratar de todas as questões sem
985 medo, sem censura e com liberdade e autonomia. Estão todos convidados e
986 receberão, como eu disse, os convites formais. Que esse momento seja o

987 momento de celebração da Universidade de São Paulo e, ao mesmo tempo, de
988 coroamento de um trabalho que a Universidade tem feito ao longo dos anos,
989 mas mais do que isso - o Professor André Singer, representante da
990 Congregação da Faculdade, já manifestou e eu manifesto pessoalmente como
991 Diretora -, o agradecimento e os cumprimentos à Reitoria pelo trabalho que
992 desenvolveu frente a CPI." **M. Reitor**: "Quero cumprimentar a Professora Maria
993 Arminda e a Faculdade de Filosofia. Temos, sim, que celebrar, temos que
994 recordar, temos que lembrar da nossa história, isso é muito importante.
995 Parabenizo a Faculdade de Filosofia, porque além de celebrar, de recordar, de
996 relembrar, fazem questão também de fazer uma reflexão. Sempre é muito
997 importante pensarmos um pouco no que acontece e o último tema de debate,
998 professora, de fato, preocupa-me, porque nesse período de retrocesso, de
999 regressão, em pleno século XXI, em que as universidades européias, por
1000 exemplo, que eram muito divididas, estão se unindo para ter um ambiente
1001 multidisciplinar, nós ainda temos dúvidas, ou melhor, temos que justificar a
1002 nossa multidisciplinaridade. Isso é muito importante, Professora Maria Arminda.
1003 Quero, também, apenas para encerrar, tranquilizar a comunidade que
1004 felizmente as conclusões da CPI não são as mencionadas aqui, essas
1005 conclusões são uma versão antiga, que graças a um trabalho bastante árduo
1006 do nosso Grupo de Acompanhamento, foram alteradas. Então, por favor,
1007 aguardem mais alguns dias, o Professor Ignácio fará um pequeno resumo para
1008 que todos tenham uma melhor compreensão do que é o Relatório Final, porque
1009 ele é muito longo e anexo ao resumo do Professor Ignácio iremos incluir o
1010 Relatório versão final. Temos que esperar a versão final ser publicada no Diário
1011 Oficial e aí iremos divulgar a todos, ou deixar no *site* da USP, juntamente com
1012 o Relatório Executivo resumido do Professor Ignacio. Quero, também,
1013 tranquilizar a todos, porque todos os itens duvidosos em relação aos nossos
1014 funcionários foram respondidos e justificados. Infelizmente, o Sindicato dos
1015 Professores colocou uma versão anterior do Relatório no *site* e isso,
1016 obviamente, irritou os deputados, não era segredo de Estado, mas irritou os
1017 deputados a divulgação, a Comissão de Acompanhamento está tentando
1018 acalmar os ânimos. Logicamente, o que foi divulgado será mantido e isso é
1019 muito ruim, porque contém erros, funcionário ganhando R\$ 70 mil, aluna que
1020 recebeu milhões, número equivocado de pessoas que receberam bolsas de

1021 graduação, erros primários que conseguimos reverter, portanto, nenhum aluno,
1022 funcionário e docente que apareceu nessa versão preliminar ficou com alguma
1023 dúvida para o Conselho. Nesse ponto, quero tranquilizar. Realmente Daniel,
1024 você tem razão, os processos estão sendo muito lentos, a SEF está tentando
1025 agilizar, a USP é complexa, nenhuma empresa de *facilities* encara a USP sem
1026 um estudo prévio, está sendo preparado um Edital para uma licitação de uma
1027 empresa que terá que fazer o estudo de como agilizar, organizar a manutenção
1028 de edifícios da nossa Universidade e só depois poderemos licitar empresas
1029 para a execução dessa manutenção. Está demorando mais do que
1030 pretendíamos. Infelizmente, pelo nosso gigantismo, quando pensamos em
1031 fazer alguma coisa centralizada, demanda um tempo maior. A SEF e a SAS
1032 estão envolvidas em tentar melhorar o ambiente residencial dos nossos alunos
1033 de graduação e de pós-graduação, mas está demorando muito, muito mais do
1034 que estávamos querendo.” Ato contínuo, o **M. Reitor** passa à **PARTE II -**
1035 **ORDEM DO DIA - PARA REFERENDAR. 1 - ALTERAÇÃO DE RESOLUÇÃO**
1036 **- 1.1 - PROCESSO 2010.1.31554.1.8 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO -**
1037 Proposta de alteração do Regimento da Procuradoria Geral, decorrente da
1038 criação da função de estrutura de Procurador Geral Adjunto. Memorando do
1039 Coordenador Executivo, Dr. Carlos Eduardo Trevisan de Lima, ao Secretário
1040 Geral, Prof. Dr. Pedro Vitoriano de Oliveira, encaminhando minuta de
1041 Resolução que altera o Regimento da Procuradoria Geral da USP (Resolução
1042 nº 5888/2010), para apreciação “*ad referendum*” das Comissões de Orçamento
1043 e Patrimônio e de Legislação e Recursos (20.09.19). **Parecer da COP:** o
1044 Senhor Presidente aprova, “*ad referendum*” da Comissão, a minuta de
1045 Resolução que altera dispositivos do Regimento da Procuradoria Geral da
1046 USP, baixado pela Resolução nº 5888/2010. O despacho foi referendado pela
1047 COP em 15.10.2019. **Parecer da CLR:** o Senhor Presidente aprova, “*ad*
1048 *referendum*” da Comissão, a minuta de Resolução que altera dispositivos do
1049 Regimento da Procuradoria Geral da USP, baixado pela Resolução nº
1050 5888/2010, tendo em vista a criação da função de Estrutura de Procurador
1051 Geral Adjunto. O despacho foi referendado pela CLR em 16.10.2019.
1052 Resolução nº 7822, de 20.09.2019, publicada no Diário Oficial de 21.09.2019,
1053 aprovada pelo M. Reitor, “*ad referendum*” do Conselho Universitário. É
1054 referendada, por 91 votos e 2 abstenções, a decisão do M. Reitor constante do

1055 processo acima citado. **2 - RETIFICAÇÃO DA TABELA DE VAGAS USP**
1056 **2020. 2.1 - PROTOCOLADO 2019.5.385.1.5 - PRÓ-REITORIA DE**
1057 **GRADUAÇÃO** - Tabela de Vagas da USP para 2020, com alteração na
1058 alocação das vagas do SISU da ESALQ. Informação da Pró-Reitoria de
1059 Graduação, encaminhando à Secretaria Geral a retificação da Tabela de Vagas
1060 USP 2020 para as providências necessárias (26.09.19). **Parecer do CoG:** o
1061 Senhor Presidente aprova "*ad referendum*" do Conselho de Graduação, a
1062 Tabela de Vagas USP 2020, com a retificação na distribuição de vagas da
1063 ESALQ para o SISU (25.09.19). **Parecer da CAA:** o Senhor Presidente aprova,
1064 "*ad referendum*" da Comissão, a retificação da Tabela de Vagas USP 2020. O
1065 despacho foi referendado pela CAA em 14.10.2019. Despacho do Vice-Reitor
1066 no exercício da Reitoria, Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez, aprovando, "*ad*
1067 *referendum*" do Conselho Universitário, a alteração da Tabela de Vagas do
1068 Vestibular 2020, conforme solicitação encaminhada pela Pró-Reitoria de
1069 Graduação, bem como a aprovação "*ad referendum*" da CAA (1º.10.19). É
1070 referendada, por 90 votos e 2 abstenções, a decisão do Vice-Reitor constante
1071 do processo acima citado. A seguir, o **M. Reitor** passa à **PARTE III**, informando
1072 que os itens 1, 2 e 3 são basicamente adaptações em função da deliberação
1073 do Conselho Universitário de extinguir o Instituto de Medicina Tropical como
1074 Instituto Especializado. **1 - ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA USP - 1.1 -**
1075 **PROCESSO 2013.1.7.92.1 - PREFEITURA DO QUADRILÁTERO**
1076 **SAÚDE/DIREITO** - Proposta de alteração do § 2º do artigo 4º do Estatuto da
1077 USP, tendo em vista que o Instituto de Medicina Tropical não compõe mais o
1078 Quadrilátero Saúde/Direito e a proposta de alteração do Regimento do
1079 Quadrilátero Saúde/Direito. **Parecer PG nº 01641/2019:** esclarece que a
1080 Resolução nº 7756/2019 suprimiu o Instituto de Medicina Tropical (IMT) do rol
1081 dos órgãos de integração da Universidade e que foi transformado em Centro
1082 Especializado da Faculdade de Medicina. Tendo em vista que o IMT compunha
1083 o Quadrilátero Saúde/Direito e a vista da transformação da sua natureza
1084 jurídica, entendeu-se por retirá-lo da composição do Quadrilátero, não havendo
1085 impedimento jurídico. Ressalta a necessidade de adequação do § 2º do artigo
1086 4º do Estatuto e dos incisos II e III do artigo 27-B do Regimento Geral da USP,
1087 que se relacionam com a matéria. Encaminham minuta de Resolução
1088 (07.10.19). **Texto atual: Artigo 4º** - A USP cumpre seus objetivos por meio de

1089 Unidades, Museus, órgãos de Integração e órgãos Complementares,
1090 distribuídos em *campi*. (...) § 2º - Compõe o Quadrilátero Saúde/Direito a
1091 Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem, a Faculdade de Saúde
1092 Pública, o Instituto de Medicina Tropical e a Faculdade de Direito. (...). **Texto**
1093 **proposto: Artigo 4º** - A USP cumpre seus objetivos por meio de Unidades,
1094 Museus, órgãos de Integração e órgãos Complementares, distribuídos em
1095 *campi*. (...) § 2º - Compõe o Quadrilátero Saúde/Direito a Faculdade de
1096 Medicina, a Escola de Enfermagem, a Faculdade de Saúde Pública e a
1097 Faculdade de Direito. (...). **Parecer da CLR:** aprova o parecer da relatora,
1098 Prof.^a Dr.^a Léa Assed Bezerra da Silva, favorável à proposta de alteração dos
1099 artigos 1º, 3º, 4º, 5º, 7º, 9º e 11 do Regimento do Quadrilátero Saúde/Direito,
1100 bem como às consequentes alterações no Estatuto e Regimento Geral da USP
1101 (16.10.19). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. Não
1102 havendo manifestações, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação.** Pelo painel
1103 eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 89 (oitenta e nove) votos; Não
1104 = 1 (um); Abstenções = 2 (dois); Total de votantes = 92 (noventa e dois). É
1105 aprovado o parecer da CLR, favorável à proposta de alteração do § 2º do artigo
1106 4º do Estatuto da USP. **2 - ALTERAÇÃO DO REGIMENTO GERAL DA USP -**
1107 **2.1 - PROCESSO 2013.1.7.92.1 - PREFEITURA DO QUADRILÁTERO**
1108 **SAÚDE/DIREITO** - Proposta de alteração dos incisos II e III do artigo 27-B do
1109 Regimento Geral da USP, tendo em vista que o Instituto de Medicina Tropical
1110 não compõe mais o Quadrilátero Saúde/Direito. **Parecer PG nº 01641/2019:**
1111 esclarece que a Resolução nº 7756/2019 suprimiu o Instituto de Medicina
1112 Tropical (IMT) do rol dos órgãos de integração da Universidade e que foi
1113 transformado em Centro Especializado da Faculdade de Medicina. Tendo em
1114 vista que o IMT compunha o Quadrilátero Saúde/Direito e a vista da
1115 transformação da sua natureza jurídica, entendeu-se por retirá-lo da
1116 composição do Quadrilátero, não havendo impedimento jurídico. Ressalta a
1117 necessidade de adequação do § 2º do artigo 4º do Estatuto e dos incisos II e III
1118 do artigo 27-B do Regimento Geral da USP, que se relacionam com a matéria.
1119 Encaminham minuta de Resolução (07.10.19). **Texto atual: Artigo 27-B** - O
1120 Conselho Gestor do Quadrilátero Saúde/Direito tem a seguinte composição:
1121 (...) II - os Diretores das Unidades de Ensino e Pesquisa e do Instituto
1122 Especializado, que compõem o Quadrilátero Saúde/Direito; III - um

1123 representante docente de cada Unidade de Ensino e Pesquisa e Instituto
1124 Especializado, que compõem o Quadrilátero Saúde/Direito, eleitos pelos seus
1125 pares; (...). **Texto proposto: Artigo 27-B** - O Conselho Gestor do Quadrilátero
1126 Saúde/Direito tem a seguinte composição: (...) II - os Diretores das Unidades
1127 de Ensino e Pesquisa, que compõem o Quadrilátero Saúde/Direito; III - um
1128 representante docente de cada Unidade de Ensino e Pesquisa, que compõe o
1129 Quadrilátero Saúde/Direito, eleitos pelos seus pares; (...). **Parecer da CLR:**
1130 aprova o parecer da relatora, Prof.^a Dr.^a Léa Assed Bezerra da Silva, favorável
1131 à proposta de alteração dos artigos 1º, 3º, 4º, 5º, 7º, 9º e 11 do Regimento do
1132 Quadrilátero Saúde/Direito, bem como às consequentes alterações no Estatuto
1133 e Regimento Geral da USP (16.10.19). Minuta de Resolução preparada pela
1134 Secretaria Geral. Não havendo manifestações, o **M. Reitor** passa à votação.
1135 **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 91
1136 (noventa e um) votos; Não = 0; Abstenções = 3 (três); Total de votantes = 94
1137 (noventa e quatro). É aprovado o parecer da CLR, favorável à proposta de
1138 alteração dos incisos II e III do artigo 27-B do Regimento Geral da USP. **3 -**
1139 **ALTERAÇÃO DE REGIMENTO DE PREFEITURA DE CAMPUS DA USP - 3.1**
1140 **- PROCESSO 2013.1.7.92.1 - PREFEITURA DO QUADRILÁTERO**
1141 **SAÚDE/DIREITO** - Proposta de alteração dos artigos 1º, 3º, 4º, 5º, 7º, 9º e 11
1142 do Regimento do Quadrilátero Saúde/Direito. Ofício do Prefeito do Quadrilátero
1143 Saúde/Direito, Prof. Dr. Raymundo Soares de Azevedo Neto, ao Vice-Reitor,
1144 Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez, encaminhando a proposta de alteração do
1145 Regimento do Quadrilátero Saúde/Direito, tendo em vista a publicação da
1146 Resolução nº 7756/2019. Proposta aprovada pelo Conselho Gestor em reunião
1147 de 02.08.2019. **Parecer PG nº 01641/2019:** esclarece que a Resolução nº
1148 7756/2019 suprimiu o Instituto de Medicina Tropical do rol dos órgãos de
1149 integração da USP e foi transformado em Centro Especializado da Faculdade
1150 de Medicina. A vista da transformação de sua natureza jurídica, com a perda
1151 relativa de sua autonomia, entendeu-se por retirá-lo da composição do
1152 Quadrilátero e de seu Conselho Gestor, esclarecendo, ainda, que não há
1153 impedimento jurídico. Verifica que outros pontos também foram objeto de
1154 reforma e esclarece que, igualmente, não apresentam óbices, tratando-se de
1155 mérito administrativo ou ajustes que não alteram a substância dos dispositivos,
1156 conforme se verifica no quadro comparativo encaminhado. Ressalta que, com a

1157 modificação da composição do Quadrilátero Saúde/Direito e de seu Conselho
1158 Gestor, haverá necessidade de adequação do parágrafo 2º do artigo 4º do
1159 Estatuto da USP e dos incisos II e III do artigo 27-B do Regimento Geral, que
1160 se relacionam com a matéria. A Procuradora Chefe da Procuradoria Acadêmica
1161 acrescenta que deve ser grafado nas minutas a expressão “Quadrilátero
1162 Saúde/Direito” (com uso de barra e não hífen). Tanto no inciso II como no III do
1163 artigo 27-B na minuta devem receber a flexão do verbo no singular “(...)
1164 compõe o Quadrilátero (...)”. O nome da Superintendência a ser mencionado
1165 no inciso VIII do artigo 4º da minuta do Regimento do Quadrilátero
1166 Saúde/Direito é “Superintendência de Segurança” (07.10.19). **Texto atual:**
1167 **Artigo 1º** - Compõem o Quadrilátero Saúde/Direito: I - a Escola de
1168 Enfermagem; II - a Faculdade de Direito; III – a Faculdade de Medicina; IV - a
1169 Faculdade de Saúde Pública; V – o Instituto de Medicina Tropical. **Artigo 3º** - O
1170 Conselho Gestor do Quadrilátero Saúde/Direito tem a seguinte constituição:
1171 (...) II - os Diretores das Unidades de Ensino e Pesquisa e do Instituto
1172 Especializado, que compõem o Quadrilátero Saúde/Direito; III - um
1173 representante docente de cada Unidade de Ensino e Pesquisa e Instituto
1174 Especializado, que compõem o Quadrilátero Saúde/Direito, eleitos pelos seus
1175 pares; §1º - A Presidência e a Vice-Presidência do Conselho Gestor do
1176 Quadrilátero Saúde/Direito serão exercidas pelos Dirigentes referidos no § 2º
1177 do art. 4º do Estatuto, com mandato de um ano, em forma de rodízio. **Artigo 4º**
1178 - Ao Conselho Gestor do Quadrilátero Saúde/Direito compete: (...) VIII - definir
1179 normas de segurança no Quadrilátero Saúde/Direito, de acordo com as
1180 diretrizes e metas fixadas; (...) X - estabelecer regras e procedimentos para
1181 disciplinar a realização de eventos oficiais e festas promovidos nos espaços
1182 próprios das Unidades e Órgãos compreendidos pelo Quadrilátero
1183 Saúde/Direito, bem como nos demais espaços do Quadrilátero Saúde/Direito,
1184 não próprios das Unidades e Órgãos; **Artigo 5º** - O Conselho Gestor do
1185 Quadrilátero Saúde/Direito reunir-se-á ordinariamente a cada 60 dias e,
1186 extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por
1187 maioria de seus membros. **Artigo 7º** - A Prefeitura USP do Quadrilátero
1188 Saúde/Direito é órgão executivo da Administração da Prefeitura USP do
1189 Quadrilátero Saúde/Direito e será exercida pelo Prefeito. Parágrafo único - A
1190 Prefeitura USP do Quadrilátero Saúde/Direito é responsável pelas atividades e

1191 serviços comuns de suporte aos seus integrantes, abaixo relacionados: I -
1192 manutenção das redes de água, esgotos sanitários, pluviais e rede de energia
1193 elétrica (alta e baixa tensão); II - licitar projetos e execução de obras de
1194 pequeno porte em prédios sob sua responsabilidade; III - aferição e controle do
1195 consumo de água e energia elétrica da Unidade e demais órgãos do
1196 Quadrilátero Saúde/Direito; IV - cobrança de consumo de água e energia
1197 elétrica utilizada por serviços de terceiros no âmbito do Quadrilátero
1198 Saúde/Direito; V - instalação e manutenção do serviço de telefonia; VI - limpeza
1199 e conservação das áreas comuns; VII - vigilância de áreas comuns do
1200 Quadrilátero Saúde/Direito; VIII - coleta e remoção de lixo; IX - colaboração na
1201 coleta e remessa de malotes postais; X - esportes e recreação programados
1202 para utilização dos próprios da Prefeitura; XI - comunicação e divulgação de
1203 informações. **Artigo 9º** - Ao Prefeito compete: I - cumprir e fazer cumprir, no
1204 âmbito da Prefeitura, as normas da Universidade de São Paulo; II - fazer
1205 cumprir o Plano Diretor Territorial do Quadrilátero Saúde/Direito; III - controlar o
1206 uso e ocupação do solo do Quadrilátero Saúde/Direito; IV - oferecer subsídios
1207 para o plano de obras do Quadrilátero Saúde/Direito, contido no Plano Diretor
1208 Territorial referido no item II; V - apresentar trimestralmente, ao Conselho
1209 Gestor do Quadrilátero Saúde/Direito, relatório das atividades desenvolvidas no
1210 período, devidamente instruído com indicadores e resultados; VI - administrar,
1211 coordenar e acompanhar a execução das atividades da Prefeitura USP do
1212 Quadrilátero Saúde/Direito, de acordo com as diretrizes institucionais traçadas
1213 pelos órgãos da Administração Central; VII - administrar os serviços
1214 centralizados quando subordinados funcionalmente à Prefeitura; VIII - prover
1215 espaço físico para as atividades dos Órgãos Centrais descentralizados quando
1216 requisitados pela Reitoria; IX - elaborar e encaminhar ao Conselho Gestor do
1217 Quadrilátero Saúde/Direito, anualmente, a proposta orçamentária, de acordo
1218 com os critérios estabelecidos pelo Conselho Universitário; X - elaborar,
1219 anualmente, relatório das atividades desenvolvidas nos doze meses anteriores,
1220 devidamente instruído com indicadores e resultados, enviando-o ao Conselho
1221 Gestor do Quadrilátero Saúde/Direito; XI - exercer o poder disciplinar no âmbito
1222 da Prefeitura; XII - informatizar os procedimentos administrativos para otimizar
1223 a gestão; XIII - executar e fazer cumprir as deliberações do Conselho Gestor do
1224 Quadrilátero Saúde/Direito; XIV - elaborar a proposta de estrutura

1225 organizacional da Prefeitura; XV - baixar Portarias e Instruções no âmbito de
1226 sua competência; XVI - exercer outras atribuições que lhe couberem, por lei,
1227 pelo Estatuto e Regimento Geral da USP, ou por delegação superior. **Artigo 11**
1228 - As eleições para representação discente deverão ser realizadas pelas
1229 entidades estudantis, conforme dispõe o art. 222 do Regimento Geral da USP.
1230 **Texto proposto: Artigo 1º** - Compõem o Quadrilátero Saúde/Direito as
1231 seguintes Unidades da USP localizadas na capital de São Paulo: I - a Escola
1232 de Enfermagem; II - a Faculdade de Direito; III - a Faculdade de Medicina; IV -
1233 a Faculdade de Saúde Pública; V - (suprimido). **Artigo 3º** - O Conselho Gestor
1234 do Quadrilátero Saúde/Direito tem a seguinte constituição: (...) II - os Diretores
1235 das Unidades de Ensino e Pesquisa que compõem o Quadrilátero
1236 Saúde/Direito; III - um representante docente de cada Unidade de Ensino e
1237 Pesquisa, que compõe o Quadrilátero Saúde/Direito, eleitos pelos seus pares;
1238 (...) §1º - A Presidência e a Vice-Presidência do Conselho Gestor do
1239 Quadrilátero Saúde/Direito serão exercidas pelos Dirigentes referidos no art. 1º
1240 deste Regimento, com mandato de um ano, em forma de rodízio. **Artigo 4º** -
1241 Ao Conselho Gestor do Quadrilátero Saúde/Direito compete: (...) VIII - definir
1242 normas de segurança no Quadrilátero Saúde/Direito, de acordo com as
1243 diretrizes e metas fixadas pela Superintendência de Segurança da USP; (...) X -
1244 estabelecer regras e procedimentos para disciplinar a realização de eventos
1245 festivos promovidos nos espaços próprios das Unidades e Órgãos
1246 compreendidos pelo Quadrilátero Saúde/Direito, bem como nos demais
1247 espaços do Quadrilátero Saúde/Direito, não próprios das Unidades e Órgãos;
1248 **Artigo 5º** - O Conselho Gestor do Quadrilátero Saúde/Direito reunir-se-á
1249 ordinariamente a cada 90 dias e, extraordinariamente, sempre que convocado
1250 pelo seu Presidente ou por maioria de seus membros. **Artigo 7º** - A Prefeitura
1251 USP do Quadrilátero Saúde/Direito é órgão executivo da Administração da
1252 Prefeitura USP do Quadrilátero Saúde/Direito e será exercida pelo Prefeito.
1253 **Parágrafo único** - A Prefeitura USP do Quadrilátero Saúde/Direito é
1254 responsável pelas atividades e serviços comuns de suporte aos seus
1255 integrantes, abaixo relacionados: I - licitar contratos para prestação de serviços
1256 que sejam do interesse de todas as Unidades que compõe o Quadrilátero
1257 Saúde/Direito; II - coordenar a fiscalização da execução de contratos de
1258 prestação de serviço nas Unidades junto aos servidores administrativos

1259 indicados por suas Diretorias; III - deliberar sobre os pedidos para realização
1260 de eventos festivos nos espaços próprios das Unidades compreendidas pelo
1261 Quadrilátero Saúde/Direito; IV - assessorar o Conselho Gestor do Quadrilátero
1262 Saúde/Direito em todas as suas atividades; V - comunicar e divulgar
1263 informações de interesse de todas as Unidades. **Artigo 9º** - Ao Prefeito
1264 compete: I - cumprir e fazer cumprir, no âmbito da Prefeitura, as normas da
1265 Universidade de São Paulo; II - administrar, coordenar, e acompanhar a
1266 execução das atividades da Prefeitura USP do Quadrilátero Saúde/Direito, de
1267 acordo com as diretrizes institucionais traçadas pelos órgãos da Administração
1268 Central; III - administrar os serviços centralizados quando subordinados
1269 funcionalmente à Prefeitura; IV - prover espaços físicos para as atividades dos
1270 Órgãos Centrais descentralizados quando requisitados pela Reitoria; V -
1271 elaborar e encaminhar ao Conselho Gestor do Quadrilátero Saúde/Direito,
1272 anualmente, a proposta orçamentária, de acordo com os critérios estabelecidos
1273 pelo Conselho Universitário; VI - elaborar, anualmente, relatório das atividades
1274 desenvolvidas nos doze meses anteriores, devidamente instruído com
1275 indicadores e resultados, enviando-o ao Conselho Gestor do Quadrilátero
1276 Saúde/Direito; VII - exercer o poder disciplinar no âmbito da Prefeitura; VIII -
1277 executar e fazer cumprir as deliberações do Conselho Gestor do Quadrilátero
1278 Saúde/Direito; IX - baixar Portarias e Instruções no âmbito de sua competência;
1279 X - elaborar a proposta de estrutura organizacional da Prefeitura; XI - exercer
1280 outras atribuições que lhe couberem, por lei, pelo Estatuto e Regimento Geral
1281 da USP, ou por delegação superior. **Artigo 11** - As eleições para
1282 representação discente deverão ser realizadas nos termos do Regimento Geral
1283 da USP. **Parecer da CLR:** aprova o parecer da relatora, Prof.^a Dr.^a Léa Assed
1284 Bezerra da Silva, favorável à proposta de alteração dos artigos 1º, 3º, 4º, 5º, 7º,
1285 9º e 11 do Regimento do Quadrilátero Saúde/Direito, bem como às
1286 consequentes alterações no Estatuto e Regimento Geral da USP (16.10.19).
1287 Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. Não havendo
1288 manifestações, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação.** Pelo painel eletrônico,
1289 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 83 (oitenta e três) votos; Não = 0;
1290 Abstenções = 3 (três); Total de votantes = 86 (oitenta e seis). É aprovado o
1291 parecer da CLR, favorável à proposta de alteração dos artigos 1º, 3º, 4º, 5º, 7º,
1292 9º e 11 do Regimento do Quadrilátero Saúde/Direito. Ato contínuo, o **M. Reitor**

1293 passa ao item **3.2 - PROTOCOLADO 2018.5.18.13.5 - PREFEITURA DO**
1294 **CAMPUS USP BAURU** - Proposta de alteração do Regimento do *Campus*
1295 USP de Bauru. Ofício do Presidente do Conselho Gestor do *Campus* de Bauru,
1296 Prof. Dr. José Sebastião dos Santos, ao Magnífico Reitor da Universidade de
1297 São Paulo, Prof. Dr. Vahan Agopyan, comunicando que, em resposta ao ofício
1298 GR/49, de 02 de março de 2018 (anexo), o Conselho Gestor do *Campus* de
1299 Bauru aprovou, na íntegra, a proposta apresentada pela Reitoria de alteração
1300 do Regimento do *Campus* de Bauru, baixado pela Resolução USP nº
1301 3958/1992. Informa, ainda, que o Conselho Gestor do *Campus* de Bauru
1302 aproveitou a discussão sobre o assunto para encaminhar sugestão de
1303 atualização de algumas nomenclaturas constantes no citado Regimento
1304 (19.06.18). **Parecer PG nº 02099/2018:** verifica que, além das reformas
1305 propostas pelo Ofício GR/49, o Conselho Gestor do *Campus* de Bauru sugeriu
1306 atualizações de nomenclaturas. Sugere a substituição da expressão
1307 “funcionários técnicos e administrativos” para “servidores técnicos e
1308 administrativos” e que as novas redações dos dispositivos normativos sejam
1309 acompanhadas da marcação (NR), a indicar que foram modificados. A
1310 Procuradora Chefe da Procuradoria Acadêmica aponta que a alteração da
1311 expressão “Hospital de Reabilitação de Lesões Lábio Palatais” (HPRRLLP)
1312 para “Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC) já foi
1313 efetuada anteriormente pela Resolução nº 4691/1999 (16.09.19). Minuta do
1314 Regimento do Campus USP de Bauru com as alterações propostas pela PG,
1315 aprovada pelo Conselho Gestor em reunião de 19.06.2018. **Parecer da CLR:**
1316 aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Pedro Leite da Silva Dias, favorável à
1317 proposta de alteração do Regimento do *Campus* USP de Bauru (16.10.19).
1318 Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **Cons. Floriano Peixoto**
1319 **de Azevedo Marques Neto**: “Estamos aqui com algumas alterações que dizem
1320 respeito ao Conselho Gestor do *Campus* de Bauru. Basicamente o que foi feito
1321 foi, primeiro precisar mais claramente quais são as competências do Conselho
1322 Gestor, alinhar a nomenclatura, porque antes se falava em Conselho e não se
1323 referia ao Conselho Gestor como órgão de administração do *Campus* e foram
1324 esclarecidas algumas competências do Conselho Gestor, que estão previstas
1325 no artigo 3º e no artigo 4º. Depois, foi introduzido aqui no campo da
1326 representação dos membros do Conselho Gestor, o Prefeito, que antes não era

1327 claro que fazia parte do Conselho como é em outros conselhos gestores de
1328 *campi* e um representante de cada unidade, instituto ou órgão competente que
1329 compõem o *Campus*. E deixou-se claro na composição do *Campus* a previsão
1330 de um representante do corpo discente, que é eleito pelos seus pares no
1331 âmbito das unidades. No campo da representação dos servidores, ficou claro
1332 que é a representação de um servidor técnico e administrativo e, além disso, é
1333 introduzida a previsão de um representante de expressão na região sem
1334 vínculo com a USP, portanto, um representante que integra o Conselho Gestor
1335 vindo da comunidade. Além disso, há uma previsão de alinhamento de
1336 nomenclatura e um alinhamento mais claro das competências do Prefeito e do
1337 Vice-Prefeito do *Campus*, com a previsão de substituição do Prefeito pelo Vice-
1338 Prefeito e, no impedimento, do Prefeito e do Vice, a previsão de que o
1339 Presidente do Conselho passa a responder pelo expediente até que o Prefeito
1340 e o Vice estejam novamente presentes e disponíveis para o exercício das suas
1341 competências. Basicamente, são essas as alterações que foram apreciadas
1342 pela PG e pela CLR com parecer favorável.” Não havendo manifestações, o **M.**
1343 **Reitor** passa à votação. **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte
1344 resultado: Sim = 84 (oitenta e quatro) votos; Não = 0; Abstenções = 2 (dois);
1345 Total de votantes = 86 (oitenta e seis). É aprovado o parecer da CLR, favorável
1346 à proposta de alteração do Regimento do *Campus* USP de Bauru. Ato
1347 contínuo, o **M. Reitor** passa ao item **3.3 - PROCESSO 92.1.2233.1.4 -**
1348 **PREFEITURA DO CAMPUS DE SÃO CARLOS** - Proposta de alteração do
1349 Regimento do *Campus* USP de São Carlos. Ofício do Presidente do Conselho
1350 Gestor do *Campus* de São Carlos, Prof. Dr. Alexandre Nolasco de Carvalho, ao
1351 Secretário Geral, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, informando que o
1352 referido Conselho, em reunião de 07.06.2018, aprovou a proposta de alteração
1353 do Regimento do *Campus* de São Carlos, baixado pela Resolução nº
1354 3959/1992, conforme solicitação do Of. GR/53, de 02 de março de 2018
1355 (anexo) (18.06.19). **Parecer PG nº 02099/2018:** verifica que foram promovidas
1356 diversas modificações, além daquelas relacionadas ao Ofício GR/53; a partir
1357 dessa constatação, indica algumas adequações de ordem jurídico-formal para
1358 que o novo Regimento tenha consonância com as normas superiores: a)
1359 quanto à redação proposta para o inciso VII-A do art. 3º, salienta que o Diretor
1360 do Centro de Divulgação Científica e Cultural (CDCC) não constitui o Conselho

1361 Gestor do *Campus* e, portanto, seria mais apropriado que a possibilidade de
1362 convite para participação com direito a voz, mas não a voto, seja expressa em
1363 parágrafo do art. 3^a da norma proposta; b) em relação ao § 3^o do art. 7^o a
1364 norma proposta inova, dispondo que "nos impedimentos ou ausências do
1365 Prefeito e Vice-prefeito, o Presidente do Conselho do Gestor do *Campus*
1366 exercerá a Prefeitura", mas a PG não encontra consonância da proposição com
1367 a estrutura regimental e estatutária da Universidade de São Paulo, portanto,
1368 sugere que a redação do parágrafo seja modificada, para que seja feito apenas
1369 o paralelismo com o §2^o do art. 4^o do Regimento Geral da USP, e, em casos
1370 excepcionais, de vacância de Prefeito e Vice-Prefeito, dê-se a assunção do
1371 docente integrante do Conselho do *Campus* com maior tempo de serviço na
1372 USP. Por fim, sugere que as novas redações dos dispositivos normativos
1373 sejam acompanhadas da marcação (NR), a indicar que foram modificados. A
1374 senhora Procuradora Chefe da Procuradoria Acadêmica, Dr.^a Stephanie Yukie
1375 Hayakawa da Costa, em complementação, observa que a redação proposta
1376 para o art. 3^o, inciso VII, deve ser corrigida para "de cada Unidade que compõe
1377 o *Campus* de São Carlos" e que o § 5^o do art. 3^o da proposta deve ser
1378 excluído, por ser desnecessário, pois o inc. X do mesmo artigo já diz "sem
1379 vínculo com a USP"; além disso, sugere nova redação para o art. 3^o § 7^o e, por
1380 fim, acrescenta que, no art. 9^o, inc. XI, em razão da recente Resolução nº
1381 7791/2019, é necessário substituir a menção ao "SIBi" por uma referência à
1382 "AGUIA" (16.09.19). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr.
1383 Pedro Leite da Silva Dias, favorável à proposta de alteração do Regimento do
1384 *Campus* USP de São Carlos (16.10.19). Minuta de Resolução preparada pela
1385 Secretaria Geral. **Cons. Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto:** "Aqui
1386 temos também algumas alterações aclarando competências. Há introdução de
1387 três unidades, o Centro de Tecnologia e Informação de São Carlos, Centro de
1388 Divulgação Científica e Cultural e como órgão que compõem o *Campus* de São
1389 Carlos, a Prefeitura do *Campus*. Também foi feito o esclarecimento para alinhar
1390 com os outros regimentos de Conselhos Gestores nas competências do
1391 Presidente e Vice-Presidente do Conselho Gestor e as competências do
1392 Prefeito e Vice-Prefeito do *Campus*. E há um detalhamento maior do que sejam
1393 aqueles serviços, porque em São Carlos não estava tão claro quais são
1394 aqueles serviços de interesse comum que passam a ser geridos pelo

1395 Conselho. Isso já existia no Quadrilátero Saúde/Direito, mas era um pouco
1396 nebuloso quais seriam os serviços que seriam assumidos com uma gestão
1397 conjunta por parte do Conselho e isso é feito com maior esclarecimento no
1398 parágrafo terceiro do artigo 6º, basicamente em linha com os outros serviços,
1399 que são definidos como de gestão comum. Basicamente, são essas as
1400 alterações que foram feitas por iniciativa do *Campus* de São Carlos e depois
1401 aprovadas pela PG e pela CLR.” Não havendo manifestações, o **M. Reitor**
1402 passa à votação. **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte
1403 resultado: Sim = 90 (noventa) votos; Não = 0; Abstenções = 1 (um); Total de
1404 votantes = 91 (noventa e um). É aprovado o parecer da CLR, favorável à
1405 proposta de alteração do Regimento do *Campus* USP de São Carlos. A seguir,
1406 o **M. Reitor** propõe que o item 4 seja votado em bloco, por tratar-se de
1407 alterações de Regimentos de Unidades, tendo em vista a alteração de nome de
1408 departamentos, sendo que todos concordam. **4 - ALTERAÇÃO DE**
1409 **REGIMENTO DE UNIDADE - 4.1 - PROTOCOLADO 2019.5.449.17.0 -**
1410 **FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO** - Proposta de alteração
1411 da nomenclatura do Departamento de Biomecânica, Medicina e Reabilitação do
1412 Aparelho Locomotor (RAL) para Departamento de Ortopedia e Anestesiologia
1413 (ROA), da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Ofício do Chefe do
1414 Departamento de Biomecânica, Medicina e Reabilitação do Aparelho
1415 Locomotor, Prof. Dr. Helton Luiz Aparecido Defino, à Diretora da FMRP, Prof.^a
1416 Dr.^a Margaret de Castro, encaminhando a proposta de alteração da
1417 nomenclatura do Departamento de Biomecânica, Medicina e Reabilitação do
1418 Aparelho Locomotor (RAL) para Departamento Ortopedia e Anestesiologia
1419 (ROA), aprovada pelo Conselho do Departamento em 14.08.2019 (14.08.19).
1420 **Parecer da Comissão de Atividades Universitárias da FMRP:** aprova, por
1421 unanimidade o parecer favorável do relator, Prof. Dr. João Pereira Leite
1422 (30.08.19). **Parecer da Congregação:** aprova a proposta de nova
1423 denominação do Departamento de Biomecânica, Medicina e Reabilitação do
1424 Aparelho Locomotor para Departamento de Ortopedia e Anestesiologia (ROA),
1425 apresentada pelo Conselho do Departamento (10.09.19). **Parecer da CAA:**
1426 aprova a alteração da nomenclatura do Departamento de Biomecânica,
1427 Medicina e Reabilitação do Aparelho Locomotor (RAL) para Departamento
1428 Ortopedia e Anestesiologia (ROA). Encaminha os autos à CLR, tendo em vista

1429 a consequente alteração do Regimento da Unidade (14.10.19). **Parecer da**
1430 **CLR:** o Senhor Presidente aprova, “ad referendum” da Comissão, a alteração
1431 do Regimento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, decorrente da
1432 mudança da nomenclatura do Departamento de Biomecânica, Medicina e
1433 Reabilitação do Aparelho Locomotor (RAL) para Departamento de Ortopedia e
1434 Anestesiologia (ROA) (23.10.19). Minuta de Resolução preparada pela
1435 Secretaria Geral. **4.2 - PROTOCOLADO 2019.5.178.60.5 - FACULDADE DE**
1436 **CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS DE RIBEIRÃO PRETO** - Proposta de alteração
1437 da nomenclatura do Departamento de Física e Química para Departamento de
1438 Ciências BioMoleculares (DCBm), da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de
1439 Ribeirão Preto. Ofício do Diretor da FCFRP, Prof. Dr. Osvaldo de Freitas, ao
1440 Magnífico Reitor, Prof. Dr. Vahan Agopyan, encaminhando a proposta de
1441 alteração da nomenclatura do Departamento de Física e Química para
1442 Departamento de Ciências BioMoleculares (DCBm), aprovada pelo Conselho
1443 do Departamento em 08.08.2019 e pela Congregação da Unidade em
1444 30.08.2019 (02.09.19). **Parecer da CAA:** aprova a alteração da nomenclatura
1445 do Departamento de Física e Química para Departamento de Ciências
1446 BioMoleculares (DCBm), da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão
1447 Preto. Encaminha os autos à CLR, tendo em vista a consequente alteração do
1448 Regimento da Unidade (14.10.19). **Parecer da CLR:** o Senhor Presidente
1449 aprova, “ad referendum” da Comissão, a alteração do Regimento da Faculdade
1450 de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, decorrente da mudança da
1451 nomenclatura do Departamento Física e Química para Departamento de
1452 Ciências BioMoleculares (23.10.19). Minuta de Resolução preparada pela
1453 Secretaria Geral. **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte
1454 resultado: Sim = 90 (noventa) votos; Não = 0; Abstenções = 1 (um); Total de
1455 votantes = 91 (noventa e um). São aprovados os pareceres da CLR, favoráveis
1456 às propostas de alterações dos Regimentos da FMRP e da FCFRP. A seguir, o
1457 **M. Reitor** convida o Presidente da COP, Prof. Dr. Fábio Frezatti, para
1458 apresentar o item **5 - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DA USP PARA 2020 E**
1459 **REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL. 5.1 - PROCESSO 2019.1.20265.1.8 -**
1460 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Proposta de Diretrizes Orçamentárias da
1461 USP para 2020 e revisão do Plano Plurianual. **Parecer da COP:** aprova a
1462 proposta das Diretrizes Orçamentárias da USP para 2020 e a Revisão do Plano

1463 Plurianual (12.11.19). **Cons. Fábio Frezatti:** (apresentação) "Temos a
1464 apresentação de dois temas: o Planejamento Plurianual, que fizemos no ano
1465 passado e agora temos uma revisão e, na sequência, as Diretrizes
1466 Orçamentárias para 2020. Vamos, na introdução, ver os elementos que temos
1467 em relação ao Plano Plurianual, mecanismos - com o que estamos lidando - e
1468 quero pedir paciência daqueles que já viram alguns desses *slides*, mas temos
1469 colegas novos e a ideia é que possamos uniformizar essa sequência. O cenário
1470 macro é uma comparação bem simplificada do que tínhamos no momento em
1471 que montamos o Planejamento Plurianual e o que temos hoje, destacando as
1472 coisas mais relevantes. Temos aqui o Planejamento em si, as prioridades, as
1473 premissas e os cenários. Temos um cenário que é o recomendado, o que a
1474 COP está recomendando como revisão e dois outros cenários, para que
1475 possamos fazer uma comparação. A primeira questão é que no ano passado
1476 montamos, pela primeira vez, o Planejamento Plurianual e ele representa uma
1477 mudança muito importante porque ele olha para um período maior do que um
1478 ano, quero dizer, no momento, temos, única e exclusivamente, o orçamento,
1479 temos decisões táticas, avançamos em um período, mas no ano seguinte, não
1480 necessariamente, perceberemos a necessidade de coerência. E esse
1481 instrumento muda isso, ele nos força a ter uma preocupação durante os quatro
1482 anos. O 'azul' que aparece significa o que pretendemos atender e o 'azul que
1483 vai escurecendo' significa que 2019 já foi, ele está muito próximo do real. O
1484 governo já fechou o cofre, já temos uma informação praticamente real sobre os
1485 recursos do ICMS, da mesma forma, as despesas já estão avançadas e cada
1486 ano tem um jeito e um momento diferente dentro da vida da Universidade. O
1487 que tem de importante nesse Planejamento Plurianual? Primeiro ele tem que
1488 conter as estratégias mais importantes da Universidade e a forma de execução.
1489 Estamos falando de gente, de investimentos em outros tipos de ativos - esse é
1490 um item que gostaria de chamar a atenção, ele vai ser muito importante na
1491 nossa conversa. Temos um ponto de partida, que significa qual é a realidade
1492 que temos hoje, que é diferente daquela que tínhamos a um ano atrás. Isso
1493 tem que ser considerado dentro do ambiente e a questão de cenários. Coloquei
1494 aí 'cenário e desempenho', desempenho sempre mexe naquilo que temos que
1495 fazer a frente, ou seja, quando temos a lógica de um orçamento é um jogo,
1496 quando temos quatro anos é um campeonato. Na verdade, a ideia de mostrar

1497 primeiro o Planejamento Plurianual, decorre da perspectiva de entendermos
1498 onde vamos chegar. E, na sequência, teremos a apresentação das Diretrizes
1499 Orçamentárias. Aqui em baixo, no Orçamento, queria comentar o nosso
1500 processo. Nesse momento, no que diz respeito a orçamento, temos um quase
1501 real 2019 e vamos falar de 2020. Para 2020 é importante entender a coerência,
1502 a consistência com o Planejamento Plurianual e a lógica geral, ou seja, como é
1503 que fica a cara disso para 2020. Em dezembro teremos uma mesma discussão
1504 aqui no Co sobre o detalhamento. É assim que ocorre nas organizações do
1505 porte da Universidade de São Paulo, na iniciativa pública e também na iniciativa
1506 privada. Temos que compatibilizar então a questão do horizonte de longo prazo
1507 e os mecanismos de gestão. Os anos de 2021 e 2022 foram olhados e serão
1508 ajustados oportunamente, por isso que a cor é diferente, é para motivar vocês
1509 a perceberem a diferença. Quando pedi desculpas pela volta desse *slide* é
1510 porque ele é muito importante. À medida que entendemos a lógica dos
1511 indicadores que vamos ver e a hierarquia deles, temos condições de entender
1512 a sequência daquilo que está sendo proposto. Primeiro é o ICMS, a cota-parte
1513 que está vindo do Governo, ela é a parte mais importante, mas não é só ela,
1514 quero dizer, ao ter o ICMS, temos condições de pensar em como vamos utilizá-
1515 lo, gastá-lo, investi-lo. O ICMS é construído no dia-a-dia, então estamos
1516 falando sobre 2020, que vai ser construído no horizonte futuro, e temos as
1517 despesas e despesas com pessoal dos mais variados itens correspondentes ao
1518 elemento mais importante, ele não é só qualitativamente importante, mas
1519 financeiramente importante. E temos outros itens também e os superávits ou
1520 déficits são os dois bichos que temos que olhar. O superávit é bom, é positivo,
1521 nos impulsiona, gera recursos para o futuro e o déficit é o contrário, ele come
1522 recursos, ele nos enfraquece dentro do ambiente de longo prazo. Esse
1523 percentual de comprometimento com pessoas, que surgiu na Resolução nº
1524 7344 e foi atualizado por esse Conselho Universitário no primeiro semestre,
1525 estabelece que no final de 2022 temos que chegar nesse nível de
1526 comprometimento. É uma lógica, do ponto de vista, termos variação em
1527 receitas - aumentos ou diminuições de semestres e, infelizmente, em 2019,
1528 tivemos uma diminuição em relação ao que se esperava; ao final das contas é
1529 importante que a USP chegue nesse percentual. Incluímos, também, outras
1530 despesas e receitas, porque isso nos mostra que quando isso é positivo, ou

1531 seja, o superávit é percebido em termos de magnitude - e o contrário também -
1532 e reservas financeiras, que não se confunde com reservas de contingência -
1533 que é o que foi discutido primeiro na Resolução nº 7344, que diz respeito à
1534 sustentabilidade e revisado no primeiro semestre. Outra informação é que
1535 esses itens 1, 2, 3, 4 e 5 correspondem a fluxo - o que aconteceu no intervalo
1536 de tempo do ano: ano 1, ano 2, e assim vai. As reservas financeiras
1537 correspondem a saldo e é uma informação importante do ponto de vista de
1538 liquidez. Quando alguém ouviu que uma de nossas co-irmãs não tinha dinheiro
1539 para pagar o décimo terceiro é porque isso aqui não existia. E a contingência já
1540 é outra perspectiva que tem um sentido parecido. Com relação a cenário,
1541 gostaria de pontuar alguns elementos. Isso aqui foi mostrado no ano passado e
1542 se pensarmos em um ambiente externo, versão 2018 é aquilo que foi mostrado
1543 no ano passado e 2019 é uma atualização. A volatilidade alta continua - guerra,
1544 briga, discussão, China, EUA, Brexit, as questões da América Latina, nada
1545 disso nos favorece, resumindo é isso. E, por forças diferentes, era o que
1546 tínhamos percebido no ano passado. Sobre a questão do ambiente político
1547 brasileiro, muito se falava em reforma e hoje elas estão em andamento. Posso
1548 gostar ou não da forma como elas estão acontecendo, mas elas estão
1549 acontecendo, e todas apontam para algum tipo de impacto na questão fiscal do
1550 Governo. A outra questão diz respeito à questão macro, a expectativa de
1551 crescimento do ano passado para o ano de 2019 era de mais de 2%, era de
1552 2,7% e nós mal chegaremos a 2%. Isso significa um menor crescimento nesse
1553 período de 2019 e, na mesma linha, no período de 2020 até 2022, ou seja,
1554 mantendo. A perspectiva para inflação é queda - ela está em queda - isso é
1555 uma realidade. A expectativa de juros era de queda e ele está em queda, ou
1556 seja, o patamar de taxa de juros que o Brasil tem hoje é muito menor do que
1557 qualquer referência nos últimos 30/40 anos. Equipe econômica - não quero
1558 nem discutir se gosto ou não gosto, mas quando tem mudança na equipe
1559 econômica isso tumultua o ambiente, isso é uma questão que ainda está em
1560 aberto. E o déficit fiscal do país continua enorme. No jornal de hoje tem uma
1561 discussão que parece amenizar um pouco isso, mas ainda é um déficit mais do
1562 dobro do que se esperaria em uma condição normal. Então, a nível de cenário,
1563 temos um nível de incerteza parecido com o do ano passado, mas há algumas
1564 coisas favoráveis, como juros, por exemplo. Do ponto de vista do Estado de

1565 São Paulo, temos a relação do Governo, a nova equipe econômica, tínhamos
1566 mais expectativas e hoje já temos conhecimento, alguns relacionamentos, uma
1567 visão um pouco diferente. A evolução do ICMS, esperávamos um crescimento
1568 maior, mas o crescimento de 2019 foi menor e temos a consequência disso no
1569 nosso resultado. Sobre a reforma tributária, no ano passado levantamos esse
1570 ponto e alguns colegas questionaram de qual estava falando, mas continuamos
1571 tendo várias alternativas e o mercado começa a acreditar que vai acontecer,
1572 coisa que antes era algo muito distante. E a CPI - que já foi apresentada e
1573 discutida - foi finalizada, um aspecto positivo para nós. Com relação ao Plano
1574 Plurianual, temos dois eixos importantes. O primeiro diz respeito àquilo que
1575 chamamos de questões mais estratégicas, que estão ligadas às pessoas:
1576 contratação de novos docentes - isso continua, mas houve uma defasagem do
1577 tempo com relação a contratações que não ocorreram em 2019 e estão
1578 projetadas para 2020; tudo o que não aconteceu, relacionado a contratações,
1579 em 2019, está sendo considerado em 2020; progressão horizontal, que foi
1580 mencionada no ano passado, está relacionada à 2020; reajustes salariais
1581 relacionados com a inflação está na Resolução e isso é mantido como
1582 referência; permanência estudantil, que é fundamental - e quando dizemos que
1583 tem prioridade são os primeiros itens que colocamos, que planejamos,
1584 projetamos; investimento em ativos, que não é uma novidade, mas a ênfase é
1585 diferente. O que é investimento em ativos? Significa gastos que devemos fazer,
1586 do ponto de vista de prédios, reformas, equipamentos, computadores, coisas
1587 do gênero que são necessários. O Professor Nussio recebeu dos colegas listas
1588 de coisas que seriam importantes em termos de infraestrutura, ou seja, não
1589 adianta ter novos professores se não temos uma compatibilização, não só de
1590 espaço, mas de equipamento, enfim, de recursos, para que as atividades
1591 ocorram de forma adequada. De modo que essa é uma ênfase muito
1592 importante para esse ano. A segunda questão, para que tenhamos um
1593 equilíbrio ao longo do tempo e tenhamos uma discussão em termos de
1594 prioridades, que seja operacionalizável, é a questão do comprometimento de
1595 80% em função dos recursos a serem recebidos a partir da quota-parte. E isso,
1596 de alguma forma, está relacionado ao seguinte: temos que mostrar uma
1597 redução dessa dependência, que hoje é menor do que 86%, paulatinamente,
1598 para chegar em 2022 nos 80%. A questão de zerar o déficit, em 2018 ainda

1599 tivemos déficit e aqui vamos mostrar, para 2019, a eliminação desse déficit,
1600 que é uma vitória extremamente importante da Universidade, tanto pelo lado
1601 político como pelo lado institucional, ou seja, uma mudança de resultado. E a
1602 disponibilidade de reserva financeira, que permite evitar crises financeiras,
1603 porque a única certeza que temos é que temos crises na vida, não sabemos
1604 quais, mas de alguma forma, o recurso financeiro é fundamental. Temos
1605 algumas comparações em relação às versões, aquelas que montamos no ano
1606 passado e a que estamos oferecendo nesse momento. Aqui nós prevíamos um
1607 crescimento do PIB em 2,7%, mas se bater em 1% já está bom, é o que neste
1608 momento está sendo pensado - 2,5% no período de 2020 a 2022, de forma que
1609 estamos mantendo esses 2,5% para esse período. A inflação era 4,5% e
1610 estamos trabalhando com 4% - é o patamar que estamos utilizando.
1611 Crescimento de receita - isso aqui é massa contra massa, quero dizer, o total
1612 do dinheiro comparado com relação ao período anterior. Era previsto massa
1613 contra massa de 2019, 8% e 7% nesse período de 2020 a 2022, mas o número
1614 que temos para 2019 é de 8% e 6,4% é o crescimento, então essa variação
1615 está incorporada. O total das despesas, quando comparamos massa contra
1616 massa, era 4,3% no período inteiro de 2019 a 2022 e temos 4,4%. E nesse
1617 período inteiro (2019 a 2022) estão mantidas estas contratações - os 150
1618 docentes e os 400 que ficaram para 2020, sendo 250 já em fase de
1619 implementação, já aprovados e os 150 que também aparecerão em 2020, ou
1620 seja, para 2020 teremos um total de contratações de novos claros de 400
1621 docentes. Nós chamamos isto de versão proposta, ele tem uma visão referente
1622 a 2019, esta é a melhor estimativa que temos. Aqui temos a sequência dos
1623 itens - receita, despesas, superávits apresentados, nível de comprometimento,
1624 que é o percentual que calculamos e esse que foi apresentado no
1625 Planejamento Plurianual do ano passado. Só para mostrar que do ponto de
1626 vista de alinhamento final, estamos alinhados. Do ponto de vista de 2019,
1627 tínhamos, como resultado, R\$ 206 mil e agora estamos mostrando um valor
1628 maior, mesmo em um momento em que temos um ICMS menor como total.
1629 2020 temos as receitas, despesas e um resultado zero. Por que isso? Porque
1630 incrementamos o valor daquele item que colocamos em investimentos em
1631 ativos, que são equipamentos como computadores, reformas que de alguma
1632 forma alteram a vida útil ou aperfeiçoam o uso de nossos bens e

1633 equipamentos. De forma que esta é uma proposta diferente da que os
1634 senhores viram no ano passado, aqui tinha R\$ 113 milhões. Por que isso?
1635 Porque este é o momento de investir, temos dificuldade em fazer isso, não
1636 somos rápidos do ponto de vista de investimento, mas a lista que o Prof.
1637 Nussio recebeu, de demanda, é muito grande e se não planejarmos aqui, não
1638 vai acontecer. Essa é a proposta, que leva em conta um PIB de 2,5% e inflação
1639 de 4%. Colocamos mais duas simulações, uma com 1,5% de crescimento de
1640 PIB e 4% de inflação, sendo esses números exatamente os mesmos, tanto
1641 para 2019 como para 2020, mas para 2021 e 2022 eles alteram e não
1642 chegamos aos 80%. A mensagem é que esse é o risco que temos em função
1643 do ambiente macro econômico, se não tivermos essa dimensão, os 80% não
1644 seriam alcançados. Na segunda simulação, com 2% no lugar dos 2,5%,
1645 teremos um percentual acima dos 80%, ou seja, não teremos atingido. A
1646 demanda que temos para esse período remanescente depende de um PIB
1647 crescendo 2,5% e os 4% de inflação, ou uma combinação um pouquinho
1648 diferente. Essa é a comparação numérica e gostaria de fazer um balanço.
1649 Estamos mantendo as questões estratégicas ligadas às pessoas. Temos as
1650 metas para 2020 até 2022 dentro de certo parâmetro, e ter o superávit em 2019
1651 é muito importante. E isso foi conseguido, não só individualmente como com a
1652 participação de todos. De forma que fizemos redução de gastos lá atrás com
1653 segurança ou compras que foram otimizadas, mas isso não aparece tanto no
1654 varejo, mas na somatória aparece. Temos essa configuração. Então, os
1655 resultados de 2019, apesar do cenário externo, são bons. Do ponto de vista
1656 geral, o importante é que embora os riscos macro que estão aí - e sempre
1657 teremos – porque nesse país, a palavra risco faz parte de qualquer coisa que
1658 formos fazer, se o passado tem risco, imagine o futuro. A palavra
1659 monitoramento é fundamental do ponto de vista do que temos a colocar. Essa
1660 é a proposta que a COP recomenda para o Conselho Universitário, em
1661 revisão.” **M. Reitor:** "Quero reforçar as palavras do Professor Fábio, dizendo
1662 que esses R\$ 41 milhões de superávit, que pode parecer inicialmente um valor
1663 irrisório, é um valor considerável para a situação que a Universidade se
1664 encontrava. E cada um das senhoras e senhores é responsável por isso, cada
1665 Unidade, cada Diretor, cada Superintendente deu a sua contribuição e com
1666 isso conseguimos superar esse problema. Já falei isso no ano passado e volto

1667 a insistir, 'sempre temos as incertezas', inclusive o Luís Ribeiro está falando
1668 sobre o que irá acontecer com o ICMS, aparentemente, no ano que vem
1669 continuaremos a ter ICMS, porque o Congresso não vai fazer nenhuma
1670 aprovação agora no final do ano, mas isso é outro risco que temos. Não
1671 sabemos como lidar, mas, obviamente, o CRUESP já está atuando junto à
1672 Secretaria da Fazenda e discutindo pessoalmente. Fui com os Professores
1673 Nussio e Ignacio Poveda conversar com o Secretário, já se preparando, mas é
1674 um risco que nós corremos. Penso que gestão tem que saber correr risco
1675 dentro da segurança e dentro das condições que possam manter a Instituição
1676 funcionando. Vamos torcer para que possamos manter essa linha de gestão,
1677 essa postura e conseguir criar um fundo para que meu sucessor - ou sucessora
1678 - fique menos sobressaltado com mudanças externas que possam ocorrer, que
1679 possam ter essa tranquilidade." **Cons. Adalberto Américo Fischmann:**
1680 (apresentação) "A apresentação que o Professor Fábio acabou de fazer é
1681 muito boa, acho que nos ajuda a compreender quais são as propostas de
1682 diretrizes orçamentárias e também a revisão do PPA. Entretanto, gostaria de
1683 fazer alguns comentários que julgo oportunos, por conta da Controladoria Geral
1684 ter uma responsabilidade muito grande em zelar pela saúde econômica e
1685 financeira da Universidade. Por esse motivo, gostaria de trazer algumas
1686 recomendações, porque penso que isso poderia aprimorar o processo de
1687 gestão. Nessas recomendações quero chamar a atenção principalmente que
1688 elas decorrem do exíguo prazo que tivemos em relação a essas informações,
1689 ou seja, a COP fechou esses documentos que hoje temos em mãos na terça-
1690 feira passada e isso nos chegou, obviamente, com dois dias de atraso, a
1691 Controladoria Geral teve pouco tempo para fazer a análise e não teve tempo
1692 para interagir com a Assessoria de Planejamento Orçamentário e, sobretudo,
1693 com a COP. Tive uma oportunidade, ainda na terça-feira passada, de ter uma
1694 conversa com o Professor Fábio, Presidente da COP, mas gostaria de
1695 compartilhar com o Conselho as nossas preocupações e, sobretudo, acharmos
1696 uma forma de termos acesso a esses documentos a tempo para discutirmos
1697 com essas duas entidades - a APO e a COP. No primeiro *slide* estamos
1698 comentando que a manutenção da elaboração de ao menos duas revisões
1699 orçamentárias ao ano - que foi o que já discutimos em reuniões anteriores do
1700 Co - é muito saudável. A ausência dessas revisões orçamentárias no ano de

1701 2019 fez com que os valores nas peças orçamentárias da USP, Diretrizes e
1702 Proposta de distribuição orçamentária de 2019 estejam menores em relação ao
1703 autorizado pelo Governo do Estado de São Paulo. Observamos que o sistema
1704 está utilizando os dados do Governo, ou seja, estamos nos baseando no *site*
1705 da transparência e como implicação poderá acontecer que o valor executado
1706 será maior do que o valor autorizado e deliberado por este Conselho
1707 Universitário na última sessão de dezembro do ano passado. Isso é um alerta
1708 que acho importante levarmos em consideração. Também, quero chamar a
1709 atenção de que o documento que acabamos de receber - as Diretrizes
1710 Orçamentárias e a revisão do PPA de 2019 - juntaram três documentos em um
1711 só, ou seja, as Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano, a revisão do PPA
1712 para 2019 e anos seguintes e também um mini ensaio do relatório de
1713 fechamento orçamentário, que está na página 14. Esse fechamento
1714 orçamentário geralmente é feito no início do ano, mas essa prática foi
1715 abandonada, o último ano que fizemos isso foi 2016-2017 e de lá para cá não
1716 fizemos isso, mas faz muita falta. De forma que, como se tratam, na verdade,
1717 de três peças distintas e independentes, a Controladoria Geral recomenda que
1718 os documentos sejam apresentados em separado e, mais ainda, para que nós
1719 conselheiros possamos votar analisando e deliberando cada um desses
1720 documentos sem prejuízo da compreensão. Está tudo junto, mas o correto
1721 seria irmos parte a parte. Na página 7 das Diretrizes, no quarto parágrafo, há
1722 uma menção quanto à Lei Kandir, fala da possibilidade de a Lei Kandir não ser
1723 distribuída como vinha sendo. Embora esse valor não seja muito expressivo, é
1724 muito importante que seja apresentada e explicitada a dimensão desse impacto
1725 de uma eventual não distribuição dela. Seguindo, acho que vale a pena
1726 dimensionar qual é a metodologia para a projeção do fechamento da receita e
1727 da despesa de 2019, que foram ajustadas a menor do previsto e fixado,
1728 conforme a tabela 1 da página 9 e tabela 2, na página 11 do documento que
1729 recebemos. Há uma diferença de R\$ 5,541 milhões a menor. É algo que
1730 merece ser revisado. A CG sugere, ainda, que o conteúdo da tabela 4 da
1731 página 14 estaria melhor se estivesse alocada no relatório de fechamento que
1732 foi acrescido pela Resolução nº 7783, que fez alguns ajustes na Resolução nº
1733 7344, uma vez que foi apurado o superávit orçamentário no ano de 2018.
1734 Assim, deveria se averiguar se a metodologia que consta na Resolução nº

1735 7344 foi utilizada na apuração do superávit orçamentário aqui apontado. A
1736 Resolução nº 7344 dispõe ainda que em caso de superávit apurado, com base
1737 no exercício anterior, o Co deverá deliberar sobre a constituição da Reserva
1738 Patrimonial de Contingência, conforme o § 2º do artigo 14 da referida
1739 Resolução. São pequenos ajustes que estamos recomendando, para que
1740 fiquemos absolutamente em dia e não tenhamos orelhas puxadas pelo Tribunal
1741 de Contas ou qualquer outra entidade que queira 'procurar pelo em ovo'. No
1742 parágrafo 1º da página 31, a CG entende que seria adequado especificar se a
1743 contratação será apenas de docentes ou se está incluso também a de não
1744 docentes, como por exemplo o caso do HU - no início da nossa sessão hoje o
1745 Professor Tarcísio fez menção à contratação de servidores também para o HU. E
1746 o mesmo deveríamos considerar para a progressão de carreira - o que é
1747 docente e o que é servidor técnico e administrativo. Para finalizar, no PPA do
1748 ano passado, as informações sobre contratação e verba para carreira foram
1749 apresentadas de forma minuciosa e detalhada, separando cada caso. Desta
1750 forma, a CG entende ser necessário que essas informações se apresentem da
1751 mesma forma, como já foi feito no ano passado e com o devido
1752 acompanhamento nessa revisão atual, contendo quanto de carreira e
1753 contratações foram realizadas e também o que resta realizar para frente. Esses
1754 foram meus comentários e quero dizer que eles têm a única finalidade de ser
1755 uma contribuição para o aprimoramento dos nossos documentos e do nosso
1756 entendimento. Muito obrigado." **M. Reitor:** "Vou pedir para o Professor Fábio
1757 responder ao Professor Adalberto e quero que depois o Professor Fábio faça a
1758 apresentação das Diretrizes Orçamentárias, porque as perguntas acabam
1759 envolvendo os dois documentos." **Cons. Fábio Frezatti:** "Também entendo
1760 que a perspectiva da Controladoria Geral é trazer contribuições para o
1761 processo e alguns desses pontos são mais operacionais. De forma que, com
1762 relação a tempo de montagem, ele é crítico do ponto de vista de ter
1763 informações, ter disponibilidade daquilo que devemos montar, as reuniões
1764 formais e o tempo para análise. Eu entendo isso, mas pediria também
1765 prioridade em relação a receber os documentos e ter alguma interlocução,
1766 principalmente em relação à Controladoria, que como temos uma proximidade,
1767 conversamos sobre o tema. Com relação à revisão orçamentária, eu discordo.
1768 Penso que quando usamos a palavra revisão, ela é muito ampla, e o que

1769 fizemos em junho foi uma revisão, o que mostramos aqui não deixa de ser uma
1770 revisão. Agora, podemos revisar de ponta a ponta, podemos revisar com as
1771 informações reais que temos - que foi o que aconteceu - e mostrar as
1772 consequências disso. De forma que não entendo que deixamos de fazer
1773 revisão orçamentária em 2019 - em dois momentos, agora e em junho. Se
1774 quiserem discutir o que significa revisão, também temos disponibilidade. Há
1775 algumas questões de valor que não gostaria de entrar em detalhe, mas há um
1776 ponto que gostaria de deixar claro, são olhares diferentes. Eu concordo
1777 inteiramente que nós não só temos que ser honestos, temos que evidenciar
1778 transparência, ética e tudo mais, mas quando o Professor Adalberto diz que
1779 devemos fazer três conjuntos de um só, foi isso que achamos que fizemos, ou
1780 seja, temos um documento que tem as diretrizes orçamentárias e o
1781 planejamento. Agora, juntar as coisas, eu discordo frontalmente, porque a visão
1782 da COP é que cada uma das senhoras e senhores formassem uma opinião. E
1783 olhar quatro anos é uma coisa, é macro, temos que sair um pouco da zona de
1784 conforto e daqui a pouco vamos aprofundar mais ainda isso. De forma que
1785 discordo dessa questão, acho que juntamos, mas em momentos diferentes,
1786 porque são coisas diferentes. Nas organizações privadas tem-se um momento
1787 em que se pensa estrategicamente três, dez, cinquenta anos - aliás estou
1788 falando com um guru do planejamento estratégico, com todo respeito - e no
1789 momento seguinte transformamos aquilo em um plano operacional. Na minha
1790 opinião é isso que estamos fazendo em um documento e pedi para separar,
1791 exatamente para que todos tenham condições de entender onde vamos
1792 chegar. E agora vem a parte mais difícil, porque 2020 está batendo na porta e
1793 nós temos mais informação. É diferente de falar de 2022, que ainda está longe,
1794 é um momento longe do nosso período. Os outros itens, penso que precisaria
1795 esclarecer um pouco mais, para que não gere um debate tecnicista, mas
1796 agradeço pelas colocações. Com relação ao HU, a colocação do Professor é
1797 que ao ter uma contratação de técnico administrativo nós violamos a
1798 Resolução que diz sobre aquela relação 40/60, é isso que está sendo
1799 questionado e a COP vai formalizar uma resposta à Controladoria Geral,
1800 considerando que a verba é extra orçamentária, uma situação que foi tratada
1801 de uma forma diferente. O ponto levantado é pertinente, mas não existe
1802 desrespeito, mas tem um time para respondermos. Penso que o mais relevante

1803 era isso e gostaria de dar sequência." A seguir o Conselheiro Fábio Frezatti
1804 passa à apresentação das Diretrizes Orçamentárias da USP para 2020. "Já me
1805 questionaram que todo ano há uma mudança neste quadro, mas a intenção foi
1806 mostrar o ICMS na mesma moeda, mas uma moeda que vocês identificarão
1807 aqueles R\$ 114 milhões no corpo. Então, no lugar de deflacionar uma parte e
1808 inflacionar a outra, tudo foi levado para 2020, que é um exercício que pode ser
1809 mais fácil ou mais difícil, mas vocês não ficarão com dúvida se erraram ou não.
1810 E a grande mensagem que temos em relação a isso é que dado um período de
1811 crise maior entre 2016 e 2017, existe uma melhoria, mas moeda de mesmo
1812 poder aquisitivo, estamos voltando para 2011, ou seja, é isso que está
1813 acontecendo. E o mundo não parou, as demandas continuaram acontecendo,
1814 ou seja, toda a dificuldade que tivemos em termos de gestão, atendimento de
1815 nossas despesas, precisa ser entendida a partir daí, mas só ICMS não resolve,
1816 precisamos entender também as outras questões. Para evitar qualquer não
1817 entendimento ou coisa do tipo, trouxe um quadro que apareceu no conjunto
1818 dos arquivos que enviamos, de forma que este número - R\$ 114 milhões - é a
1819 quota-parte do Estado, a conversa começa aqui. E tem um valor que é
1820 deduzido, que é o Programa Habitacional, então temos esse número que é
1821 apresentado no documento e aplicamos os percentuais: os 5,03% chegam
1822 nesse número para a USP, para a UNESP 2,34%, a Unicamp 2%. Nós usamos
1823 estes números porque esse é o documento que a Universidade recebeu.
1824 Temos essa informação, mas esse é o número que começa a proporcionar a
1825 discussão do que será ou que estamos recomendando nas Diretrizes para o
1826 ano de 2020. Por outro lado, qual é o temor? No ambiente que temos hoje,
1827 temos projeções das mais variadas. Se olharmos as projeções das instituições
1828 financeiras, elas precisam atualizar com muita frequência, 2,5% é pouco, eles
1829 estão pensando em 3%, só que eles se adaptam com muita rapidez e nós
1830 precisamos de um número estável ao longo do tempo. Esse quadro mostra a
1831 evolução do crescimento do ICMS em 12 meses. Isso é móvel. Estivemos aqui
1832 - vamos chamar assim - no fundo do poço, aí temos as recuperações que
1833 ocorreram a partir de 2017; um certo momento que existia uma expectativa de
1834 decolagem e depois uma acomodação para baixo. Essa proposta, que se inicia
1835 a partir de informação que vem do Governo, espera que esta curva suba
1836 durante o ano de 2020. Essa é a expectativa que está por trás e foi com isso

1837 que foi construída esta proposta. Pegamos o mesmo formato do relatório, onde
1838 o ano de 2019 está aqui; temos o ano de 2020 projetado e temos, dentro deste
1839 valor, o valor referente à quota-parte da USP, que foi demonstrado; outras
1840 receitas, temos a composição de vários itens dentro da Universidade; despesas
1841 com pessoal; outros custeios e investimentos - esse é o número que mencionei
1842 que é uma coisa diferente em termos de magnitude; precatórios e zeramos o
1843 resultado. Esse é o resultado que teremos em função daquele cenário. E com
1844 isto estaremos dentro do patamar da sustentabilidade. Este indicador é a tal da
1845 super síntese. Nós podemos ter um excelente trabalho, mas se não chegarmos
1846 nesse indicador, teremos problemas. Se tiver um valor menor de ICMS teremos
1847 que ter alguma adaptação e não temos muita flexibilidade, ao contrário. Vou
1848 detalhar um pouco. Na receita temos o número do ICMS; aqui as receitas
1849 próprias não vinculadas; aqui as receitas vinculadas; e o total dos recursos que
1850 teremos no ano de 2020. Há alguns comentários sobre isso. Em termos de
1851 pessoal, ele tem um crescimento total de 5,75%, mas no quadro que os
1852 senhores receberam, as informações referentes, tanto às contratações dos 400
1853 docentes, valor de progressão na carreira e provisão para a negociação
1854 CRUESP, estão dentro desse número - R\$ 175 milhões -, quero dizer, nós não
1855 carimbamos esses números, nós colocamos a massa que é viável, que permite
1856 atender o índice de sustentabilidade para 2020. Essa foi a lógica da montagem,
1857 e não tem expectativa de contratação de servidores técnicos e administrativos
1858 para o ano de 2020. Esse é um ponto que dentro desses números não está
1859 incluído. Folha de Pessoal, esse percentual de variação é porque toda a
1860 variação que ocorre com pessoas está nos R\$ 175 milhões, que vai aparecer
1861 no próximo quadro. Acho que o mais importante era isso. Precatório, que é
1862 uma informação que atualiza aquilo que tem pendente dentro da visão jurídica;
1863 outros custeios e investimentos é o item que mais cresceu; e esses itens de
1864 limpeza e vigilância acompanhariam a inflação na sequência. Vou para o
1865 quadro seguinte. Aqui nós terminamos com as informações referentes às
1866 pessoas, os R\$ 175 milhões estão aqui dentro desse parâmetro; os outros
1867 custeios e investimentos incluem aquelas recuperações que comentei, não é só
1868 equipamento, mas itens de estrutura em termos de recuperação; e temos o
1869 total de gastos para o ano de 2020. Esse quadro mostra a projeção das
1870 reservas financeiras e durante o ano de 2019 a expectativa é terminar com R\$

1871 523 milhões. Aqui nós começamos com a disponibilidade, soma e subtrai
1872 vários itens para chegar nesse parâmetro e 2020 mostraria um valor maior,
1873 mas que não chega a ser duas folhas de pagamento da Universidade. Esse é o
1874 conjunto que temos em relação ao ano de 2020 e estou à disposição para os
1875 esclarecimentos." **M. Reitor:** "Os conselheiros que já estão inscritos podem
1876 levantar questões, tanto das diretrizes orçamentárias quanto do PPA. Estamos
1877 discutindo o documento na sua íntegra, tanto diretrizes quanto PPA." **Cons.**
1878 **Oswaldo Yoshimi Tanaka:** "Quero agradecer pelas explicações do Professor
1879 Fábio, porque com elas aprendemos cada vez mais. Fiquei com algumas
1880 dúvidas, talvez esclarecimentos. Na página 12, na parte que menciona
1881 'pessoal', em que o Professor se refere aos R\$ 176 milhões sobre o montante
1882 de R\$ 4,9 bilhões, fiz os cálculos e dava 3,6%. Uma dúvida simples, porque no
1883 item que estão os 400 docentes, a questão da progressão e a previsão de
1884 eventual correção salarial. Então, só queria uma informação se esses 3,6% é a
1885 previsão de aumento salarial ou ele já corresponde ao gasto com esses três
1886 itens. A outra pergunta é que na página 17, na 'dotação básica', que
1887 normalmente no Tesouro é a dotação mais robusta da nossa Instituição, tem
1888 uma previsão de 5%. Quero saber se é isso mesmo que eu entendi, se vamos
1889 ter esse acréscimo de 5% na dotação básica de 2020." **Cons. Adriano Brant**
1890 **Favarim:** "Além de representante dos Trabalhadores no Co, sou também
1891 representante no Conselho Deliberativo do HU. No Informe, o Professor
1892 Tarcísio esclareceu sobre como conseguimos, depois de muito tempo de luta
1893 dos Movimentos Sociais, que finalmente os R\$ 20 milhões que foram
1894 aprovados no final do ano passado, na ALESP, fossem aplicados na
1895 contratação de pessoal para o HU. Foram abertas 179 vagas para médicos,
1896 enfermeiros e técnicos de enfermagem e de laboratórios. Nós avaliamos que a
1897 contratação foi um passo muito importante no sentido da recuperação do nosso
1898 Hospital, de diminuição da sobrecarga de trabalho dos funcionários e, também,
1899 para reabertura do Hospital Universitário para a população e para a
1900 comunidade USP. Nas duas últimas reuniões do Conselho Deliberativo, todos
1901 os conselheiros e conselheiras fizeram um apontamento com relação a um
1902 problema, que o Professor Tarcísio colocou aqui, e duas propostas de
1903 soluções. Um dos problemas é o caráter temporário dessas contratações.
1904 Todos os funcionários serão contratados por apenas um ano, sem renovação

1905 do contrato. Pior ainda, tem uma cláusula de 'duzentena', que faz com que eles
1906 não possam ser recontratados no serviço público, por 200 dias. Discutimos no
1907 Conselho Deliberativo o quanto essa temporalidade e essa cláusula impedem
1908 que esses trabalhadores aprimorem a relação ensino-extensão, precarizando a
1909 sequência de aprendizagem para os estudantes e, também, o
1910 acompanhamento e atenção no atendimento, que também representa um
1911 dispêndio de gastos e esforços da administração pública que não condiz, além
1912 de constranger também esses trabalhadores que entram nessas vagas a
1913 permanecerem ao menos até o final contrato pelo nível de precariedade, que é
1914 o contrato temporário. Então, nesse sentido, por unanimidade dos
1915 conselheiros, o Conselho deliberou encaminhar um ofício à Procuradoria Geral
1916 solicitando a retirada dessa cláusula e a possibilidade da renovação do
1917 contrato de maneira permanente. Ainda não houve uma resposta da
1918 Procuradoria a esse ofício do Conselho e acho que se faz ainda mais
1919 necessário que essa resposta venha, porque um dos argumentos utilizados
1920 para justificar essa temporalidade na contratação seria a inconstância da verba,
1921 que foi aprovada pela ALESP, porém os próprios deputados já sinalizaram na
1922 garantia da permanência dessa verba anual. Ainda assim, de qualquer forma,
1923 como o Professor Tarcísio colocou, o Conselho encaminhou um ofício para o
1924 Presidente da ALESP, solicitando a continuidade desse aporte anual. Quero
1925 colocar também outra questão relativa ao Plano Plurianual do orçamento. O
1926 Conselho Deliberativo do HU também encaminhou ofício à Reitoria,
1927 consequentemente também à COP e a este Conselho Universitário, sugerindo
1928 a readequação das Diretrizes Orçamentárias, visando à destinação de R\$ 20
1929 milhões para o HU, reconhecendo o Hospital com uma Unidade de Ensino e
1930 garantindo, de fato, a verba necessária para o seu funcionamento. Infelizmente
1931 não vi essa proposta sendo parte dos documentos que foram apresentados
1932 para o Conselho Universitário. Então, nesse sentido, quero reforçar a posição
1933 unânime do Conselho Deliberativo do Hospital, chamar também o Professor
1934 Tarcísio e os outros Diretores que são parte do Conselho Deliberativo para
1935 endossarem essa sugestão de Planejamento Plurianual para COP. Acho que
1936 esse seria mais um passo no sentido da recuperação do nosso Hospital. Ainda
1937 mais, diante da constatação apresentada de que existe um superávit de R\$ 40
1938 milhões, que é o dobro do valor necessário para garantia da contratação

1939 desses 179 funcionários e que mesmo os absurdos parâmetros de
1940 sustentabilidade aprovados, preveem a possibilidade de contratação de
1941 funcionários técnicos e administrativos por necessidades emergenciais. O
1942 Hospital Universitário está passando por uma necessidade emergencial de
1943 sobrecarga de trabalho, de fechamento do atendimento à Comunidade USP e
1944 para a população. Enfim, acho que são essas as questões, essas que quero
1945 colocar. Inclusive, os próprios parâmetros de sustentabilidade inclui, nas suas
1946 disposições transitórias, a possibilidade de reposição do quadro vacante de
1947 funcionários, do ano anterior, e isso não vem sendo feito porque não há uma
1948 distinção de qual é o número de funcionários vacantes que não tenham saído
1949 pelo PIDV. Então, é possível contratar funcionários para o Hospital, diminuir a
1950 sobrecarga e dar outro passo no sentido de recuperá-lo, basta definirmos o
1951 procedimento aqui no Conselho Universitário, no Planejamento Plurianual dos
1952 próximos anos.” **Cons.^a Julia Kopf de Moraes Paulo**: “Quero focar
1953 especialmente no aumento que terá no investimento para as Unidades e me
1954 dirigir para os Conselheiros, representantes das Congregações e Diretores que
1955 discutam esse tema em suas Unidades, com os professores, alunos e
1956 servidores, porque é fundamental que dado que esse dinheiro que vai estar
1957 disponível, que ficou anos sem ser disponibilizado e agora teremos uma
1958 pequena folga e é importante que seja discutido com a comunidade qual será a
1959 prioridade dos gastos. Também quero ressaltar a fala do companheiro do
1960 SINTUSP, que me antecedeu, porque é muito ruim que o Plano, já de antemão,
1961 exclua a possibilidade de contratação de servidores técnicos e administrativos.
1962 Chegamos a discutir isso na COP, entendo que é uma questão do quadro atual
1963 estar bastante austero, mas da mesma possibilidade que aconteceu no HU,
1964 que houve a contratação com recurso extra orçamentário, é muito ruim que
1965 uma Diretriz Geral do Plano não consiga prever esse tipo de flexibilidade,
1966 mesmo que ela possa ser revista. Também, no caráter mais geral, para além
1967 dessa questão das contratações de servidores técnicos, no que diz respeito à
1968 verba que é destinada a partir dos Órgãos Centrais, entender que a
1969 permanência estudantil também congrega a Creche Oeste, que já foi muito
1970 citada e, também, a moradia estudantil. Especialmente a moradia estudantil
1971 aqui da Capital, o CRUSP, os alunos que moram lá precisam de moradias
1972 dignas e também, nesses últimos tempos, temos recebido, cada vez mais

1973 estudantes de baixa renda que precisam que novas unidades sejam
1974 disponibilizadas. Então, penso ser fundamental que coloquemos essas
1975 discussões.” **Cons. Fábio Frezatti:** “Professor Tanaka, com relação à página
1976 12, temos um valor total e, dentro desse valor, temos as contratações, a
1977 progressão e a discussão do CRUESP. Então, não carimbamos, não está
1978 separado, até porque nós temos Comissões que vão se envolver com cada um
1979 desses pedaços. Assim, o papel da COP é especificar uma massa de recursos
1980 que será destinada para cada item. Agora, qual a participação, isso vai ser feito
1981 posteriormente e é isso que fizemos aqui. O que foi feito em relação aos 400
1982 docentes é que foi estimada uma entrada, uma média mensal. O item seguinte
1983 era da página 17. Com relação ao item básico, o detalhamento, faríamos a
1984 partir de agora, mas o que está dito aqui é que o item básico subirá 5%.
1985 Conselheiro Adriano, em relação ao primeiro item, acho que nós todos somos
1986 solidários, do ponto de vista da perspectiva, de ter alguém que, depois de um
1987 ano preparado, tem uma trava que em função dos 6 meses. Então, estou
1988 entendendo que você está direcionando à PG e à CLR, mas não é exatamente
1989 um problema a ser discutido nesse fórum, nesse momento, mas incluí a minha
1990 solidariedade. Acho que é o que tenho a comentar. Com relação ao HU, o que
1991 nós temos nessa proposta das diretrizes? Dentro do valor dos 5.728, já tem
1992 esse valor. Do ponto de vista da despesa, o que é pessoal e o que é custeio
1993 também. Então, na sequência do Plurianual, ele está lá dentro, na base, na
1994 sequência. Agora é aquela história, será que teremos esse recurso repetido
1995 nos anos futuros? Vou repetir a conversa anterior, nós nem sabemos o que vai
1996 acontecer com a reforma tributária. O que está sendo proposto,
1997 aparentemente, na proposta que tem mais chance de caminhar é que a
1998 transmissão é muito grande, de forma que não sentiremos. Não significa que
1999 nós não devemos nos preocupar. Devemos sim, mas de alguma forma, nesse
2000 horizonte, nós não teríamos um impacto muito grande. Isso vai depender do
2001 avanço dessa reforma e da forma como ela vai ser afetada em toda a questão
2002 das discussões que vão se suceder, provavelmente em 2020, é que o ano,
2003 nesse sentido, não tem muito mais o que falar. Com relação a funcionários
2004 técnicos e administrativos, o que entendo, do ponto de vista daquilo que foi
2005 aprovado nas Resoluções, é que os que saíram pelo PIDV não entram como
2006 reposição. Quero dizer, o seu argumento não serviria para isso. E a colocação

2007 referente ao percentual de 40/60, em sendo olhado com uma perspectiva de
2008 número de pessoas, estamos longe de atender. Então, essa trava existe e é
2009 uma conversa difícil, que não dá para resolver hoje, em função do que nós
2010 mesmos aprovamos em outro momento. Então, essa é uma dificuldade
2011 concreta. Conselheira Júlia, acho que você levantou um ponto importante em
2012 relação ao investimento. Com relação ao investimento, certamente é
2013 importante, dentro das instâncias, dentro das Unidades, que exista essa
2014 discussão de prioridades. A recomendação que você está fazendo é importante
2015 e interessante. Algumas Unidades já têm essa tradição e algumas Unidades
2016 talvez não tenham tido valores de investimento e de reformas tão grandes
2017 quanto terão agora. Acho que é uma questão importante. Agora, em relação à
2018 permanência estudantil, incluir a creche, nós já debatemos isso em várias
2019 outras reuniões do Co e estamos mexendo com coisas diferentes. Esse tema,
2020 da forma como você está encaminhando, já foi discutido aqui, mais de uma
2021 vez, e ele é complicado. E qualquer coisa que pensemos, entrando de
2022 discussão sobre as creches, implica em contratação de servidores técnicos e
2023 administrativos.” **Cons.^a Raquel Rolnik**: “Em primeiro lugar, quero ressaltar a
2024 importância desse trabalho do Planejamento Plurianual. Não é por ser
2025 planejadora, mas acho que isso muda completamente a perspectiva de
2026 organização, inclusive das próprias Unidades, pensando o que vai acontecer
2027 em uma sequência de dez anos e podendo acompanhar. Então, quero
2028 cumprimentar a COP, o Professor Fábio Frezatti, por esse esforço de
2029 pensarmos dessa forma e não intempestivamente. Quero apenas levantar duas
2030 questões a respeito dessa proposta de Diretrizes. A primeira se refere à
2031 perspectiva de retomada de investimentos de ativos. Sei que o que está em
2032 discussão são pontos gerais e a perspectiva, de uma forma geral, mas queria
2033 ressaltar a necessidade que possamos fazer uma discussão de quais serão
2034 esses investimentos, bem como quais serão os critérios de priorização dos
2035 mesmos em um âmbito que não fique exclusivamente restrito ao órgão da USP
2036 que hoje cuida dessas questões. Por que vou dizer isso? Embora esse órgão
2037 tenha toda a legitimidade e toda a representatividade, ele, por uma questão da
2038 forma de composição, acaba não tendo, de fato, a visão de toda essa
2039 prioridade e, portanto, parece-me que essa priorização deveria, de alguma
2040 forma, passar por outra instância, como por exemplo, esta. Que tenhamos isso

2041 um pouco mais claro. Incluiria, na questão desses investimentos, a própria
2042 questão da moradia e a situação que foi colocada aqui. Ela é um dos *campi*
2043 que, eventualmente, vai requerer isso e poderia, enfim, ser trabalhado em uma
2044 interface entre permanência e obras. Melhorar e ampliar essas condições.
2045 Colocar como pequenas reformas, inclusive, em condições de uso Unidades
2046 que hoje não as tem. A segunda questão também é uma preocupação em
2047 relação à contratação dos docentes. Também sei que o que está em jogo aqui
2048 é um monte que se refere a 400 docentes, mas o que está colocado, como o
2049 que foi também para 2018, são docentes doutores em RDIDP. De forma que
2050 quero chamar atenção para Unidades como a FAU e várias outras unidades da
2051 USP, que necessitam de professores doutores em RTC. Profissionais que
2052 estão no mercado, de alguma forma, e não têm dedicação exclusiva para USP.
2053 Um modelo de pensar uma Universidade apenas com dedicação exclusiva,
2054 parece-me que tem trazido consequências complicadas para a Universidade.
2055 Imagino que com um RDIDP cobrimos dois RTCs e, com isso, atendemos a
2056 essas demandas também.” **Cons.^a Diana Gonçalves Vidal:** “Entendi
2057 perfeitamente que não tem nenhuma previsão de contratação de funcionários
2058 técnicos e administrativos no ano que vem, mas, ao mesmo tempo, gostaria de
2059 sensibilizar essa Reitoria porque hoje, de fato, temos uma falta de funcionários,
2060 tanto técnicos e administrativos quanto funcionários especializados. Dirijo o
2061 Instituto de Estudos Brasileiros e hoje, praticamente, tenho várias ‘equipes’,
2062 porque não tenho nem substituição para os meus funcionários. Assim,
2063 constantemente, tenho que fazer pleitos ao DRH para que determinados
2064 funcionários, que não têm a mesma qualificação, possam substituir outros,
2065 porque não tenho no meu quadro mais funcionários dentro dos patamares,
2066 digamos, de substituição. Tenho sentido muita falta de funcionários
2067 especializados. O Instituto demanda por eles na área de biblioteca,
2068 museologia, restauro e conservação e, cada vez mais, tenho um funcionário
2069 em cada setor. De forma que estou entendendo que não está no projeto, mas
2070 gostaria que isso começasse a entrar na pauta, porque contratar 400 docentes
2071 novos é superimportante, precisamos repor, mas cada vez que colocamos mais
2072 docentes, demandamos mais um do nosso quadro de técnicos e
2073 administrativos. Estamos chegando ao limite de esgotamento.” **Cons. Marcílio**
2074 **Alves:** “Tenho algumas questões que o Professor Frezatti poderia, talvez,

2075 esclarecer. A primeira é em relação à contratação de docentes, porque estava
2076 prevista a contratação de 250 para esse ano e o Co, há um ano, reservou R\$
2077 13 milhões para isso. Esses 250 docentes foram, agora, para 2020 em termos
2078 de contratação efetiva, porque os concursos estão sendo realizados agora.
2079 Então, me pergunto como ficaram os R\$ 13 milhões de 2019, o que foi alocado
2080 em 2018 para 2019? E pergunto também se os 150 docentes que vão ser
2081 contratados em 2020, não vão ser de fato contratados em 2021; porque, pelo
2082 processo todo de contratação, pode-se jogar tudo isso para frente, de modo
2083 que o que está sendo reservado de R\$ 175 milhões não é exatamente esse
2084 valor. Foi a dúvida que me ocorreu. E a outra coisa, mais relacionado à
2085 progressão horizontal dos docentes, é mais uma observação. Temos uma
2086 demanda de mais 3.500 docentes e, pelas contas que a CAD (Câmara de
2087 Atividades Docentes) fez - eu fiz, de fato - isso vai consumir uns R\$ 50 milhões,
2088 se todos esses 2.500 docentes fossem promovidos no ano que vem. De modo
2089 que, respondendo um pouco ao Professor Tanaka, parece-me que se eu fiz as
2090 contas mais ou menos certas, em termos de números redondos teremos R\$ 75
2091 milhões para gastos com reposição salarial com correção da inflação para os
2092 docentes. Então, a segunda parte é mais uma observação e explicar isso para
2093 os Conselheiros. A primeira parte, talvez o Professor Frezatti possa nos ajudar
2094 e explicar.” **Cons.^a Ana Maria Loffredo:** “Um pedido de esclarecimento. Sou
2095 Psicanalista, não entendo desses dados de economia, mas confio nas nossas
2096 brilhantes inteligências aqui presentes para dar encaminhamento às questões,
2097 mesmo as mais simples. Venho falar em nome de uma comunidade, tenho uma
2098 certeza muito grande sobre a questão especificamente das creches. Sobre o
2099 HU, parece-me que já está tendo certo encaminhamento, também já foi alvo de
2100 muito debate, e também a questão da permanência estudantil. A minha
2101 preocupação é que fica tudo uma fala de indignação. Eu não gostaria de
2102 apenas ser veículo de indignação sem ações concretas, de forma que a minha
2103 questão é a seguinte: tem um monte de gente indignada com a história da
2104 creche, não basta vamos em frente. Qual é o próximo passo? Entendi que não
2105 haverá contratação de funcionários técnicos e administrativos para o próximo
2106 ano, ponto. Então, a minha pergunta é: ponto ou tem negociação? Segundo, se
2107 as creches envolvem essas contratações, estou entendendo que para o
2108 próximo ano esse assunto vai ficar só na indignação. De forma que gostaria de

2109 ter uma informação de vocês, quero dizer, como a gente concretamente se
2110 organiza, já que essa demanda é verdadeiramente grande, para que possamos
2111 garanti-la, seja no decorrer do ano que vem, seja no planejamento para o outro
2112 ano, ou seja, já. Como poderemos ter uma garantia de não ficarmos somente
2113 no discurso de indignação, de que poderemos dar encaminhamento a uma
2114 demanda concreta - conforme espero ter demonstrado, até porque tem uma
2115 revista encorpada tratando esse assunto. É um pedido de informação, é uma
2116 solicitação, é uma mistura de coisas na minha fala." **Cons. Fábio Frezatti:**
2117 "Essa questão de critérios de investimento não é tão simples quanto possa
2118 parecer. Evidentemente que tem que ter critérios, mas você tem um conjunto
2119 de pedidos, de demandas, que foram formalizados e que precisam, de alguma
2120 forma, serem organizados. E o que imagino ser razoável é mostrar critérios
2121 para a distribuição. Agora, o que entendo que a Professora Raquel está
2122 colocando, é que ela espera certa sensibilidade que não está, no dia a dia,
2123 dentro da Unidade, mas, como nós todos estamos entendendo, há essa
2124 dificuldade. Diria que a COP não tem muito a interferir no segundo item, que é
2125 a questão de contratar um RDIDP ou um RTC. A FEA mesmo tem a mesma
2126 questão. Tem situações que seria mais interessante, digamos assim, ter um
2127 RTC, alguém com muita experiência em mercado, com muita vivência de
2128 mercado, que tivesse o perfil para ser nosso professor. Qual é o problema? É
2129 que ela tem uma expectativa que no lugar de receber um ela receberia dois.
2130 Isso é complicado e é até aí que eu posso chegar. Com relação à questão da
2131 Professora Diana, acho que existe certa sensibilidade em relação a isso, o
2132 problema é o como. A questão referente aos técnicos e administrativos e os
2133 especializados, em algumas situações, nós temos a possibilidade de juntar
2134 áreas. Isso realmente será uma coisa muito importante, temos que retomar
2135 essa discussão em algum momento. Vou ter que ser repetitivo, porque aquela
2136 trava dos 60/40 era para ser discutida de outra forma. Em ela existindo, não há
2137 muito o que fazer, do ponto de vista de atender os indicadores. Professor
2138 Marcílio, quando nós projetamos o 2019 e incluímos os 250 claros, isso foi
2139 discutido e aprovado aqui, e a distribuição, como já foi comentada pelo
2140 Professor Hernandez, uma parte já tá sendo operacionalizada, nós não somos
2141 rápidos, não temos a rapidez de montagem de bancas e contratação. Então, o
2142 que aconteceu? Nesses números que estão aqui, os 250 estão em 2020. O

2143 que aconteceu com os gastos de 2019? Eles foram adaptados, eles foram
2144 menores e essa é uma explicação do porque, tendo um valor menor de ICMS,
2145 ainda assim tivemos um resultado bom. Quero dizer, esse *time* aconteceu e foi
2146 para 2020. Agora, sua pergunta em relação se os 150 novos ocorrerão em
2147 2020 e não em 2021, dependerá das circunstâncias da aprovação, da agilidade
2148 das unidades. Percebo como é difícil montar banca dentro das unidades. Na
2149 FEA, só para se ter uma ideia, na Economia, com 6 vagas temos 87
2150 candidatos. Nunca tivemos isso, é um edital e para conseguir uma banca que
2151 vai lidar com o processo foi bem difícil - não sei se era essa a sua questão.
2152 Com relação a valores, gostaria de repetir: aqueles R\$ 175 milhões são
2153 destinados à contratação dos 440 docentes. Então, os salários que eles terão
2154 durante o ano de 2020, a negociação CRUESP e a progressão na carreira e
2155 essas especificações não estão aqui. Nós não temos essa separação. Em
2156 relação ao exposto pela Professora Ana Maria, não precisa ter muita
2157 sensibilidade para entender o problema da creche, o lado social e a
2158 importância de proporcionar condições para as crianças e para as famílias.
2159 Quando falamos em dinheiro é assim: põe aqui e tira de onde? E essa questão
2160 da discussão da contratação, ela não está incluída aqui, de forma que uma
2161 resposta pragmática não está incluída aqui, nem em 2020, 2021 ou em 2022.
2162 Se houver alguma discussão diferente ou nova no Co, ok. Não sei se era sua
2163 expectativa, mas esclarecer é minha obrigação.” **M. Reitor:** “Obrigado,
2164 Professor Fábio. Você não falou, acho que você foi muito modesto, porque
2165 essas Diretrizes Orçamentárias desse ano tiveram uma novidade. As Unidades
2166 - os Diretores sabem disso – participaram, não apenas escrevendo diretrizes,
2167 mas também preenchendo tabelas e planilhas contendo dados. Esse tipo de
2168 interação foi muito importante, acho que deu uma mudança de como se faz a
2169 Diretriz, as demandas das Unidades ficaram mais claras. Tenho certeza que a
2170 COP conseguiu se debruçar sobre esses números podendo perceber que as
2171 Unidades ‘a’, ‘b’ e ‘c’ têm interesses diversos, mesmo que elas sejam de uma
2172 mesma grande área ou tenham correlações mais íntimas. Esse ponto foi
2173 importante, é um passo, é um aprendizado, precisamos ver também os
2174 resultados como serão. Penso que isso permite uma melhor reflexão. Entendo
2175 a preocupação da Cons.^a Raquel, mas, ao mesmo tempo, temos uma diretriz
2176 como Universidade. Nós queremos professores de RDIDP, nós damos a

2177 oportunidade aos professores RDIDP de terem um vínculo externo, somos,
2178 nesse ponto, bastante modernos. As Universidades Federais, agora com a
2179 nova lei, estão começando a ter. Então, nós permitimos isso. Sou de Unidade
2180 profissional e sou testemunha de como ela melhorou, ela ainda tem 20% de
2181 não RDIDP, mas melhorou sobremaneira, inclusive o relacionamento com os
2182 nossos alunos. Como minha Unidade é profissional e experimental, os
2183 professores, para usar o laboratório, têm que ficar na Unidade. Então, esse é
2184 um fato interessante, é lógico que existem casos, como ocorreu no Design, que
2185 não conseguiam encontrar professor RDIDP. Lembro, também, da ECA, que
2186 tem problemas muito sérios, como por exemplo, um coreógrafo querer ser
2187 RDIDP, deve ser difícil, assim como um concertista de piano. Acho que para
2188 essas exceções a Universidade não fechou as portas. A minha Unidade tem
2189 20% de professores em RTC e RTP; a Medicina da Capital tem vários
2190 professores assim, nós não estamos fechados, mas a Universidade tem um
2191 norte. Nós somos uma Universidade de excelência. No exterior, nas
2192 universidades de excelência, os professores são predominantemente RDIDP,
2193 se dedicam à universidade, mas como são profissionais, não se desvinculam.
2194 Então, na hora que eu faço pesquisa com a indústria, estou ligado a ela, apesar
2195 de que eu estou aqui na universidade fazendo uma pesquisa e meus alunos
2196 também. Então, é isso que temos que tomar cuidado. Eu entendo, sou dessa
2197 área, mas alerta cuidado, é muito simples contratar professores, profissionais,
2198 em RTC ou em RTP, mas aí quem vai desenvolver o conhecimento para que
2199 nossos alunos estejam focados e sejam mais bem preparados? A mesma coisa
2200 funcionários não docentes. Eu sei o que é o problema da Prof.^a Diana, pois
2201 convivo com ele no meu laboratório. Acredito que a COP está sendo
2202 pragmática, mas ao mesmo tempo, se nós tivermos algum solução positivo na
2203 nossa economia, acho que poderemos voltar a discutir aqui, porque nós vamos
2204 ter que mudar. O Prof. Fábio alertou revisar de novo os Parâmetros de
2205 Sustentabilidade para podermos contratar funcionários. Então, teremos que
2206 fazer essa revisão, portanto, se a Casa julgar isto necessário, com um pequeno
2207 solução da economia - que eu espero que ocorra, estou sendo mais otimista,
2208 penso que não será 2,5%, mas sim 3,0/3,5% a nossa progressão - acho que
2209 conseguimos ter uma possibilidade, mas de novo esse Colegiado terá que
2210 aprovar isso e mudar os Parâmetros de Sustentabilidade." **Cons. Tarcísio Eloy**

2211 **Pessoa de Barros Filho**: “Faço uma proposta de encaminhamento: além de
2212 se votar o parecer da COP, posso imaginar que ocorra esse soluço, ou não,
2213 mas já deveríamos deixar pré-agendado uma data limite para uma reunião para
2214 discutir o assunto. Então, ela já ficaria pré-agendada para abril, maio ou junho,
2215 momento no qual tenhamos um cenário mais claro para voltar a discutir a
2216 questão dos técnicos e administrativos, incluindo também os do HU.” **M.**
2217 **Reitor**: “Conforme decisão do Co, o processo de revisão é automático, aliás há
2218 um acompanhamento contínuo de como estão funcionando nossas finanças,
2219 porque nós não temos reserva sobrando como tínhamos em um passado
2220 recente. Espero que o meu sucessor ou sucessora, possa estar em condições
2221 melhores. Vou colocar em votação o parecer da COP. Logicamente, as
2222 sugestões, as ressalvas e os alertas todos o Professor Fábio já catalogou e a
2223 COP, nas próximas reuniões, certamente irá discutir e rever esses assuntos.
2224 Então, como bem ressaltado pelo Professor Adalberto, estamos votando às
2225 Diretrizes e o Planejamento Plurianual é consequência.” **Votação**. Pelo painel
2226 eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 75 (setenta e cinco) votos; Não
2227 = 04 (quatro) votos; Abstenção = 08 (oito) votos; Total de votantes = 87 (oitenta
2228 e sete). **M. Reitor**: “Aprovado. Na reunião de dezembro nós vamos votar o
2229 Orçamento.” A seguir, o **M. Reitor** passa à discussão, do Item 6 –
2230 **RECURSOS. 6.1 -PROTOCOLADO 2019.5.340.59.3 - DANIEL MOREIRA**
2231 **SILVA** - Recurso interposto pelo candidato Daniel Moreira Silva, contra decisão
2232 da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão, que
2233 indeferiu sua inscrição ao concurso de títulos e provas para o provimento de
2234 um cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de Psicologia da referida
2235 Unidade. Edital ATAc nº 016/2019, de abertura de inscrições ao concurso de
2236 títulos e provas visando o provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor no
2237 Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
2238 Ribeirão, publicado no D.O de 02.03.2019. Recurso interposto pelo candidato
2239 Daniel Moreira Silva, contra decisão da Congregação da Faculdade de
2240 Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão, que indeferiu sua inscrição ao
2241 concurso de títulos e provas para o provimento de 01 (um) cargo de Professor
2242 Doutor junto ao Departamento de Psicologia da referida Unidade, devido a não
2243 anexação do(s) comprovante(s) de votação da última eleição, prova de
2244 pagamento da respectiva multa ou a devida justificativa (04.06.19). **Parecer da**

2245 **Congregação:** decidiu, por unanimidade, manter o indeferimento da inscrição
2246 do candidato Daniel Moreira Silva, por não atender aos requisitos do edital
2247 (27.06.19). Despacho do Diretor da FFCLRP, Prof. Dr. Pietro Ciancaglini,
2248 encaminhando os autos, após consulta à Procuradoria Geral, à Secretaria
2249 Geral para oitiva da Comissão de Legislação e Recursos e posterior decisão do
2250 Conselho Universitário, informando que foi dada ciência da decisão da
2251 Congregação ao interessado quanto ao recurso interposto (17.07.19). **Parecer**
2252 **PG nº 01253/2019:** observa o art. 7º, § 1º, inc. I do Código Eleitoral (Lei
2253 4737/1965) estabelece como condição para inscrições em concurso ou prova
2254 para cargo ou função pública a comprovação de que o candidato "votou na
2255 última eleição, pagou a respectiva multa ou que se justificou devidamente".
2256 Acrescenta que os documentos juntados pelo recorrente a fim de instruir o
2257 recurso apresentado, são os mesmos acostados ao seu inicial pedido de
2258 inscrição, de modo que os motivos jurídicos que ensejaram a não aprovação da
2259 inscrição do recorrente, naquela oportunidade permanecem presentes, uma
2260 vez que não há nenhum documento novo que esclareça a situação de
2261 cancelamento (presente na quitação apresentada pelo interessado), ou
2262 comprove as alegações recursais do interessado. Ademais, observa, ainda,
2263 que a informação presente na certidão de quitação apresentada de "Situação
2264 da inscrição: cancelada", por si só, afasta a situação regular do interessado
2265 com a Justiça Eleitoral, situação esta necessária para que o interessado
2266 participe do certame. Diante dos fatos apresentados, conclui, em razão da
2267 ausência do preenchimento de requisito necessário à inscrição do recorrente, e
2268 em atenção à observância ao princípio da legalidade em sentido estrito, pelo
2269 acerto da decisão recorrida, sendo recomendada sua manutenção. A senhora
2270 Procuradora Chefe da Procuradoria Acadêmica, Dr.^a Stephanie Yukie
2271 Hayakawa da Costa, destaca, por oportuno, que, conforme edital, o prazo para
2272 inscrição no certame em tela iniciou-se em 07/03/2019, findando em
2273 05/05/2019, sendo de completa responsabilidade do próprio interessado a
2274 regularização prévia de sua situação junto à Justiça Eleitoral (o que parece ter
2275 buscado apenas em 03/05/2019, conforme data de emissão da certidão e do
2276 título de eleitor apresentado (10.09.19). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do
2277 relator, Prof. Dr. Júlio Cerca Serrão, contrário ao recurso interposto pelo
2278 candidato Daniel Moreira Silva (16.10.19). **Cons. Floriano Peixoto de**

2279 **Azevedo Marques Neto**: “O item 6.1 é um recurso do candidato Daniel
2280 Moreira da Silva, é um tema que já fizemos menção aqui em outra
2281 circunstância. O candidato não cumpriu a exigência do edital de apresentar
2282 regularidade com a justiça eleitoral. Juntou uma certidão que dava seu registro
2283 eleitoral como cancelado. A inscrição não foi recepcionada pela Congregação,
2284 porque ele não atende o edital. Recorre, então, contra o indeferimento da
2285 inscrição, que foi baseado em indeferimento no não cumprimento de uma
2286 exigência que, burocrático ou não, está na lei, que é a regularidade perante a
2287 justiça eleitoral. O parecer da CLR é contrário ao provimento do recurso,
2288 mantendo-se a decisão da Congregação.” A seguir, o **M. Reitor** coloca em
2289 votação o parecer da CLR, contrário ao recurso interposto pelo candidato
2290 Daniel Moreira Silva. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte
2291 resultado: Sim = 83 (oitenta e três) votos; Não = 0 (zero) voto; Abstenção = 02
2292 (dois) votos; Total de votantes = 85 (oitenta e cinco). É aprovado o parecer da
2293 CLR, contrário ao provimento do recurso interposto pelo Professor Doutor
2294 Daniel Moreira Silva. Ato sucessivo, o **M. Reitor** passa ao item **6.2 -**
2295 **PROCESSO 2019.1.980.86.2 e PROTOCOLADO 2019.5.300.86.9 - PEDRO**
2296 **DIAS DE OLIVEIRA** - Recurso interposto pelo Prof. Dr. Pedro Dias de Oliveira,
2297 contra a decisão da Congregação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades
2298 (EACH), que indeferiu seu pedido de vinculação subsidiária junto à ESALQ.
2299 Manifestação do Conselho do Departamento de Ciências Florestais (LCF) da
2300 ESALQ, favorável à vinculação do Prof. Dr. Pedro Dias de Oliveira, informando
2301 que este já desenvolve colaboração científica junto ao Laboratório de
2302 Reprodução e Genética de Espécies Arbóreas (LARGEA) e no Laboratório de
2303 Silvicultura Tropical (LASTROP), ambos do LCF (31.07.18). Ofício do Prof. Dr.
2304 Edson José Vidal da Silva, convidando o Prof. Dr. Pedro Dias de Oliveira a
2305 participar de disciplinas de graduação da ESALQ que estão sob sua
2306 responsabilidade, Manejo de Florestas Tropicais e Certificação Florestal.
2307 Destaca, ainda a participação e envolvimento do Prof. Dr. Pedro Dias em
2308 outras atividades do Departamento (30.09.18). Solicitação de dupla vinculação
2309 junto à EACH encaminhada pelo Prof. Dr. Pedro Dias de Oliveira à Diretora da
2310 EACH, Prof.^a Dr.^a Mônica Sanches Yassuda, para que seja submetido à
2311 Congregação da EACH. Encaminha o ‘Termo de Responsabilidade e o ‘Plano
2312 sintético de atividades a ser desenvolvidas junto ao LCF-ESALQ (14.11.18).

2313 **Parecer da CoC do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza:** após
2314 análise da documentação e do parecer emitido pelo Prof. Dr. Carlos Molina
2315 Mendes, os membros aprovaram, por unanimidade, o parecer contrário
2316 (05.12.18). **Parecer da Congregação da EACH:** indefere a solicitação
2317 apresentada, considerando não terem sido apresentados argumentos que
2318 demonstrem a necessidade de vinculação subsidiária (13.03.19). Recurso
2319 interposto pelo Prof. Dr. Pedro Dias de Oliveira, contra a decisão da
2320 Congregação da EACH, que indeferiu sua solicitação de vinculação subsidiária
2321 junto à ESALQ (22.03.19). Ofício do Chefe do Departamento de Ciências
2322 Florestais da ESALQ, Prof. Dr. Hilton Thadeu Zarate Couto, manifestando-se
2323 favoravelmente à vinculação subsidiária do Prof. Dr. Pedro Dias de Oliveira
2324 junto ao Departamento, ressaltando que esta é condição "*sine qua non*" para
2325 posterior formalização efetiva de suas atividades no Departamento e eventual
2326 contribuição administrativa, prevendo inclusive o Projeto Acadêmico do
2327 Departamento (19.03.19). Parecer circunstanciado do Vice-Presidente da
2328 Comissão de Pós-Graduação da EACH, Prof. Dr. Fernando Henrique
2329 Magalhães, manifestando-se favoravelmente ao recurso interposto pelo Prof.
2330 Dr. Pedro Dias de Oliveira e à solicitação de vinculação subsidiária (10.04.19).
2331 Ofício da Diretora da EACH ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. Vahan Agopyan,
2332 encaminhando o recurso interposto pelo Prof. Dr. Pedro Dias de Oliveira, que
2333 foi indeferido pela Congregação da Unidade em sessão de 17.04.2019
2334 (24.04.19). **Parecer PG nº 01215/2019:** com base nas normas que disciplinam
2335 a vinculação subsidiária de docente, observa que tanto os requisitos formais
2336 para a concessão do pedido, como procedimentais, ambos estabelecidos pelas
2337 normas universitárias, foram atendidos. Frisa, entretanto, que ainda que
2338 atendidos os requisitos normativos formais que possibilitam a vinculação
2339 subsidiária do docente interessado, seu deferimento é matéria de mérito
2340 administrativo, sendo atribuição dos órgãos, originários e de vinculação
2341 subsidiária, avaliar sua conveniência e oportunidade. Destarte, embora não
2342 estejam presentes óbices de natureza jurídico-formal, o deferimento, ou não, é
2343 decisão de mérito, sobre a qual não cabe à Procuradoria Geral se manifestar. A
2344 Procuradora Chefe da Procuradoria Geral encaminha duas retificações no texto
2345 do parecer (item "i" da 3ª página e na parte final do penúltimo parágrafo),
2346 destacando, quanto aos aspectos relacionados ao mérito do recurso, que a

2347 Presidente da Congregação da EACH expõe com clareza os motivos que
2348 levaram ao indeferimento do pedido de vinculação subsidiária apresentado pelo
2349 interessado (10.09.19). Ofício da Diretora da EACH, Prof.^a Dr.^a Mônica
2350 Sanches Yassuda, ao Presidente da CLR, Prof. Dr. Floriano Peixoto de
2351 Azevedo Marques Neto, encaminhando documentos para serem anexados aos
2352 autos, que tratam de pedido de vinculação subsidiária do Prof. Dr. Pedro Dias
2353 de Oliveira. Esclarece que os documentos demonstram o prejuízo acadêmico
2354 para a Unidade, visto que o docente tem atuado integralmente na ESALQ e
2355 tem faltado à disciplina que lhe foi atribuída na EACH. Encaminha os seguintes
2356 documentos: e-mail do Prof. Dr. Hilton Thadeu Zarate Couto, Chefe do
2357 Departamento de Ciências Florestais da ESALQ, demonstrando as atribuições
2358 do docente na ESALQ; Ficha de frequência do Prof. Dr. Pedro Dias de Oliveira
2359 e cartas do Presidente da Comissão de Graduação indicando as faltas
2360 injustificadas em agosto e setembro; e-mail do Prof. Dr. Luiz Paulo de Moura
2361 Andreoli, informando que o Prof. Dr. Pedro Dias de Oliveira não tem realizado
2362 pesquisas no Edifício A3 desde 2018; documento da Coordenadora do Curso
2363 de Licenciatura em Ciências da Natureza, informando o prejuízo ao curso
2364 devido à ausência do Professor em um conjunto de atividades acadêmicas; e
2365 e-mails da Diretora da EACH solicitando o comparecimento do Prof. Dr. Pedro
2366 Dias de Oliveira na Unidade para conversas, que não foram atendidos (27.09.1
2367 9). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Floriano Peixoto de
2368 Azevedo Marques Neto, pelo indeferimento do recurso interposto pelo Prof. Dr.
2369 Pedro Dias de Oliveira (16.10.19). **M. Reitor:** “O item 6.2. foi será retirado de
2370 pauta, porque o Professor exonerou-se no dia 04 de novembro deste ano.”
2371 **Cons. Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto:** “Era um recurso de
2372 dupla vinculação. O Professor pediu exoneração e não faz sentido manter
2373 porque ele não tem mais nenhuma vinculação com a USP”. **O M. Reitor retira**
2374 **os autos de pauta, em virtude do pedido de exoneração do interessado do seu**
2375 **vínculo com a EACH, ficando sem efeito o julgamento do referido recurso.** Em
2376 seguida, o **M. Reitor** passa ao item **6.3 - PROCESSO 2016.1.1863.86.7 -**
2377 **ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES** - Recurso interposto pela
2378 candidata Maria Sílvia Barros de Held contra decisão da Congregação de não
2379 homologação de concurso de títulos e provas visando à obtenção do título de
2380 Livre-Docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, na área de

2381 conhecimento de Artes e na especialidade de Projeto de Têxtil e Moda. Edital
2382 EACH/ATAc-021/2016, de abertura de inscrições ao concurso de títulos e
2383 provas para a obtenção do título de Livre-Docente da Escola de Artes, Ciências
2384 e Humanidades, publicado no D.O de 18.03.2016. Publicação da inscrição da
2385 candidata Maria Silvia Barros de Held e da Comissão Julgadora para o referido
2386 concurso, aprovadas pela Congregação da EACH em sessão de 11.05.2016,
2387 no D.O de 13.05.2016. Relatório final do concurso de títulos e provas visando à
2388 obtenção do título de Livre-Docente da Escola de Artes, Ciências e
2389 Humanidades, na área de conhecimento de Artes e na especialidade de
2390 Projeto de Têxtil e Moda, onde a Comissão Julgadora indica a candidata Maria
2391 Silvia Barros de Held para a obtenção do título de Livre-Docente e submete o
2392 resultado à análise da Procuradoria Geral (23.06.16). Ofício do Prof. Dr. Luiz
2393 Gonzaga Godoi Trigo, Presidente da Comissão Julgadora, à Diretora da EACH,
2394 relatando os fatos inéditos ocorridos no concurso, com o abandono da Banca
2395 pelo Prof. Dr. Fausto Roberto Poço Viana (24.06.16). Ofício da Diretora da
2396 EACH, Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Motta de Toledo, à Procuradoria Geral da
2397 Universidade de São Paulo, informando que nos dias 22 e 23.06.2016 foi
2398 realizado o concurso de títulos e provas visando à obtenção do título de Livre-
2399 Docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, no qual se inscreveu a
2400 candidata Maria Silvia Barros de Held. Relata que no dia 23.06.2016, após a
2401 realização da prova escrita, um dos membros da Comissão Julgadora, Prof. Dr.
2402 Fausto Roberto Poço Viana, informou aos membros da comissão, à candidata
2403 e à assistência acadêmica que não mais participaria do certame, tendo deixado
2404 o local de realização das provas. Consultada a PG, esta informou que o
2405 concurso deveria ser encerrado e o autos lhe remetidos. Tal informação foi
2406 transmitida imediatamente à Comissão Julgadora que, após discussão, decidiu
2407 dar continuidade aos trabalhos e submeter o resultado para análise. Relata,
2408 ainda, que, em determinado momento, a energia elétrica foi interrompida
2409 no *campus*, assim, finalizadas as etapas do concurso, foi iniciada,
2410 manuscritamente, a confecção da ata e do relatório. A comissão Julgadora
2411 anuncia que a candidata havia sido indicada para a obtenção do título de Livre-
2412 Docente, com a ressalva de que a homologação dependeria de análise da
2413 Procuradoria Geral da USP. Considerando o exposto, a Diretora da EACH
2414 consulta à PG quanto: a) à homologação do concurso; b) na impossibilidade de

2415 homologação, à validade de algum ato deste concurso; c) à conveniência e/ou
2416 necessidade de serem adotadas ações administrativas para apuração de
2417 responsabilidades; e d) outros aspectos considerados relevantes pela PG USP
2418 (29.06.16). **Parecer PG nº 2322/2016:** observa que a atividade administrativa
2419 do Estado deve respeito ao princípio constitucional da legalidade, sendo assim,
2420 os atos administrativos praticados pelos agentes públicos que atuam em nome
2421 da Administração Pública também devem obediência ao citado princípio, razão
2422 pela qual todos os procedimentos e as decisões administrativas necessitam
2423 encontrar-se em harmonia com a legalidade que lhe é inerente para que sejam
2424 considerados validos. No caso em tela, o procedimento seguido no concurso
2425 de provas e títulos para obtenção da Livre-Docência da candidata Maria Silvia
2426 Barros de Held, percebe-se que o rito do Regimento Geral, em seus arts. 163 a
2427 181, não foi observado. A falta de um dos membros da Comissão Julgadora em
2428 um ou mais dos atos de avaliação do concurso, qualquer que seja, é vício
2429 insanável cuja inevitável consequência é a invalidade do próprio certame, sem
2430 possibilidade de aproveitamento de qualquer ato que seja. Verifica, ainda, que,
2431 além do vício insanável da composição da Comissão Julgadora, existem nos
2432 autos indícios de outras irregularidades formais, a destacar as apontadas pelo
2433 relatório da comissão julgadora e em relatório do Prof. Fausto Viana. Diante do
2434 exposto, em resposta a consulta da EACH, opina: a) pela impossibilidade de
2435 homologação do concurso na forma procedida pela banca; b) pela
2436 impossibilidade de atribuir validade a algum ato deste concurso; e c) pela
2437 possibilidade de se abrir processo investigativo para fins de apurar eventuais
2438 responsabilidades (12.09.16). Ofício da Diretora da EACH, Prof.^a Dr.^a Maria
2439 Cristina Motta de Toledo, ao Prof. Dr. Fausto Roberto Poço Viana, informando
2440 que a Congregação analisou a documentação referente ao concurso (Edital
2441 EACH ATAc 21/2016) e deliberou nos termos do PG nº 2322 que tratou sobre a
2442 possibilidade ou não de homologação do concurso (24.04.17). Recurso
2443 interposto pela candidata Maria Silvia Barros de Held contra decisão da
2444 Congregação de não homologação de concurso de títulos e provas para a
2445 obtenção do título de Livre-Docente na Escola de Artes, Ciências e
2446 Humanidades, decisão publicada no diário oficial de 20/04/2017 (02.05.17).
2447 **Parecer da Congregação:** indefere, com base no parecer apresentado pelo
2448 Prof. Dr. Paulo Santos de Almeida, o recurso apresentado pela interessada

2449 (28.06.17). Ofício da Diretora da EACH ao Secretário Geral, Prof. Dr. Ignacio
2450 Maria Poveda Velasco, encaminhando o recurso interposto pela candidata
2451 Maria Silvia Barros de Held (18.09.17). **Parecer PG. C. nº 00138/2018**: observa
2452 que o recurso não se encontra acompanhado do respectivo instrumento de
2453 procuração, documento necessário à comprovação da capacidade postulatória
2454 em processos administrativos e judiciais, além disso, constata, pela análise dos
2455 autos, que existem procedimentos de caráter disciplinar, relacionados ao Edital
2456 EACH ATAc 21/2016, sendo tratado em outros âmbitos. Sendo assim, devolve
2457 os autos à Unidade: i) para que notifique a recorrente candidata Maria Silvia
2458 Barras de Held, bem como seu advogado subscritor do recurso em comento,
2459 Dr. Sérgio David Polimeno Valente, para anexar aos autos a procuração
2460 faltante; ii) anexar informações a respeito de eventual sindicância mencionada
2461 pela direção, decorrente dos fatos narrados pelo Prof. Dr. Fausto Roberto Poço
2462 Viana e, sendo o caso, fornecer cópia do respectivo Relatório Final emitido pela
2463 respectiva Comissão Sindicante; ii) anexar aos presentes autos as atas das
2464 sessões da Congregação que tenham tratado do presente caso (30.7.18).
2465 Ofício da Diretora da EACH, Prof.^a Dr.^a Mônica Sanches Yassuda, à
2466 Procuradoria Geral, encaminhando o relatório final emitido pela Comissão
2467 Sindicante, que recomendou o arquivamento do respectivo processo, a
2468 procuração da candidata Maria Silvia Barros de Held, bem como cópia das atas
2469 das sessões da Congregação que trataram das etapas envolvendo o concurso
2470 em questão (10.09.18). **Cota PG. C. nº 00206/2018**: observa que o Relatório
2471 Final emitido pela Comissão Processante veio desacompanhado das
2472 informações sobre o andamento da sindicância. Devolve os autos para o
2473 fornecimento de: i) informações sobre o atual andamento processual da
2474 sindicância à qual o Relatório Final se reporta (constando, por exemplo, a data
2475 de seu arquivamento ou interposição de eventual recurso); ii) cópias da
2476 Portaria de instauração da sindicância (Portaria EACH 45/16 e Portaria EACH
2477 14/17); iii) e decisão final da autoridade competente sobre as conclusões
2478 lançadas em mencionado Relatório Final (18.10.18). Ofício da Diretora da
2479 EACH à Procuradoria Geral, encaminhando: iii) a decisão final da autoridade
2480 competente sobre as conclusões lançadas em mencionado relatório finais; ii)
2481 Cópia da Portaria EACH 045/2016 de 19.12.206; i) atualmente o processo de
2482 sindicância se encontra finalizado, sem interposição de recurso, pronto para ser


2483 arquivado. **Parecer PG. nº 02168/2018**: observa, preliminarmente, que o
2484 recurso foi interposto tempestivamente. A seguir, passa à análise do recurso
2485 interposto pela interessada, candidata Maria Silvia Barros de Held: quanto à
2486 alegação de que a homologação ou não do resultado, nos termos do artigo 11
2487 do Regimento da EACH, deveria ser tomada por maioria simples, observa que
2488 o equívoco no qual incorre a recorrente está justamente na premissa
2489 estabelecida, qual seja, o significado de “maioria simples” que, segundo sua
2490 narrativa a interessada entende que o termo significaria “metade mais um dos
2491 membros presente na votação”, contudo, tal definição, não se identifica com a
2492 corrente doutrinária adotada no âmbito da Universidade de São Paulo; em
2493 relação a uma suposta ausência de motivação na decisão da Congregação que
2494 não homologou o Relatório Final da Comissão Julgadora, por não ter analisado
2495 todos os argumentos levados pela recorrente em sua manifestação, prévia à
2496 deliberação do colegiado, destaca que a Universidade de São Paulo, autarquia
2497 estadual, encontra-se submetida ao dever que tem o administrador de
2498 fundamentar suas decisões, em razão do princípio da motivação previsto no
2499 art. 37 da Constituição Federal, entretanto, a motivação não implica,
2500 necessariamente, em rebater todos os argumentos lançados pelo peticionário,
2501 podendo apenas versar sobre o requerimento realizado; sobre o
2502 descumprimento do prazo para homologação do Relatório Final da Comissão
2503 Julgadora pela Congregação, previsto no artigo 181 do Regimento Geral, e seu
2504 efeito de homologação tácita, ressalta que, diversamente do Direito Privado, no
2505 Direito Público o silêncio não importa consentimento tácito, portanto, não há
2506 que se falar em homologação tácita, quando a norma não estabelece qualquer
2507 efeito ao silêncio, ou ao transcurso “*in albis*” do prazo previsto no artigo 181 do
2508 Regimento Geral; no que concerne à ausência de nulidade, em razão do
2509 princípio segundo o qual não há nulidade sem prejuízo, com base no Artigo 10
2510 da Lei Estadual 10.177/1998 e enfatiza a legalidade da decisão da Comissão
2511 Julgadora em continuar o concurso, mesmo sem a presença de um dos
2512 examinadores, a fim de evitar maiores prejuízos, destaca posicionamento já
2513 consolidado no âmbito da Procuradoria Geral de que a comissão julgadora
2514 detém competência de mérito plena para análise de tese apresentada pelo
2515 candidato, não aplicando-se a mesma interpretação quanto à “formalidade
2516 vinculativa” da composição da comissão julgadora (artigo 190 do Regimento

2517 Geral); no que diz respeito à convalidação dos atos realizada pelo presidente
2518 da Comissão Julgadora, observa que, no presente caso concreto, em vista da
2519 gravidade do vício apresentado, ou seja, o lançamento de notas em nome de
2520 examinador que não compunha a banca e prosseguimento do concurso sem a
2521 presença de um dos membros da Comissão Julgadora, claramente se está
2522 diante de vício insuperável, ou seja, não mostra-se possível sua convalidação a
2523 ensejar futura homologação do certame em análise pela Congregação, tendo
2524 em vista que se tratando de vício insanável, não cabe avaliar eventual prejuízo
2525 (privado) na invalidação do ato, ou eventual convalidação, devendo a não
2526 homologação do Relatório Final ser mantida; por fim, em relação à alegação de
2527 que não haveria suspeição por nenhum dos componentes da Banca
2528 Examinadora, observa que os documentos acostados aos autos, que tratam da
2529 sindicância instaurada para elucidar as situações ocorridas no concurso em
2530 análise, e sendo o caso, apontar responsabilidades, restou consignado o
2531 entendimento da Comissão Sindicante que inexistem evidências a justificar a
2532 tomada de medidas punitivas com respeito a qualquer dos envolvidos. A
2533 Procuradora Acadêmica Chefe aponta que o entendimento esposado quanto à
2534 definição de "quórum" também foi mais recentemente repetido por este órgão
2535 jurídico no Parecer PG n. 1646/2017, ademais, acrescenta que quanto ao art.
2536 181 do Regimento Geral, conforme entendimento reiterado na Procuradoria
2537 Geral (Pareceres CJ n. 178/93, 2273/95, 055/96, 1264/96, 545/2000, 339/2007
2538 e 747/2018), há situações em que a extrapolação do prazo ali previsto pode ser
2539 admitida mediante justificativa razoável. É o que ocorreu no presente caso, em
2540 que se solicitou emissão de parecer jurídico pela Procuradoria Geral antes da
2541 análise da Congregação sobre eventual homologação do resultado do
2542 concurso (com a emissão do Parecer PG n. 2322/2016) (25.09.19). **Parecer da**
2543 **CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Júlio Cerca Serrão, contrário ao
2544 recurso interposto pela candidata Maria Silvia Barros de Held (16.10.19). **Cons.**
2545 **Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto:** "Esse é um caso que não tem
2546 precedente. Um concurso para livre-docência, em um determinado momento
2547 um membro da banca se indispôs com qualquer procedimento, isso não está
2548 claro, se retirou no meio do concurso, abandonou a banca. Embora consultada
2549 a Procuradoria Geral e ela tivesse dito que não daria para terminar uma banca
2550 de livre-docente sem um membro da banca, a Comissão Examinadora

2551 prosseguiu com o concurso. Aí, acabou a energia elétrica na EACH e eles
2552 prosseguiram e finalizaram o concurso. É entendimento da CLR, junto com a
2553 PG, que não é possível concluir um concurso de livre-docência terminar por
2554 W.O., ou seja, por falta de um dos membros da banca. Então, o parecer é
2555 contra o provimento do recurso.” A seguir, o **M. Reitor** coloca em votação o
2556 parecer da CLR, contrário ao recurso interposto pela candidata Maria Silvia
2557 Barros de Held. **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado:
2558 Sim = 78 (setenta e oito) votos; Não = 01 (um) voto; Abstenção = 02 (dois)
2559 votos; Total de votantes = 81 (oitenta e um). É aprovado o parecer da CLR,
2560 contrário ao provimento do recurso interposto pela Professora Doutora Maria
2561 Silvia Barros de Held. Ato sucessivo, o **M. Reitor** passa ao item **6.4 -**
2562 **PROTOCOLADO 2018.5.315.7.5 - ESCOLA DE ENFERMAGEM -** Recurso
2563 interposto pela Professora Yeda Aparecida de Oliveira Duarte contra a decisão
2564 da Congregação que aprovou a Comissão Julgadora do concurso de provas e
2565 títulos para o provimento de um cargo de Professor Titular junto ao
2566 Departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgica (ENC) da Escola de
2567 Enfermagem. Edital EE-070/2018, de abertura de inscrições ao concurso de
2568 títulos e provas para o provimento de um (um) cargo de Professor Titular, em
2569 Regime de Dedicação Integral à docência e à Pesquisa, no Departamento de
2570 Enfermagem Médico-Cirúrgica da Escola de Enfermagem da Universidade de
2571 São Paulo, publicado no D.O de 12.10.2018. Publicação das inscrições do
2572 referido concurso que foram aprovadas pela Congregação da EE em sessão de
2573 10.10.2018, no D.O de 12.10.2018. Solicitação da Professora Yeda Aparecida
2574 de Oliveira Duarte de revisão de alguns nomes indicados para compor a banca
2575 do concurso de Professor Titular do Departamento de Enfermagem Médico-
2576 Cirúrgica (ENC), sob a alegação de existência de conflito de interesses
2577 envolvendo a candidata e duas docentes indicadas para a referida Comissão
2578 Julgadora (22.10.18). **Parecer da Congregação:** aprova o parecer do relator,
2579 Prof. Dr. Genival Fernandes de Freitas, contrário ao provimento do recurso
2580 interposto contra a decisão da Congregação exarada em 10.10.2018 e
2581 referente à aprovação de Comissão Julgadora que atuará no referido concurso
2582 e deliberou pela não aplicação do efeito suspensivo às ações do concurso
2583 (14.11.18). Recurso Interposto pela candidata Profa. Dra. Yeda Aparecida de
2584 Oliveira Duarte contra a decisão da Congregação, que aprovou a Comissão

2585 Julgadora, com algumas considerações referentes ao parecer do relator e a
2586 solicitação de que tais considerações sejam incluídas à documentação que
2587 será encaminhada para avaliação do Conselho Universitário (22.11.18). Ofício
2588 da Diretora da EE, Profa. Dra. Maria Amélia de Campos Oliveira, ao Magnífico
2589 Reitor, Prof. Dr. Vahan Agopyan, encaminhando o recurso interposto pela
2590 Professora Profa. Dra. Yeda Aparecida de Oliveira Duarte (23.11.18). **Parecer**
2591 **PG nº 00027/2019**: verifica, inicialmente, que o pedido de impugnação foi
2592 interposto tempestivamente, no prazo previsto no art. 254, *caput*, do Regimento
2593 Geral; e que a Comissão Julgadora foi composta em observância às normas
2594 pertinentes do Regimento Geral. Após analisar os argumentos apresentados de
2595 suposto impedimento e suspeição das docentes, conclui que resta claro que as
2596 situações relatadas não consubstanciam, salvo melhor juízo, caso de
2597 impedimento ou de suspeição, nos termos do quanto estatui a lei processual
2598 civil, para fins de caracterização de parcialidade. Em relação ao voto das
2599 candidatas na reunião do Conselho de Departamento da proposta da Comissão
2600 Julgadora à Congregação, observa que não é aconselhável o exercício do voto
2601 em reuniões que envolvam interesse próprio; contudo, destaca que, nos termos
2602 do artigo 186 do Regimento Geral, a escolha da Comissão Julgadora é
2603 atribuição da Egrégia Congregação. Acrescenta que, embora as candidatas
2604 tenham participado das discussões e votações da proposta da Comissão
2605 Julgadora para o concurso na reunião de Conselho de Departamento, se
2606 ausentaram da votação para indicação da composição final da Comissão
2607 Julgadora do Edital 070/2018, na 427ª Sessão Ordinária da Congregação. Por
2608 fim, conclui, opinando pela regularidade jurídico-formal da indicação da Banca
2609 Examinadora realizada pela Egrégia Congregação, de acordo com as normas
2610 previstas nos artigos 186 e seguintes do Regimento Geral e pelo
2611 prosseguimento do trâmite recursal da presente impugnação, para análise das
2612 instâncias superiores universitárias. A Procuradora Acadêmica Chefe, anexa os
2613 Pareceres CJ n.1280/1993 e 2091/1997, que esclarecem ser da Congregação
2614 a competência decisória sobre a composição das Comissões Julgadoras dos
2615 concursos docentes, sendo a manifestação do Conselho de Departamento
2616 meramente opinativa. Reforça que, no presente caso, considerando que todas
2617 as candidatas ao concurso se ausentaram no momento da decisão da
2618 Congregação, inexistente nulidade a macular o certame. Ademais, recomenda que

2619 a CLR avalie a conveniência de expedir Ofício Circular às Unidades, esclarecendo
2620 que, em votações sobre concursos nos diversos colegiados (análise de inscrições,
2621 composição de banca, recursos homologação de relatório final. etc.), devem se
2622 ausentar da votação eventuais candidatos ou, ao menos, abster-se (11.09.19).

2623 **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Júlio Cerca Serrão, contrário
2624 ao recurso interposto pela Professora Yeda Aparecida de Oliveira Duarte
2625 (16.10.19). **Cons. Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto:** “Esse aqui o vício
2626 que é trazido por uma das candidatas em um fato que também já foi objeto de
2627 recurso no Co, que vou sintetizar da seguinte forma: no processo de indicação dos
2628 membros da banca, duas candidatas, todas professoras do Departamento, que ao
2629 sugerir a banca para a Congregação, o fez com a presença das duas candidatas,
2630 em um processo de formação, digamos assim, consensual. O Departamento fechou
2631 a banca que foi submetida à Congregação, a quem compete defini-la. Na votação
2632 da Congregação, ambas as candidatas se retiraram da deliberação e a
2633 Congregação votou por aprovar banca. A candidata que perdeu invoca um vício na
2634 origem da indicação, porque ela e a outra candidata, não se ausentaram na reunião
2635 do Departamento que indicou a banca. Na Congregação, onde efetivamente a
2636 banca foi decidida, ambas se ausentaram, e a votação não tem nenhum vício a
2637 comprometer. O parecer do Professor Serrão é pela negação do recurso e
2638 manutenção da decisão de regularidade do concurso.” Em seguida, o **M. Reitor**
2639 coloca em votação o parecer da CLR, contrário ao recurso interposto pela candidata
2640 Yeda Aparecida de Oliveira Duarte. **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se o
2641 seguinte resultado: Sim = 81 (oitenta e um) votos; Não = 0 (zero) voto; Abstenção =
2642 02 (dois) votos; Total de votantes = 83 (oitenta e três). É aprovado o parecer da
2643 CLR, contrário ao provimento do recurso interposto pela Professora Doutora Yeda
2644 Aparecida de Oliveira Duarte. **M. Reitor:** “Meus caros colegas, não se esqueçam
2645 que em 17 de dezembro nós voltaremos e será uma data histórica, vamos realizar a
2646 milésima reunião do Conselho Universitário da USP. Portanto, é uma reunião
2647 comemorativa muito marcante.” Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente
2648 dá por encerrada a reunião, às 18h02. Do que, para constar, eu,
2649 , Prof. Dr. Pedro Vitoriano Oliveira,
2650 Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada
2651 pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada,
2652 e por mim assinada. São Paulo, 19 de novembro de 2019.